

Trapézio

Publicação semestral do
Centro de Estudos Brasileiros
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Unicamp

Número 3/4
1º semestre
2003

Trapézio

Publicação semestral do Centro de Estudos Brasileiros do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

ISSN 1678-5827

Conselho Editorial

Alexandro Dantas Trindade, André Botelho, Roberto Barbato Jr., Simone Meucci, Tiago Losso

Projeto gráfico / Editoração

Alexandro Dantas Trindade / Roberto Barbato Jr.

Capa

Alexandro Dantas Trindade

Impressão

Gráfica do IFCH / UNICAMP

CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS – IFCH/UNICAMP

Diretora

Elide Rugai Bastos

Membros

Alexandro Dantas Trindade, Ana Lucia Lana Neme, André Botelho, André Simão, Carlos Henrique Gileno, Conrado Pires, Dimar Silva Alves, Elaine Carraro, Golbery Lessa, Leonora De Luca, Marcelo Almeida, Pedro Meira Monteiro, Roberto Barbato Jr., Simone Meucci, Tatiana Martins, Tiago Losso

IFCH/UNICAMP

Diretor

Rubem Murilo Leão Rego

Diretor Associado

Rita de Cássia Lahoz Morelli

Trapézio, nº 3/4 – 1º semestre de 2003

SUMÁRIO

Ao Leitor	5
Artigos:	
Francisco Campos e o Brasil Moderno <i>Tiago Lasso</i>	7
O Nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos à luz do debate atual <i>Aparecida Maria Abranches</i>	23
Letras em busca da Nação: impasses de uma História Literária Modernista <i>André Botelho</i>	37
Motivos Ibéricos, pretextos literários: aspectos modernistas de <i>Raízes do Brasil</i> <i>Conrado Pires de Castro</i>	69
Religião e Formação segundo Sérgio Buarque de Holanda. <i>Robert Wegner</i>	101
A história quase imperceptível de <i>Os Donos do Poder</i> <i>Bernardo Ricúpero</i>	119

Os intelectuais nos anos 20: caminhos e ambigüidades <i>Ana Lúcia Lana Nemi</i>	129
Círculos Sociais e História das Ciências Sociais na cidade do Rio de Janeiro: Heloísa Alberto Torres, Modernidade e Patrimônio <i>Adelia Miglievich</i>	145
Os intelectuais, a política e o Departamento de Cultura de São Paulo <i>Roberto Barbato Jr.</i>	167

AO LEITOR

É com muita satisfação que apresentamos os números terceiro e quarto da *Trapézio*. O lançamento deste exemplar duplo encerra a primeira fase de nossa publicação, cujo objetivo precípua consistia em trazer a lume os textos resultantes do Seminário "A idéia de Brasil moderno", promovido pelo Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da UNICAMP nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000.

Consoante aos números anteriores, foi nossa intenção concentrar os textos por ordem cronológica. Assim, reunimos os artigos com recorte histórico datado das décadas de 1920 à 1950. Em que pese a diversidade dos temas abordados, todos têm em comum a proposta de avaliação da obra de autores e processos histórico-sociais que enformaram o Pensamento Social Brasileiro neste período.

Assim, com o objetivo de contribuir para o debate acadêmico com trabalhos de alto nível, *Trapézio* coloca-se à disposição de seu público leitor. Esperamos que tenha boa acolhida.

Conselho Editorial

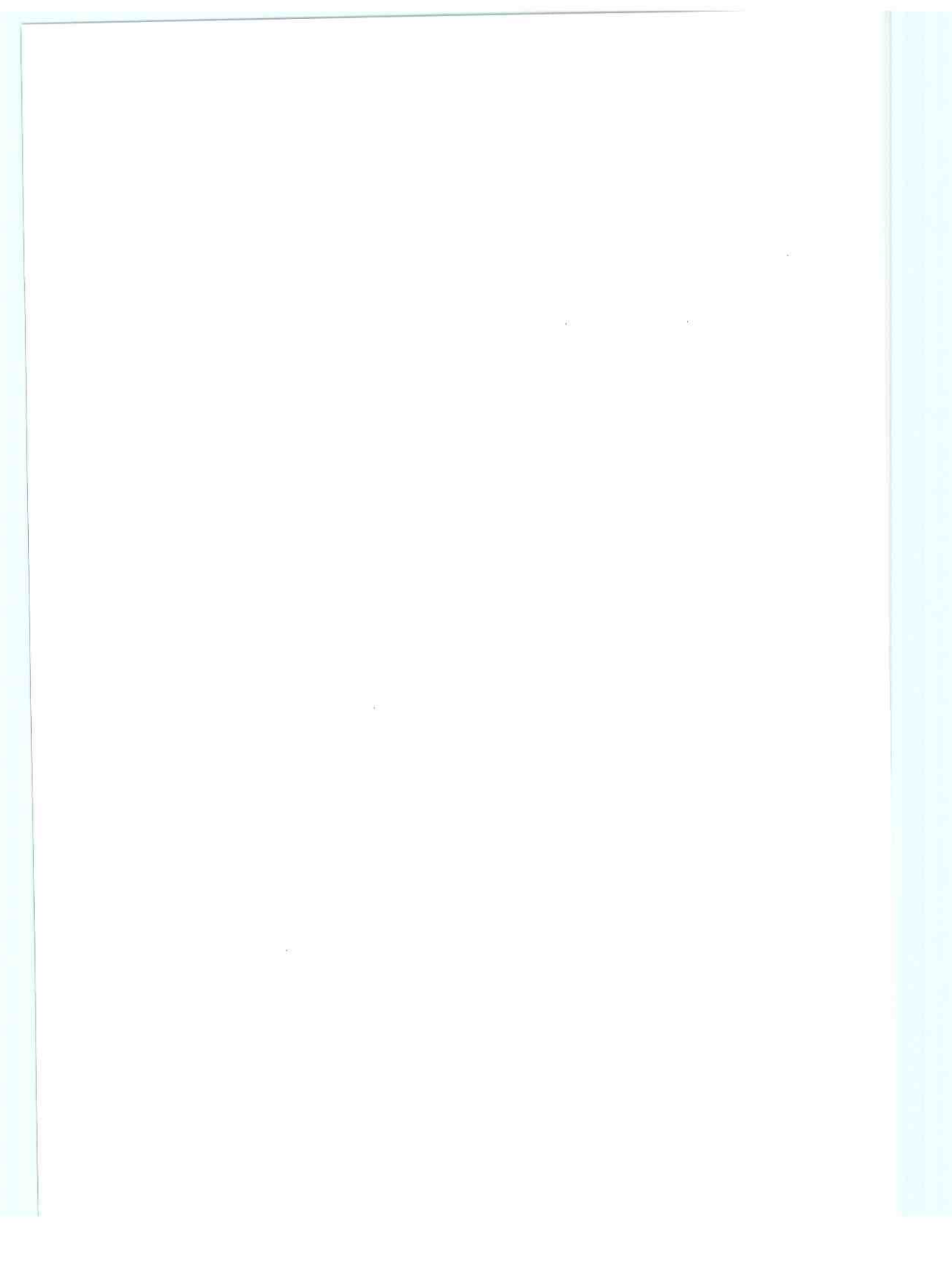
Alexandro Dantas Trindade

André Pereira Botelho

Roberto Barbato Jr.

Simone Meucci

Tiago Losso



FRANCISCO CAMPOS E O BRASIL MODERNO¹

Tiago Losso²

Esta fala objetivará mostrar que o Ministro da Justiça do Estado Novo possui uma visão diferente do jovem parlamentar mineiro no tocante aos parâmetros do Brasil moderno.

O Francisco Campos parlamentar será defensor da legalidade institucional, ao passo que, anos depois, o Ministro da Justiça defenderá a subversão da ordem estabelecida para a execução de um plano salvador nacional. Mantendo com uma postura conservadora, as oscilações do pensamento de Campos terão o intuito de colocar e manter o Brasil no curso da modernidade política e social.

Francisco Campos nasce em 1891, em Minas Gerais, em uma família das mais tradicionais do estado. Matricula-se na Faculdade Livre de Direito, em Belo Horizonte, em 1910, destacando-se por sua oratória erudita e bem elaborada. Inicia sua carreira política já na década de 1910, elegendo-se Deputado Estadual para a Legislatura 1919-1922, pelo Partido Republicano Mineiro.

Em 1921, Campos inicia sua atuação nacional. É eleito Deputado Federal, sendo reeleito em 1924. Ao longo das duas legislaturas, foi um

¹ Esta fala é uma parte resumida e simplificada da argumentação contida no segundo capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada *Francisco Campos e o Estado Novo – discurso e prática política (1920-1940)*, defendida junto ao Programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Sebastião Carlos Velasco e Cruz, e apresentada no Seminário “A idéia de Brasil moderno”, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000.

² Doutorando em Ciências Sociais, sob orientação da Prof^a. Elide Rugai Bastos, e membro do Centro de Estudos Brasileiros (CEB/IFCH).

intransigente defensor dos governos federais de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. Além disso, a atuação de Campos na Câmara Federal é marcada por uma defesa da preeminência do Poder Executivo dentro dos marcos institucionais definidos em 1891. Neste período, Campos foi, acima de tudo, um defensor da ordem estabelecida.³ Norma de Góes Monteiro compreende da seguinte forma a sua atuação parlamentar no nível federal:

Ao longo das duas legislaturas, Campos é um homem do Governo, defensor convicto da ordem estabelecida e das instituições políticas da República Velha, e posteriormente, será um dos colaboradores no momento de sua destruição.⁴

Em 1926 Campos ocupa seu primeiro cargo não eletivo, sendo nomeado Secretário do Interior de Minas Gerais pelo governador Antônio Carlos. Três anos depois, juntamente com José Bonifácio de Andrada e Silva, irmão de Antônio Carlos, Campos articula com políticos gaúchos (João Neves da Fontoura, representante de Getúlio Vargas e Borges de Medeiros) a oposição a candidatura Julio Prestes. Nos primeiros dias de Agosto de 1929 surge a Aliança Liberal, e no mês seguinte:

Sob a presidência de Antônio Carlos, a Aliança Liberal realizou sua conferência Nacional em 20 de setembro de 1929, no Rio de Janeiro, homologando as candidaturas de Vargas e João Pessoa.⁵

³ Cf. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*, ps. 571-572. Ressalte-se ainda que durante toda sua participação no poder legislativo estadual e federal, Campos não deixa de lado suas atividades acadêmicas, vinculado à Faculdade onde se formou Advogado. Entre 1920 e 1921 leciona Filosofia do Direito e Direito Público, e a partir de 1924 assume a cátedra de Filosofia do Direito, exercendo-a até 1930. Idem, p. 572.

⁴ MONTEIRO, 1981:190.

⁵ Cf. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*, ps. 573. Maria Célia Marcondes de Moraes assim interpreta a participação de Campos nestas

Da Aliança Liberal desenrolam-se os eventos que culminam com a Revolução de 1930, sendo que em 11 de novembro deste ano o Governo Provisório adquire configuração legal, através de decreto assinado pelo próprio Vargas. Três dias depois de assinar este decreto, Vargas cria o Ministério da Saúde e Educação Pública, convocando Campos para assumi-lo.⁶

Marginalizado em Minas Gerais, Campos ocupa o Ministério da Saúde e Educação Pública até 1932 (com períodos de afastamento), sempre envolto em problemas de articulação política, e, a partir deste momento, abre escritório de advocacia no Rio de Janeiro, transferindo-se também para a Faculdade Nacional de Direito como catedrático da disciplina Filosofia do Direito.⁷ No ano seguinte, Francisco Campos é nomeado Consultor Geral da República em caráter interino, sendo efetivado em 1934. Em 1935, novamente ocupa cargo não eletivo, sendo escolhido Secretário de Educação do Distrito Federal, em substituição da Anísio Teixeira.

Em 1936 Francisco Campos já é importante figura da política brasileira, além de reconhecido jurista, tendo passado por diversos cargos nos poderes legislativo e executivo. Assim, é chamado para conceber o arcabouço institucional do Estado Novo, elaborando a sua mais importante ação como *homem de Estado*, a Constituição que inaugura o Estado Novo, em 1937. Campos permanece Ministro da Justiça de Vargas até 1942, sendo que

articulações: “Na verdade, sua atuação muito contribuiu para que Minas Gerais se colocasse ao lado dos vencedores.” Cf. MORAES, 1992:245-246.

⁶ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*, ps. 574. Ainda entre os dias 06 e 26 de Dezembro de 1930, Campos assume em caráter interino o Ministério da Justiça, em substituição ao titular Oswaldo Aranha. Idem, p. 574-575.

⁷ Note-se aqui uma característica da atuação política de Campos: “Se nos primeiros anos da Revolução [de 1930] tudo parecia favorável a Campos, a ambigüidade de ação e de palavra provocará nos políticos mineiros uma desconfiança atroz. Candidato a deputado para a Constituinte de 1933, não conseguirá se eleger. No âmbito estadual sua vida política tinha chegado ao fim. Daí sua transferência definitiva para o Rio.” Cf. MONTEIRO, 1981:190.

nos últimos anos ocupando esta pasta, estará envolvido em diversas situações demissionárias.

Existe uma concordância estabelecida na bibliografia que analisa a produção intelectual de Francisco Campos: as bases de seu pensamento estão delineadas já na década de 1920.⁸ Nesta parte de nosso texto iremos ressaltar justamente as descontinuidades, rupturas e mudanças de opiniões que acreditamos ser características das formulações de Campos, tomando como parâmetro as décadas de 1920, 1930 e 1940.

Durante a década de 1920 a fala de Campos é marcada por uma defesa da ordem estabelecida. Em 1921 temos um exemplo claro da crença de Campos no funcionamento do jogo democrático, e, desta forma, o parlamentar lamenta tentativas de subversão das regras estabelecidas. Nilo Peçanha é candidato à Presidência da República, e mantém uma postura de desconfiança em relação às regras que regem o pleito e estabelece os resultados. O parlamentar Francisco Campos será enfático, na sessão parlamentar de 10/12/1921:

A transfiguração de uma luta política que é um movimento normal e corriqueiro em uma democracia que se preza em um movimento revolucionário pelas suas intenções, pelos seus processos e pelos seus objetivos, não pode, absolutamente, sem risco para a estabilidade da nossa vida democrática ser empreendida, como se entre nós a República estivesse por se proclamar de quatro em quatro anos.⁹

A defesa da normalidade democrática é o tom desta fala. Campos vai além, atribuindo estas tentativas de subversão da ordem à uma mentalidade perniciosa ao Brasil:

⁸ Como afirma Jarbas Medeiros: “Ao final da década de 20, assim, Francisco Campos já havia fixado o cerne de seu pensamento político.” cf. MEDEIROS, 1978:15.

⁹ CAMPOS, 1979:44.

Essa mentalidade, a que se filiam aqueles acontecimentos, mentalidade latente em todas as democracias, esperando o momento propício para os seus surtos espasmódicos, é de uma letalidade fatal e absoluta às instituições democráticas, de uma letalidade incomparavelmente mais nociva e ruinosa à República do que a do despotismo e da oligarquia.¹⁰

Os acontecimentos que aos olhos de Campos continuam a ameaçar a República se sucedem nos anos seguintes. E a tribuna da Câmara dos Deputados é o local onde o democrata Campos vocaliza suas opiniões. A respeito da sedição militar no Forte de Copacabana, o parlamentar mineiro é enfático:

(...) o que a dissidência, em última análise, contava realizar no país, não era a revolução democrática pelos processos legais e morais, mas a revolução inconstitucional pelos processos materiais da violência.¹¹

Revolução democrática pelos processos legais será uma opinião diferente da exposta em 1937, com o surgimento do Estado Novo. Ainda na década de 1920, democracia é o respeito pelas regras democráticas clássicas: voto, alternância no poder, separação de poderes. E principalmente, o respeito por estas regras, que não devem ser subvertidas por aqueles que simplesmente não concordam com elas. Borges de Medeiros, que anos depois será co-responsável, ao lado de Campos e outros, pela subversão da ordem institucional, é alvo da sanha institucionalista de Campos em 1922:

O que é certo, porém, é que o ilustre Sr. Borges de Medeiros, chefe incontestável do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, não interpôs a sua autoridade no momento em que ela seria eficaz, para desautorizar, cabal e

¹⁰ CAMPOS, 1979:45.

¹¹ Sessão da Câmara dos Deputados, em 07/07/1922, in: CAMPOS, 1979:62.

expressamente, os representantes desse partido, que pregavam na Câmara dos Deputados a revolução pelas forças armadas contra o governo.¹²

Em 1924 a democracia, tão cara a Campos, é novamente ameaçada, desta vez em São Paulo. O parlamentar mineiro novamente se lança numa defesa intransigente do governo eleito. Defende, inclusive, nesta ocasião, uma atitude de total lealdade e crença na elite política brasileira, que deveria cerrar fileiras ao lado do governo federal:

A Nação, representada nos seus órgãos mais elevados, o Congresso, a Presidência da República, os Governos dos Estados, apenas surpreendida, organiza-se para a resistência, e não é, Sr. Presidente, de se desprezar, mas de se acentuar antes, que esta elite política tão discriminada, essa elite política contra a qual se voltam os acusadores impertinentes, se revelou à altura dos acontecimentos.¹³

A seqüência deste pronunciamento nos fornecerá elementos para compreender as alternâncias e permanências do discurso de Campos. Antes de empreender esta análise, vamos ao trecho que nos interessa:

Traduzidos assim, Sr. Presidente, os sentimentos da bancada mineira e reafirmada a sua solidariedade integral com as autoridades constituídas, neste momento, eu, por minha conta, digo agora que não só daria, se estivesse presente à sessão de sábado, o meu apoio ao projeto autorizando o governo a decretar o estado de sítio, como também a todas as medidas, ainda mais extremas, repito, que o congresso julgar necessárias, aparelhando o Poder Executivo, indo mesmo até à delegação de plenos poderes

¹² *idem*, p. 62-63.

¹³ Sessão em 10/07/1924, in: CAMPOS, 1979:75-76.

ao Sr. Presidente da República para exercer, durante o tempo que fosse preciso, uma ação discricionária.¹⁴

O respeito às instituições democráticas pode contar com o apoio de Francisco Campos. Acima de tudo está a normalidade institucional, nem que se mostre necessário dar ao Poder Executivo prerrogativas além das prescritas no momento. Note-se: desde que com o aval do Parlamento. Desde que este órgão político o julgue necessário e estabeleça os critérios destes poderes a serem conferidos ao chefe do Executivo.

A defesa da ordem elaborada na tribuna da Câmara dos Deputados por Francisco Campos está pautada no temor das ondas de subversão da ordem, no descontrole que pode gerar um processo discricionário de alternância no poder. Em 1925 uma fala do parlamentar mineiro é emblemática neste sentido, utilizando uma frase de Goethe para convencer sua audiência de seu ponto de vista:

Antes da revolução são tudo aspirações, depois, apetites. Os ideais das revoluções são sempre máscaras mais ou menos harmoniosas destinadas a dissimular os seus apetites.¹⁵

O tom profético desta afirmação é indiscutível. Quando deixa o Estado Novo, em 1942, Campos diz em outras palavras que a revolução que havia auxiliado a criar em 1937 teria se tornado uma ditadura pessoal de Vargas, longe dos ideais que haviam alimentado os primeiros momentos de estruturação do regime. O apetite havia tomado o lugar das aspirações. Campos parece não ter lembrado de Goethe em novembro de 1937.

Em 1933 Francisco Campos ainda pretende participar do jogo democrático. É candidato por Minas Gerais para a Constituinte a se reunir no ano seguinte. Frustrada esta empreitada, em 1935 Campos parece ter

¹⁴ *idem*, p. 76.

¹⁵ *Diário do Congresso Nacional*, maio/junho-1925. in CAMPOS, 1979:105.

desistido da democracia em dois aspectos: desiste de acreditar e de participar. Ou talvez já não acredita em um modelo de governo que lhe exclui da participação. É desta data a primeira exposição de virtualidades da vontade pessoal na condução dos negócios públicos a que tivemos acesso:

(...) o regime das massas [é] o clima ideal da personalidade, a política das massas a mais pessoal das políticas, e não ser possível nenhuma participação ativa das massas na política da qual não resulte a aparição de Cesar.¹⁶

Esta massa se encontra fascinada pela personalidade carismática de um chefe. E quanto maior esta massa, maior a necessidade de um chefe no governo, animando com sua vontade a condução dos negócios públicos. E vaticina: “O regime político das massas é o da ditadura.”¹⁷

A emergência das massas é a responsável pela necessidade de se modificar tão radicalmente os métodos políticos. Aliado à complexidade dos problemas contemporâneos, o número crescente de participantes dos processos políticos exclui a possibilidade de condução da sociedade de outra forma que não seja a vontade de uma única pessoa, que deve ser a mais bem preparada e em sintonia com as aspirações sociais:

A pressão determinada pelo advento das massas determinou, assim, uma crise interna do regime democrático, levando-o, pelo abandono das premissas liberais, a um estado de permanente contradição consigo

¹⁶ *A política e o nosso tempo*. in: CAMPOS, 1940(b): (Conferência no Salão da Escola de Belas Artes, em 28 de setembro de 1935). in: CAMPOS, 1940 (b):16.

¹⁷ *A política e o nosso tempo*. in: CAMPOS, 1940(b):16. E continua: “Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático, ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa no caos da angústia e de medo de que se compõe o pathos ou a demonia das representações coletivas. Não há hoje um povo que não clame por um Cesar.”. idem, p. 16-17.

mesmo, estado este em que não poderá, evidentemente, contribuir, senão de maneira transitória, para a manutenção dos últimos traços que ainda conserve da sua associação com o liberalismo.¹⁸

A dissociação entre liberalismo e democracia é um ponto importante da ruptura empreendida por Campos em sua visão dos negócios públicos. Sua insistência em acreditar ser uma inverdade a associação automática entre os preceitos liberais e democracia será a forma por ele escolhida para conceber uma nova etapa da democracia. Antes de avançar neste ponto, queremos mencionar os perigos que Campos credita a esta confusão. Aos seus olhos, a insistência em utilizar métodos liberais (falidos) para alcançar a democracia somente terá como resultado tornar o governo utilizador de métodos totalitários, irracionais e ditatoriais.¹⁹ O primado da inteligência e da técnica, os adequados à democracia, seriam desarticulados e substituídos por outros processos. O liberalismo pode ser inclusive considerado um detrator da democracia, como defende Campos em entrevista à imprensa já sob o Estado Novo:

O Estado liberal não conseguiu instaurar um verdadeiro regime democrático, pois serviu a que uma classe, um partido, um reduzido grupo de indivíduos explorasse as vantagens do poder, em prejuízo da coletividade. O sufrágio universal, a representação direta, o voto secreto e

¹⁸ *A política e o nosso tempo*. in: CAMPOS, 1940(b):22.

¹⁹ "Desta maneira, crescendo a tensão entre os métodos liberais da democracia e as forças a que se recusa o uso de instrumentos democráticos, cresce, também, a contingência, para as instituições democráticas, de recorrer ao emprego, em escala cada vez maior, dos processos irracionais de integração política. A consequência do desdobramento desse processo dialético será, por força, a transformação da democracia, de regime relativista ou liberal, em estado integral ou totalitário, deslocado, com velocidade crescente, o centro das decisões políticas da esfera intelectual da discussão para o plano irracional ou ditatorial da vontade." *A política e o nosso tempo*. in: CAMPOS, 1940(b):22-23.

proporcional, a duração rápida do mandato presidencial, foram meios impróprios, se não funestos aos ideais democráticos.²⁰

As campanhas políticas (apontadas por Campos como um exemplo do método político liberal) são um componente da irracionalidade do processo que busca concatenar liberalismo e democracia:

Durante toda a fase de campanha ou de propaganda política, toda a nação é mobilizada em estado multitudinário. Nessa atmosfera de conturbação emotiva, seria ridículo admitir que os pronunciamentos da opinião possam ter outro caráter que não seja o ditado por preferências ou tendências absolutamente irracionais.²¹

Se os processos de convencimento da maioria são uma forma de entrar o governo ou de coordená-lo de forma irracional, o centro decisório deve ser restrito e possuir a capacidade de optar pelas ações governamentais mais adequadas. Se a democracia já não depende da deliberação coletiva, qual seria a função dos parlamentos? Campos é categórico:

Ninguém, hoje, tem dúvidas de que o meridiano político não passa mais pelas suas antecâmaras [do parlamento] ou pelas suas salas de sessões. O centro de gravidade do corpo político não cai onde reina a discussão, mas onde impera a vontade. Os corpos deliberativos deixaram de deliberar. A linguagem política do liberalismo só tem um conteúdo de significação didática, ou onde reinam os professores, cuja

²⁰ *Problemas do Brasil e soluções do regime*. in: CAMPOS, 1983:149.

²¹ *A política e o nosso tempo*. in: CAMPOS, 1940(b):23. Aos olhos de Campos, a irracionalidade da massa é descrita com perfeição com o exemplo da escolha feita por esta entre Jesus Cristo e Barrabás. Entre um ladrão e um messias, a massa opta pela libertação do meliante e pela condenação do inocente. *idem*, p. 26-27.

função é conjugar o presente e o futuro nos tempos do pretérito. Para as decisões políticas uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância de uma sala de museu.²²

Separando-se democracia e liberalismo, nada impede que um regime possa ser democrático sem ser liberal. Note-se que aqui liberalismo é sinônimo das regras democráticas que regeram a carreira parlamentar de Campos.

Neste momento de reformulação de suas convicções, o político Francisco Campos pode se manter fiel às aspirações do jovem estudante de direito Francisco Campos. Insistimos que uma das características das opiniões de Campos é uma imprecisão de termos e afirmativas, o que possibilita uma adequação a várias deduções. Assim, na década de 1910, o estudante de direito afirma:

Para resolver, por conseguinte, o problema da democracia é necessário que os juristas, longamente embebidos da inspiração nacional, estejam sempre prontos a adaptar os órgãos legais da nação à satisfação das necessidades democráticas, sem permitir que a orientação do desígnio nacional seja quebrada pela interferência dos conflitos democráticos.²³

Os conflitos democráticos seriam gerados, na década de 1930, pela inadequação dos métodos liberais à uma sociedade democrática. Cabe ao jurista Campos realizar o proposto pelo estudante Campos. E isto será feito em 1937, mas já almejado no ano anterior:

O Brasil está exigindo, no clima aquecido pela passagem do bólido moral das revoluções, uma redefinição em termos de cultura, de vontade, de governo e de justiça. Nas formas

²² *A política e o nosso tempo*. in: CAMPOS, 1940(b):27-28.

²³ *Democracia e unidade nacional*. in: CAMPOS, 1940(a):10-11.

morais e políticas vigentes, a mocidade não encontra expressão para as suas inquietações, os seus anseios e o seu sentido da vida, os seus impulsos criadores e o direito que cabe a cada geração de fazer, à sua própria custa e com a sua responsabilidade, a sua experiência original ou reinterpretação das experiências passadas em termos próprios e adequados à sua experiência e às antecipações do seu pensamento e do seu coração.²⁴

Se a realidade não está devidamente organizada, cabe uma reformulação. Esta ação não pode contar com uma deliberação que envolva muitos indivíduos, pois o clima das massas é pautado pela irresponsabilidade e pela irracionalidade. Juristas, homens da ciência e intelectuais estão encarregados de cumprir a tarefa de toda uma geração. Campos se encaixa no perfil exigido para esta árdua tarefa, e não irá se furtar de cumprir seu papel histórico. Chamado a reordenar o Brasil, estabelecerá novas normas de conduta para os processos políticos, normas essas em consonância com as exigências do mundo contemporâneo. Se o problema da democracia, dito em 1933, não era um problema de autoridade, mas de inteligência na condução dos processos políticos, em 1937 o problema a ser resolvido é justamente o da autoridade:

Tu é única [a bandeira nacional], porque só há um Brasil; em torno de ti se refaz de novo a unidade que se conquista pela vontade e pelo coração, a unidade que somente pode reinar quando se instaura, pelas decisões históricas, por entre as discórdias e a inimizades públicas, uma só ordem moral e política, a ordem soberana, feita de força e ideal, a ordem de um único pensamento e de uma só autoridade, o pensamento e a autoridade do Brasil.²⁵

²⁴ *Oração à Bandeira* (Proferida em 19/11/1936). in: CAMPOS, 1940(b):246.

²⁵ *Oração à Bandeira* (Proferida em 19/11/1937). in: CAMPOS, 1940(b):249. Expondo os motivos do projeto de Código de Processo Civil, em 1949, Campos

Este discurso é proferido dias depois da instalação do Estado Novo, e fica clara a redefinição das posições políticas de Campos. Esta ruptura nega alguns pontos de suas afirmações anteriores, mas sempre encontra respaldo em falas e escritos de uma época passada, onde o seu conservadorismo aliava-se à sua democracia. Em 1937 seu conservadorismo persiste, mas já está ligado de forma clara ao seu autoritarismo. As explicações que Campos fornece para a necessidade do surgimento do Estado Novo mostram isto de forma indiscutível.

Nos preocupamos em mostrar nesta fala as oscilações e permanências das opiniões de Francisco Campos. Basicamente nos preocupamos em apontar duas fases distintas de suas falas. Ao longo da década de 1920 assistimos uma defesa intransigente dos poderes constituídos, do governo e das normas democráticas-liberais de condução dos negócios públicos. A década de 1930 inicia com um caminhar em direção à rupturas com estas impressões, que se tornarão claras e indiscutivelmente autoritárias a partir da elaboração da constituição que inaugura o Estado Novo.

Para finalizar, pretendemos apontar as relações entre suas posições intelectuais e sua participação na política brasileira.

Durante toda década de 1920, Francisco Campos participa do jogo político organizado em termos liberais-democráticos, mesmo que estas regras sejam, no caso brasileiro, dignas de suspeita, uma vez que inseridas em uma realidade que muitas vezes nega as teses que organizam a vida política nacional. Como se sabe, a República Velha é organizada em torno de uma elite política ligada às oligarquias regionais, que por sua vez estão ligadas principalmente à propriedade da terra. Democracia não era

ênfatisa o papel da autoridade no novo regime: “O regime instituído em 10 de novembro de 1937 consistiu na restauração da autoridade e do caráter popular do Estado. O Estado caminha para o povo e, no sentido de garantir-lhe o gozo dos bens materiais e espirituais, assegurado na Constituição, teve que reforçar a sua autoridade, a fim de intervir de maneira eficaz em todos os domínios que viessem a revestir-se de caráter público.” CAMPOS, 1983:229.

exatamente a idéia mestra de um sistema que primava pelas relações pessoais para organizar a condução dos negócios públicos.²⁶ Numa política em que liberdade de voto era algo inimaginável, liberdade de expressão também algo pouco comum, Francisco Campos se sentia à vontade para elogiar a democracia e os poderes públicos que organizavam este jogo. Criticava os que acreditavam ser necessário uma subversão da ordem para realizar mudanças efetivas nesta situação. A tribuna da Câmara do Deputados se torna o local adequado para se debater e resolver os grandes problemas nacionais. Os dissidentes desta ordem são tratados como celerados que pretendem lançar ao caos toda a sociedade brasileira. Como mostramos, cabe inclusive à elite política que coordena o país.

Toda esta retórica não o impede de conspirar contra um governo legalmente constituído, dentro dos parâmetros por ele elogiados até aquele momento. Não interfere também em sua decisão de participar do ministério revolucionário.

Mas sua disposição contra o “liberalismo” nefasto não parece estar de todo rarefeita. Apesar de esboçar críticas à democracia, ao longo dos primeiros anos da década de 1930 o que lhe parece equivocado são os métodos democráticos. É a forma como é conduzido o jogo democrático. Uma crítica ao sufrágio universal, ao parlamento e à divisão de poderes é ainda inexistente em sua fala. Tanto Campos parece acreditar nas possibilidades da democracia nos moldes liberais, que procura participar da Constituinte eleita em 1934. Não logra êxito, como já mostramos. E deste momento em diante, a democracia parece estar definitiva e irremediavelmente falida.

Entre os anos de 1934 e 1937, paulatinamente suas posições políticas se encaminham para um autoritarismo cada vez mais afastado dos ideais que animaram sua carreira parlamentar. Novembro de 1937 é o ponto culminante deste caminhar em direção ao autoritarismo. As declarações de

²⁶ Sobre a política na República Velha, cf. LEAL, 1975; QUEIROZ, 1976.

Campos ao longo dos anos que passa a frente do Ministério da Justiça do Estado Novo são todas no sentido de justificar e convencer que o regime instituído teria salvado o Brasil do malogro inevitável que seria fruto da velha ordem. O regime de Vargas teria levado o Brasil ao encontro das suas verdadeiras aspirações e realidades. Pela primeira vez o país estava organizado. Organização esta autoritária, mas por isto mesmo indiscutivelmente democrática, de acordo com a índole do Brasil.

Referências bibliográficas

- CAMPOS, Francisco. *Antecipações á Reforma Política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. (a)
- _____, *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.
- _____, *O Estado Nacional – sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. (b)
- _____, *O Estado Nacional e outros ensaios*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (1930-1983)*. BELOCH, Israel. ABREU, Alzira Alves de. (coord.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto. (O Município e o Regime Representativo no Brasil)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1978.

MONTEIRO, Norma de Góes. Francisco Campos: Trajetória Política. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n.º 53, Julho/1981.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Francisco Campos: O Caminho de uma Definição Ideológica (Anos 20 e 30). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 35, n.º 02, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na vida política brasileira e outros estudos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

O NACIONALISMO NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS À LUZ DO DEBATE ATUAL ¹

Aparecida Maria Abranches ²

1) Reflexões atuais sobre o nacionalismo

O nacionalismo é tema que vem ocupando um lugar significativo na preocupação de cientistas sociais de diversas nacionalidades, engendrando uma vasta bibliografia. Controvérsias marcam o tom desta produção, sugerindo dificuldades na abordagem do fenômeno como objeto que se pode elevar ao primeiro plano dos estudos das ciências sociais. *Grosso modo*, três razões se destacam para que o estudo do nacionalismo não seja tarefa tranqüila. Em primeiro lugar, podemos citar o chamado caráter bifronte do nacionalismo, que diz respeito à maneira como o nacionalismo é encarado pelos estudiosos do tema. Alguns autores o tratam numa perspectiva negativa, associando-o a fenômenos como nazismo e fascismo; outros, numa perspectiva positiva, o identificam com os direitos da cidadania, enfatizando sua dimensão de inclusão. Em segundo lugar, podemos apontar o argumento de Benedict Anderson (1998) sobre a ausência de uma análise mais consistente do tema em autores de orientação marxista e liberal. Em ambas as perspectivas, o nacionalismo tem sido menos objeto das análises do que uma constatação indesejável de um fenômeno que, segundo o autor, tem moldado os processos *nation building* desde fins do século XIX. A

¹ Este artigo foi apresentado no Seminário "A idéia de Brasil moderno", organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000.

² Doutoranda em Ciência Política pelo IUPERJ e professora da PUC/RJ.

nacionalidade *per se* não se configura como agente de motivação e sustentação desses processos, cuja lógica, segundo as análises, pode ser mais bem apreendida no âmbito de ideologias já consagradas pela teoria política, como liberalismo e marxismo. Desse ponto de vista, o nacionalismo é visto como patologia, como surto, cuja explicação foge aos instrumentais teóricos das ciências sociais. Uma outra forma de enquadramento do nacionalismo é aquela que o entende como produto circunstancial de intenções políticas deliberadas que se impõem exteriormente a um público, cuja consciência não guardaria nenhum nexos ideológico com o nacionalismo. Nesta perspectiva, o nacionalismo é visto como “mascaramento” assimilando “invenção” à “fabricação” e à “falsidade” mais do que à “imaginação” e à “criação”.

Revisando a literatura sociológica clássica, Montserrat Guiberneau (1997) apresenta um argumento que tanto ajuda a esclarecer a ausência de um tratamento sistemático do nacionalismo pela literatura sociológica clássica como também a entender o porquê de se compreendê-lo como fenômeno anômalo. A autora observa que, ao privilegiarem questões que mais de perto se julgavam relacionadas com a ordem social e econômica emergentes no final do século XVIII, conceitos como luta de classes, divisão do trabalho e racionalização alcançaram, nas reflexões de Marx, Durkheim e Weber, *status* privilegiado na formulação de uma teoria geral da sociedade que procurava iluminar tanto o presente quanto os processos de transformação por que passa a sociedade desde os seus primórdios. Embora se possa identificar nesses autores uma preocupação com o tema da nacionalidade, suas concepções teriam falhado em vista do caráter paradigmático que a noção de industrialização assume na compreensão de como os indivíduos definem suas identidades no mundo moderno. O nacionalismo é descurado como provedor de identidade, ganhando relevo o modo como o trabalho é organizado, a divisão de classes e formas racionalizadas de ordenamento político e econômico. Pode-se deduzir da análise de Guiberneau que uma reflexão que identifica no desenvolvimento

e transformações sociais um processo contínuo de racionalização se desdobra num entendimento acerca das motivações humanas como algo que se cristaliza nas estruturas e instituições sociais e políticas originadas deste processo. Ou seja, a sociedade industrial constitui-se ela mesma em parâmetro na definição do que seja a consciência dos homens e das razões que os animam na vida social. Daí que sentimentos relacionados à noção de pátria, língua, valores, etc., matéria-prima do nacionalismo, são ignorados ou relegados como irracionais.

Esse ponto relativo à compreensão da racionalidade que caracterizaria os homens no mundo moderno é retomado por Calhoun (1995). Numa crítica à literatura política que condena movimentos sociais organizados em torno de considerações de identidades como formas pré-políticas de participação, o autor retoma a idéia de nacionalidade como uma espécie de identidade fundadora que teria moldado no século XIX a noção de espaço público como hospedeiro da cidadania. A literatura política contemporânea, de vertente liberal e marxista, num esquecimento desse momento fundador, elabora o seu entendimento acerca das motivações que impelem os homens à participação e à luta política a partir da noção de interesse, negligenciando o fato de que um apelo com base em identidades comuns foi necessário na organização da vida política. No que concerne aos marxistas, ele observa que a criação das modernas políticas de classes funda-se na interpelação dos homens na sua condição de trabalhadores como identidade que ultrapassa diversos ramos específicos de atividades, de religião, de região, gênero, etc.

Embora me pareça que no seu estudo Calhoun esteja mais preocupado em ressaltar um certo formalismo do pensamento político ao delimitar as condições em que demandas sociais são tidas como dignas ou propriamente de interesse público, excluindo outras, o autor deixa à mostra o modo com que o nacionalismo tem sido encarado pelo pensamento político atual. Assim como movimentos reivindicatórios baseados em considerações de gênero e etnia são tratados como temas de interesse privado, pertencentes à ordem do natural, não do público, a nacionalidade

também recebe o mesmo destino. Problemático nesta perspectiva é que ela opera com o esquecimento de dois fatos pretéritos. Primeiro, que a idéia de nação esteve subjacente às narrativas sobre a modernidade, incluindo aí o próprio discurso sobre a democracia: *“Modern history has been constructed first and foremost as national histories”*. As democracias atuais foram um produto de um “longo processo de integração nacional precedido pelo estabelecimento de instituições políticas democráticas” (ps. 233 e 234). O segundo fato e o que mais diretamente orienta a crítica do autor é quanto ao caráter nada natural da idéia de nação. Numa passagem em que discute com Huntington, observa que “as condições para a democracia foram criadas no Ocidente pela repressão de sangue e forçaram a assimilação cultural, por projetos de centralização política” (p. 234). Este último ponto é especialmente importante pelo fato de que nos remete a uma visão do nacionalismo como um artefato político moderno por excelência, na medida em que dele depende o estabelecimento de condições normais para o funcionamento de instituições democráticas.

Chama atenção nas análises de Guiberneau e Calhoun a ênfase posta na relação entre nacionalismo e democracia. Esta relação é baseada no suposto de que à formulação moderna do segundo conceito é intrínseca a idéia de soberania popular, portanto a idéia de povo, que por sua vez supõe algum grau de homogeneidade cultural que habilita homens e mulheres a perceberem como concreta a idéia de igualdade, basilar da democracia. Guiberneau observa que “conceitos de igualdade, liberdade, solidariedade e, sobretudo, soberania popular desempenharam um papel fundamental na abertura do caminho para o nacionalismo” (p. 54). Estas análises se situam entre as reflexões sobre o nacionalismo que o abordam como fenômeno que deve ser entendido como um artefato político e cultural. O nacionalismo é um fato social em que as esferas cultural e política estão conectadas. Sem considerá-lo dessa forma, pode-se incorrer numa compreensão que o desqualifica como objeto de estudo e o identifica com mascaramento e falsificação da realidade com a qual ele se relaciona.

2) O nacionalismo no Brasil: as críticas e uma possível releitura à luz do pensamento de Guerreiro Ramos

No que se segue, procurarei focalizar o tema do nacionalismo brasileiro, nos anos 1950, como uma ideologia que veiculou um ideal democrático. Trata-se de uma perspectiva que acredito contrastar com outra, especialmente predominante nas análises críticas, que enquadra o nacionalismo a partir de um ângulo quase exclusivamente econômico. Essas análises, ao apoiarem-se na concepção marxista das classes sociais, acabam por apresentar o fenômeno como uma mistificação que visaria a ocultar o conflito de classes.³

Embora os estudos críticos tenham dado atenção especial à dimensão econômica do nacionalismo, como a ideologia com a qual se procurou justificar o desenvolvimentismo econômico, observa-se que um cuidado em estabelecer vínculos entre aquele fenômeno e o pensamento social e político brasileiro não esteve ausente. Dessa forma, um elo entre uma determinada tradição de interpretação da sociedade brasileira, fundada na idéia de identidade nacional, e as suas conseqüências para uma maneira autoritária de se pensar e conduzir a política foi buscado no sentido de, suponho, se evitar uma avaliação do nacionalismo como uma idéia que nos anos 1950 estaria fora do lugar.

Este recurso à tradição do pensamento autoritário, entretanto, acaba por fazer predominar uma perspectiva que tende a assinalar mais uma semelhança (quanto à maneira de se pensar a dinâmica propriamente política da nossa história) entre o período em que a preocupação com a construção do Estado foi predominante e aquele em que a questão da

³ Refiro-me aos estudos críticos sobre ISEB, dentre os quais destaco: *ISEB: Fábrica de Ideologias*, de Caio Navarro de Toledo, e *O Tempo das Ilusões*, de Maria Sylvia Carvalho Franco.

incorporação da sociedade ao universo da política se faz presente.⁴ Ou seja, quando a historiografia sobre o pensamento político nos anos 1950 submete a análise desse pensamento a um critério econômico, acaba-se por perder de vista o conteúdo propriamente político do pensamento em questão. Porém, uma vez que foi entendido que as preocupações econômicas são também políticas e que, portanto, não se pode negligenciar a lógica própria da política, o que se fez foi buscar essa lógica no passado e não no presente. Neste caso, entendo que ao se pensar o nacionalismo nos anos 1950 como um fenômeno político, esta natureza política configura-se mais como uma continuação do pensar e do agir concernidos à obra de construção do Estado, predominante até o fim do Estado Novo.

Sob essas duas óticas, a da história do pensamento político e a do diagnóstico do presente entendido pelo tema da industrialização, o nacionalismo aparece como uma ideologia que encontra seus formuladores entre herdeiros do pensamento político autoritário e como ideologia da classe economicamente dominante. De qualquer uma dessas abordagens o nacionalismo transita no âmbito de elites dominantes, expressando os interesses dessas elites.

A minha questão é se, à luz dos estudos atuais, é possível identificar algum nexo ideológico entre o público do discurso nacionalista e as intenções políticas que presidiram sua formulação. E uma vez identificado, em que medida então podemos entendê-lo como expressão de ideais políticos próprios aos anos 1950 e não apenas expressão da dinâmica econômica daqueles anos? Ou seja, a pergunta é: qual é a natureza propriamente política do nacionalismo?

Farei esta análise através dos escritos de Guerreiro Ramos, associando sua reflexão à maneira como o tema da identidade nacional é tratado a partir de mais ou menos 1920. Esta abordagem, através da forma

⁴ Sobre a dinâmica do pensamento político brasileiro, ver Lamounier (1996), *Novas Formas do Debate Democrático*, IDESP.

como o tema da identidade nacional é pensado num cenário de industrialização e urbanização, visa a apreender no pensamento do autor as dimensões cultural e política que possibilitam pensar a relação entre nacionalismo e democracia apontada por Montserrat Guiberneau e Craig Calhoun.

3) Nacionalismo e democracia

Recorrente no pensamento social brasileiro, pode-se afirmar que o tema da nacionalidade sempre esteve associado a uma interpretação da sociedade brasileira. Esta, por sua vez, freqüentemente, associou-se a uma preocupação com a especificidade da formação da identidade nacional. Como questão da qual não se poderia descurar, quando no horizonte das elites políticas e intelectuais em fins do século XIX tornava-se nítida a fisionomia de um Estado soberano e politicamente autônomo, a especificidade da nossa formação social e cultural se torna objeto de estudos mais sistemáticos, que desde então ocuparia a preocupação de futuras gerações de pesquisadores. Segundo Richard Morse (1978), esta temática forneceu o “ponto de apoio cognitivo” para a sociologia realizada em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, confirmando sua persistência entre intelectuais de uma sociedade que teriam que chegar a um “acordo” sobre sua particularidade nacional antes de se ocuparem com os problemas próprios do mundo industrializado.

Embora se possa identificar na literatura sobre a sociedade brasileira uma continuidade no que diz respeito à relação que estabelece entre o tema da nacionalidade e estudos sobre folclore, origens étnicas e relações raciais, observa-se que as análises sobre essa produção tendem a estabelecer um corte histórico entre elas. De um lado, estariam situadas as reflexões iniciadas com Silvio Romero passando por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha; de outro, aquelas iniciadas com o movimento modernista paulista e os desdobramentos de suas preocupações e temas

numa agenda de pesquisa levada a cabo pela universidade. O próprio texto de Morse aqui referido pode servir de base para o entendimento das razões que levam à identificação mais de uma ruptura do que de uma continuidade nessa produção.

O marco histórico a que o autor remonta o “impulso” da “sociologia paulista” é os anos 1920 com o movimento modernista. Sob o impacto do crescimento industrial, do comércio e da urbanização, os modernistas se vêem como que despertados de um sono coletivo até então velado pelo passado patriarcal, oligárquico. A imagem de uma cidade que se modernizava rápido, oferecendo o espetáculo dos conflitos, da pobreza, do vai-e-vem de trabalhadores fabris e de uma nova elite empresarial, atua como que denunciando uma fraude, cuja vítima teria sido a tradição, as raízes étnicas e culturais, com as quais o moderno precisava reconciliar-se. Neste contexto, em que todo um cenário social aparece preenchido, ocupado por atores que se movimentam nas fábricas, nas ruas, nos bares, etc., a imaginação de uma nação sem povo ou com um povo inviável não parecia mais cabível. O resgate do passado cultural não era para imortalizá-lo, mas para consubstanciar um presente fugidio, caótico, que, nas palavras de Paulo Prado, “surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa”. Mas, sobretudo, tratava-se de um presente animado por arquitetos de uma nova ordem social e institucional. A busca do passado seria menos para construir a nação e mais para devolver a esta o “ser” esquecido, sem o que ela correria o risco de perder-se no desvario moderno.

Esta imagem da nação contrasta com aquela que teria originado uma reflexão que creditaria o Estado como seu agente promotor. As premissas que sustentariam essa perspectiva são duas: uma que, influenciada por teorias raciais em pleno vigor do século XIX às duas primeiras décadas do século XX, imaginava a nação como inviável; outra que admitia o Brasil como um país sem povo. Com a primeira identifica-se Silvio Romero; com a segunda, Oliveira Vianna. No caso do primeiro, a viabilidade do país só

seria possível com o branqueamento progressivo da nação, o que provavelmente implicava uma política migratória seletiva conduzida pelo Estado. No segundo, a despeito de escritos em que o tema da raça norteia a reflexão do autor, sobressaem os estudos de cunho político em que a construção da nação supunha um *a priori* inspirado no *self government* inglês, a partir da concessão de direitos civis pelo Estado.

O que prevalece na imagem desses autores aos quais de algum modo as análises agregam Alberto Torres e Euclides da Cunha é a idéia de ausência, em face do que a nação aparece como um projeto, portanto como uma idéia que antecede a sua existência real. Desse modo, a volta ao passado ou a consulta do presente só confirmaria o Estado como demiurgo da nação.

O contrário se daria com o modernismo. Há pelo menos duas razões para isso relacionadas à visão de Estado e sociedade. Primeiro, podemos tomar como referência *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, em que, junto às reflexões sobre natureza e miscigenação que teriam contribuído para o arrefecimento do ânimo e para o aguçamento da cobiça, há uma visão negativa do Estado português como fator contribuinte da tristeza brasileira. Este aparece como um devorador insaciável, que sangrava a colônia com toda sorte de impostos, torrados em construções suntuosas, em tecidos de seda e lã que não produzia. Era um parasita da colônia, das bandeiras e da mineração, devorado pela sede de ouro e pela inércia. No *Post-escriptum*, reitera a imagem negativa:

“O poder público, pacientemente, esperou os frutos da riqueza semeada. E logo em seguida criou o imposto, como os governadores do século XVIII e a Metrópole estúpida, na loucura do ouro, criaram os quintos, os dízimos, as dízimas, a capitação e a derrama. Nesse afã, porém a administração pública faliu, não podendo acompanhar o movimento progressista, ora lento, ora impetuoso. E assoberbado, num afobamento tonto, ficou atrás: é quase um empecilho e um trambolho” (Prado, 1998: 201).

Em segundo lugar, em contraste com o Estado, no Brasil, desde o tempo das bandeiras, tudo se devia à iniciativa privada, “que ergueu as plantações, que estendeu pela terra virgem os trilhos de caminho de ferro, que encheu de gado as grandes pastagens, que fundou cidades, abriu fábricas, organizou companhias e importou o conforto da vida material”. Temos aqui uma nítida oposição entre Estado e sociedade, em que esta aparece quase regendo a si própria, mas estorvada por um Estado não apenas ineficiente, mas devorador. Esta imagem de sociedade, quase autogerenciadora, fornecida pela época e contexto urbano de Paulo Prado, aparece sob o prisma da ruptura, de um novo início, é como se, conforme escrito anteriormente, se despertasse de um longo sono coletivo e de repente descobrisse que o mundo não é mais o mesmo. Segundo Richard Morse, aqui ao contrário da Inglaterra, esses intelectuais vinham de uma experiência histórica que não sofreu uma “evolução orgânica do ‘feudalismo’ para a industrialização”, pois “o Brasil foi rachado, desde o início, pelas estruturas econômicas capitalista e senhorial” (p. 36). Da cidade urbanizada e industrial deduzia-se a sociedade, o novo, o moderno, que não guardaria nenhuma relação com o mundo agrário. Nesse sentido, a ida ao passado teria ao mesmo tempo o propósito de consubstanciar um presente sem memória e fortalecer uma sociedade que, em oposição ao Estado, parecia apta a tomar as rédeas de seu destino nacional.

Em outra perspectiva, o tema da nacionalidade também aparece sob o prisma do novo, o novo entendido como o mundo da indústria, da urbanização e do mercado. Refiro-me de um modo geral ao pensamento isebiano, mais particularmente ao pensamento de Guerreiro Ramos, objeto deste trabalho. Assim como os modernistas, Guerreiro rompe com uma visão calcada na idéia de ausência e de inviabilidade da nação. Em seus estudos sobre o pensamento político brasileiro, observa-se que os autores que ele considera de um modo positivo são aqueles que orientaram suas reflexões sobre a realidade brasileira em suas épocas de modo não refratário ao que ele considerava “o novo sentido de época”. Dessa forma, homens

como Martins de Almeida, Virgínio Santa Rosa e Azevedo Amaral destacavam-se pela objetividade com que interpretavam os acontecimentos da década de 1930, identificando fatores sociológicos emergentes e condicionantes da reconfiguração política, social e econômica daquele período. Numa posição contrária, conservadora, estariam intelectuais católicos e integralistas, como Jackson Figueiredo, Hamilton Nogueira e Tristão de Ataíde. Segundo Guerreiro, quando confrontados com o ímpeto revolucionário de sua época, manifesto por agitações sociais, julgavam-no à luz do bem e do mal. Jackson Figueiredo, observa, via um caráter “satânico” nas manifestações violentas, nas explosões belicosas do moderno espírito revolucionário. Propunham, dessa forma, um reformismo moral, um “esclarecimento do espírito” e um apelo à exemplaridade das tradições, no sentido de purgar a sociedade de seus pecados. Enfim, eram orientados pelo psicologismo e alienação em relação à realidade. Embora um pensamento crítico, nacionalista, pudesse ser remontado até o Visconde do Uruguai, passando por Silvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, a década de 1930 figura para Guerreiro Ramos como um marco na medida em que finalmente as aspirações dessas elites políticas e intelectuais poderiam se concretizar.

Em obra dos anos 1960, o diagnóstico de Guerreiro quanto à configuração política do povo se confirma na “crise” institucional daqueles dias. Em *A Crise do Poder no Brasil*, temos o retrato de uma sociedade que estaria tendo sua fisionomia alterada, sob o impulso do processo de industrialização em curso desde a década de 1930. Esse processo teria tido impacto sobre o cenário político, alterando a composição do eleitorado e sinalizando uma ampliação da participação política.

Guerreiro observa que, até 1945, desde mais ou menos a década de 20, essa participação restringia-se à pequena burguesia e à classe média, sendo esta entendida como composta de funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais, etc. A partir de então, verifica-se que a participação eleitoral estende-se a um maior número de votantes, os quais

pertencem aos estratos mais populares da sociedade. Guerreiro identifica também uma mudança de perfil desses eleitores que, não mais obedecendo aos chefes locais, expressam suas escolhas de forma mais livre. O sociólogo do ISEB não esconde uma certa simpatia pelo populismo, considerado por ele como forma política superior à “política de clã” e “à política de oligarquia”. Pois o aparecimento do populismo se deu graças ao surgimento do “espírito público esclarecido”, quando a “opinião se faz respeitar”, ou seja, enquanto a vida rural e a dispersão de contingentes populacionais são a base da política de tipo familístico e clientelista, a vida urbana vai permitindo, aos poucos, outro comportamento eleitoral. No entanto, apesar dessa simpatia, Guerreiro a entende substituída por uma forma “superior”; trata-se da “política ideológica”. Esta se evidencia nos seus dias, anos 1960. Ela expressa um maior grau de diferenciação da sociedade, isto é, a constituição de classes e suas diferentes perspectivas. É nesse contexto que os partidos se tornam fundamentais, devendo superar as práticas oligárquicas e populistas, organizando seus programas de forma a serem representativos dos diferentes interesses de classes. A prova do surgimento da política ideológica se revelava na crise dos partidos, os quais, de conformação anacrônica, não expressavam mais os anseios dos atores políticos emergentes. O fato que expressaria essa crise era a vitória de Jânio Quadros. Jânio teria vencido as eleições apartidariamente, sem apoio do governo ou dos três principais partidos que controlavam a vida política naquele momento. O significado social dos grandes partidos estava diluído, na medida em que já não eram mais capazes de controlar a situação política do país, de modo que o eleitorado, expressando sua própria vontade, recusou-se a seguir as orientações das elites políticas então dominantes. Era o próprio sistema político que estava em xeque.

O pano de fundo da análise política de Guerreiro é constituído pelo que ele denomina a emergência da “consciência crítica”, configuradora da nação, definidora do povo como categoria política. O surgimento da consciência crítica estaria diretamente associado a fatores relacionados à

industrialização como urbanização e consumo, que atuariam no sentido de promover uma sociedade mais integrada e politicamente crítica. O “povo” se constituía naquele momento em categoria sociológica fundamental, à qual o pensamento político e social deveria referenciar seus estudos no sentido de contribuir para o esclarecimento e solução dos impasses testemunhados à época. O povo era ele mesmo indicativo de que a nacionalidade já era uma realidade sociológica, não mais apenas um sonho de elites intelectuais.

No entanto, se para Paulo Prado os paulistas o Estado revestia-se de um aspecto negativo, tornando-o um ator indesejável na obra de construção da nação, para Guerreiro ele figurava como o *locus* por excelência de uma atitude política em favor da nacionalidade. Nessa tarefa, o engajamento dos intelectuais era imprescindível, mas, ao contrário de se oporem ao Estado, deviam a ele se aliar, contribuindo na identificação e formulação de problemas sociais fundamentais. O Estado aparece na sua reflexão como aparelho que devia ser resgatado ao povo de modo que uma crítica à maneira como a política interna e externa estava sendo conduzida não estava ausente. O que na sua perspectiva seria incongruente, anômalo na nova “fase” histórica brasileira, impulsionada na década de 1930, era o descompasso entre o social e o político. Na esfera social, uma nova dinâmica, desejosa de transformações; na política, a permanência de uma ordem social pretérita, através de representantes das antigas oligarquias. Observa-se que, se uma oposição radical pode ser encontrada entre os modernistas e a continuação da agenda política por eles aberta para as décadas seguintes e o ISEB, ela só pode ser identificada na relação que se estabelece entre sociedade e Estado em ambas as perspectivas. Para Guerreiro, uma oposição entre essas duas esferas era teórica e pragmaticamente absurda, até mesmo ilógica, uma vez que sociedade e Estado, sociologia e política são ambos aspectos de uma mesma realidade.

Estado e sociedade, no pensamento de Guerreiro Ramos, pode-se dizer, são aspectos fundamentais à sua compreensão do nacionalismo.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, B. (1998). *Imagined Communities*. London: Verso.
- CALHOUN, C. (1995). "Nationalism and Difference: The Politics of Identity Writ Large". In: *Critical Social Theory*. Blackwell Publishers.
- GUIBERNEAU, M. (1997). *Nacionalismos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MORSE, R. (1978) "A Economia de Manchester e a Sociologia Paulista". In: *Dados*. Rio de Janeiro, n.º 18, p. 3-32.
- PRADO, P. (1998). *Retrato do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Cia. das Letras.
- RAMOS, G. (1961). *A Crise do Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LETRAS EM BUSCA DA NAÇÃO: IMPASSES DE UMA HISTÓRIA LITERÁRIA MODERNISTA ¹

André Botelho ²

Já é truísmo se referir aos anos de 1920, no Brasil, como tempo de renovação econômica, social, política e cultural marcado, sobretudo, pela idéia de “ruptura” com o passado a que, malgrado a instabilidade semântica do termo, se tem identificado correntemente por “modernidade”. No que diz respeito à renovação cultural, a idéia de ruptura constitui tema central nos estudos sobre o modernismo, nos quais a Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922 permanece, em grande medida, como um marco mais do que simplesmente simbólico. Trata-se, sem dúvida, de um problema de difícil equacionamento, mesmo porque, sendo a crítica necessariamente “auto-referencial”, no sentido que deve validar seus próprios “instrumentos lingüísticos”, mobiliza freqüentemente “conceitos de contrastes”, cujos significados são extraídos tanto do que “nega” quanto do que “afirma”. Daí a “instabilidade semântica” da idéia de ruptura que, dependendo do que está sendo negado e, em contraste, do que está sendo afirmado, poder aparecer em diferentes “contextos semânticos” com diversos significados.³

Os modernistas paulistas e os críticos que se formaram procurando tirar conseqüências da tradição intelectual supostamente inaugurada pela

¹ A versão original deste trabalho foi apresentada sob o título “A semântica do Brasil moderno: a contribuição da *Pequena História da Literatura Brasileira*” no Seminário “A idéia de Brasil moderno” - promovido pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000 - e debatida pela Profa. Marisa Lajolo, a quem o autor aproveita para agradecer as considerações críticas.

² Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Professor recém-doutor do Departamento de Sociologia do IFCS/UFRJ.

³ JAMESON, 1994: 28.

Semana de 1922 lograram, em grande medida, impor uma definição do próprio “sentido” do modernismo brasileiro a partir dos seus valores particulares. De modo que parece ainda natural, oitenta anos após a sua realização, que os interessados pelos novos temas e linguagens que caracterizam os anos 20 devam se encaminhar às obras e autores paulistas que, pretendendo aparecer como representantes do espírito da época, valem ainda hoje como tais. Nesse processo, a crítica não poupou eficientes “operações ideológico-discursivas que, homogeneizando diferenças culturais e aplainando temporalidades estanques, com todos os seus conflitos antagônicos sublimados”,⁴ implicou na “exclusão de amplo e multifacetado universo sociocultural, político, regional que não se enquadrava nos cânones de 1922, em se tratando, embora, de processos intrínsecos aos avatares da modernidade”.⁵

O caso da *Pequena história da literatura brasileira* de Ronald de Carvalho (1893-1935) é emblemático dessa situação. Embora publicada originalmente em 1919, ela não tem sido consultada pelos analistas do modernismo, não obstante seu autor ser um dos intelectuais mais representativos do seu tempo.⁶ Aos olhos de alguns dos seus contemporâneos, Ronald de Carvalho apareceu “apenas” como um “rotinizador” de idéias. Para Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, por exemplo, ele era o “filho família da nossa crítica tradicional”, não havendo em suas “opiniões” sobre “nossa nacionalidade, sobre nossas letras, sobre nossas artes”, “quase nada que já não se tenha dito”.⁷ Mário de Andrade, por sua vez, embora admitindo que tinha Ronald como a “inteligência mais harmoniosa que conheço”, considerava ele precisava fazer “qualquer coisa de mais duradouro que vulgarizações literárias”, pois, assim, não cumpria o “destino

⁴ HARDMAN, 2000: 322.

⁵ HARDMAN, 1996: 290.

⁶ BOTELHO, 2002.

⁷ HOLANDA & MORAES NETO, 1974: 216.

que Deus lhe deu espalhando-se e enfraquecendo-se com essas utilidades de ginásio e curso secundário”.⁸

Se tais impressões procedem, é preciso lembrar, todavia, um aspecto geralmente negligenciado pela crítica: que os “lugares comuns” constituem freqüentemente recursos retóricos fundamentais para os intelectuais que, acomodando seus argumentos às opiniões e valores em geral aceitos, buscam dotar suas idéias de um caráter intrinsecamente persuasivo.⁹ E contraposta às histórias da literatura de Sílvio Romero e José Veríssimo, a *Pequena história* de Ronald de Carvalho pareceu a outros dos seus contemporâneos muito bem “pensada” e “escrita”. Entre eles, creio que Alceu Amoroso Lima soube divisar melhor o que estava em jogo naquela fluência da narrativa: Ronald munido de “um tão perfeito instrumento de expressão pôde dar mais relevo às idéias e mais propriedades às apreciações”.¹⁰ Mais do que uma idiosincrasia do autor – embora, num determinado plano, corresponda ao seu estilo – a fluência da narrativa da *Pequena história* respondia antes aos seus próprios objetivos ao propô-la naquele “contexto intelectual”. Como disse Ronald: seu trabalho estava “destinado a vulgarizar, nos seus delineamentos, a fisionomia da nossa literatura”.¹¹ Objetivo provavelmente alcançado através do uso didático a que a *Pequena história* foi submetida como manual para o ensino de literatura brasileira nas escolas durante pelo menos quatro décadas.¹²

⁸ Apud MORAES, 2000: 135-6.

⁹ SKINNER, 1999 [a]: 159-175.

¹⁰ LIMA, 1948: 139.

¹¹ CARVALHO, 1922: 254.

¹² Wilson Martins observa que com a sua publicação “ia surgir o primeiro manual moderno de sua especialidade e que, vindo depois dos de Sílvio Romero e José Veríssimo, surpreendia, antes de mais nada, por uma qualidade de que não dispunham os anteriores: era bem escrito” (MARTINS, 1983: 465). Antonio Candido, por sua vez, confessa no prefácio, datado de 1957, da primeira edição da *Formação da Literatura Brasileira* (1959): “Li também muito a Pequena História, de Ronald de Carvalho, pelos tempos do ginásio, reproduzindo-a abundantemente

Creio que, deixando de lado as disputas entre os modernistas de São Paulo e do Rio de Janeiro,¹³ uma das principais dificuldades que os analistas têm encontrado para situar a *Pequena história da literatura brasileira* em relação ao modernismo prende-se, em parte, à sua própria particularidade como gênero, já que a tradição é a própria matéria que cabe a uma história da literatura ordenar. Escrever história da literatura implica numa determinada maneira de perceber e ordenar o tempo marcada pela busca e recuperação do passado, de modo a reordená-lo simbolicamente em face do presente segundo não apenas um sentido de ruptura, mas, sobretudo, de continuidade que permita ao historiador estabelecer uma cadeia evolutiva mais ou menos coesa para as realizações artísticas e intelectuais propostas como nacionais.

Tomando como premissa que se “a idéia de ruptura absoluta é ‘metafísica’, também o é a noção de uma continuidade inteiramente sem cortes”,¹⁴ procuro mostrar neste trabalho que a identidade histórica da *Pequena história da literatura brasileira* forma-se, por um lado, em relação à tradição intelectual particular da historiografia literária que lhe lega suas principais referências em termos de axiomas e vocabulário e, por outro, à conjuntura crítica de reflexão sobre o sentido que a cultura e a sociedade brasileira estavam tomando, da qual se nutriram tanto a sensibilidade quanto a imaginação modernistas.

Minha hipótese é que, tendo atualizado, no limiar dos anos 20, a idéia de literatura como perspectiva de conhecimento da formação nacional que caracteriza a historiografia literária, a *Pequena história* contribuiu para “que um certo elenco de pontos” parecesse “problemático, e um rol correspondente de questões” tenha se convertido “nos principais tópicos

em provas e exames, de tal modo estava impregnado de suas páginas” (CANDIDO, 1964: 03).

¹³ Sobre tais disputas e o papel de Ronald de Carvalho no modernismo carioca, ver: BOTELHO, 2002.

¹⁴ EAGLETON, 1993: 9.

em discussão” ao longo daqueles anos.¹⁵ Trato, nesse sentido, particularmente da relação estabelecida pelo autor entre a questão da renovação estética e a avaliação do papel do legado cultural ibérico na formação da sociedade brasileira. Cumpre notar que, na obra de Ronald de Carvalho, esta problemática deriva da idéia de “cultura” como “perspectiva de abordagem” e “categoria explicativa” da sociedade brasileira, no que, aliás, seguia o influxo intelectual-ideológico do seu tempo, marcado pela introdução do culturalismo nas interpretações da formação nacional.

Historiografia literária e questão nacional

A historiografia literária surgiu como gênero na Europa a partir do romantismo e proliferou ao longo do século XIX como expressão do fortalecimento das línguas nacionais, uma das bases dos modernos Estados-nação. Nesse sentido, foi sobretudo um produto do historicismo, compreendido como a ênfase na variabilidade histórica não apenas no sentido da reação à generalização, mas no da possibilidade, nela implicada, de se construir grandes esquemas de desenvolvimentos históricos sintéticos, totalizantes e progressistas tidos como próprios. A historiografia literária está, nesse sentido, assentada em duas premissas básicas: a primeira se refere ao seu objeto, a própria literatura. Concebida como produto *cultural* no sentido que resulta da atividade humana, a literatura não constituiria um mero objeto criado pelo homem, mas um objeto cuja especificidade residiria na capacidade de encarnar as próprias projeções humanas, isto é, a literatura

¹⁵ SKINNER, 1999: 10. Aplico aqui a categoria “contexto intelectual” de Quentin Skinner (1988 e 1999): ao enfatizar o vocabulário normativo, os problemas comuns e as convenções compartilhadas de uma época, constitui fundamentalmente uma categoria metodológica de mediação, por assim dizer, entre o contexto econômico e/ou social e/ou político mais amplo e o pensamento de um autor, permitindo, inclusive, identificar suas concretas motivações e possível originalidade quer em relação à tradição particular da qual faz parte, quer em relação aos seus contemporâneos.

seria portadora legítima das significações não apenas individuais como coletivas. A segunda refere-se à existência algo homogênea dessas projeções humanas numa época determinada, o que permitiria que a história da literatura fosse feita a partir de um repertório de obras e autores segundo um encadeamento cronológico, linear e cumulativo.

A literatura, de fato, como sugeriu Max Weber, foi o “primeiro, e no momento o único, valor cultural acessível às massas que ascendem no sentido de uma participação na cultura” no âmbito do processo de constituição da “nação” como “comunidade de sentimento”.¹⁶ Papel relacionado, segundo o autor, em parte, ao fato de que o “gozo da arte exige um grau de educação muito maior, e a arte tem uma natureza muito mais aristocrática do que a literatura”, e para cujo desempenho a imprensa mostrou-se fundamental: “Os jornais, que certamente não reúnem o que há de mais sublime na cultura literária, cimentam as massas mais fortemente”; mesmo porque, observa: “Hoje, interesses pecuniários e capitalistas bem consideráveis estão ligados à manutenção e cultivo da língua popular: os interesses dos editores, autores e colaboradores de livros e periódicos e, acima de tudo, os jornais”.¹⁷

No Brasil, coube a Sílvio Romero, a exemplo do que haviam feito Gervinus e Scherer, na Alemanha, De Sanctis, na Itália, e Lanson, na França, procurar mostrar de modo mais sistemático a individualidade do país como nação por meio do encadeamento de fenômenos literários e intelectuais. Foi em 1888 que Romero definiu na sua *História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira* um conjunto de tentativas e realizações artísticas, intelectuais e folclóricas que dispostas numa cadeia mais ou menos evolutiva e obedecendo a determinados critérios, poderiam, segundo entendia, ser identificadas como *nacionais*.

¹⁶ WEBER, 1982: 208.

¹⁷ IDEM, 1982: 208-9.

Romero propôs uma definição ampla de literatura, quase como sinônimo de cultura: “para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: - política, economia, arte, criações populares, ciências...”¹⁸ Em 1916, contudo, com a publicação da *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)* de José Veríssimo, a disputa pela definição do objeto da historiografia literária se acirrou. Contestando o conceito genérico de Romero, Veríssimo propôs outro mais específico: “Literatura é arte literária. Somente o escrito com propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura. Esta é neste livro sinônimo de boas ou belas letras, conforme a vernácula noção clássica”.¹⁹

Se a definição de literatura de Romero corresponde, em grande medida, ao predomínio das teses deterministas do cientismo naturalista, a redefinição de Veríssimo traduz a crescente importância que a categoria do “estético” assumia naqueles anos como parte da emergência de uma classe média urbana e sua luta pela hegemonia política.²⁰ Esta se materializava no surgimento de algumas condições preliminares para a constituição de um meio literário mais integrado e para a afirmação da diferenciação e autonomia dos diferentes campos da cultura entre si que não estavam disponíveis quando da formulação do programa de historiografia literária de Romero.²¹ Permanece, contudo, nesta redefinição, a autoridade – e legitimidade – da literatura para estabelecer a especificidade da “nação”, uma vez que, como dizia o próprio Veríssimo, a “literatura, que é a melhor expressão de nós mesmos, claramente mostra que somos assim”.²²

¹⁸ ROMERO, 1960: 58.

¹⁹ VERÍSSIMO, 1963: 12.

²⁰ EAGLETON, 1993: 8.

²¹ CANDIDO, 1945.

²² VERÍSSIMO, 1963: 12.

Ao contrário de Romero, para Ronald de Carvalho não caberia julgar a obra literária exclusivamente a partir de fatores tidos como *externos*; mas, como Veríssimo antes dele, num certo sentido, em função também das componentes que ele lhe considerava intrínsecas. Mas entre uma concepção estrita de literatura, como a de Veríssimo, e outra que acabava por reduzir a forma literária a simples *reflexo* da sociedade, como a de Romero, procurou Ronald formar, de um modo geral, sua concepção da literatura na própria figuração das sinuosas relações entre formas estética e social. Ronald, segundo observou Wilson Martins, “trazia no julgamento da coisa literária (porque o seu livro é, apesar das aparências, mais crítico do que expositivo), uma sensibilidade apurada e esperta, até então desconhecida pelos brasileiros nesse gênero ingrato”.²³ Assim, teria procurado fazer história literária sem perder de vista que é a sociedade que cria as possibilidades e os limites fundamentais para os seus homens de letras. Sobre os métodos dos seus predecessores, pensava Ronald:

Sílvio condenava, muitas vezes, mais os homens que os princípios, via a obra através do autor, julgava a cultura pela raça. Seus erros de observação não lhe devem correr por conta do raciocínio, que era de uma precisão admirável, mas, geralmente, por mal do seu coração, que era um tanto feminino, tal a instabilidade das suas preferências.²⁴

Ao contrário de Sílvio, José Veríssimo via apenas a obra e nunca homem, exaltava ou condenava o escritor sem se importar com a sua categoria social ou mesmo literária. O autor, para ele, era uma figura secundária, sem interesse imediato, a não ser quando havia na sua vida um ou outro pormenor que pudesse explicar com mais segurança certas particularidades da obra.²⁵

²³ MARTINS, 1983: 465.

²⁴ CARVALHO, 1922: 340.

²⁵ IDEM, 1922: 344.

E, embora manifeste seu desejo de pôr “de lado a controvérsia”, já que “o que apresenta maior relevância, para a história das nossas letras, é a própria fatura do poema”,²⁶ o raciocínio que preside os juízos de Ronald de Carvalho parece ter por base um certo pragmatismo que leva em conta a relativa escassez de obras literárias no acervo nacional que suportassem uma apreciação exclusivamente estética. Todavia, menos do que idiosincrasias pessoais dos literatos, buscava Ronald entender o que considerava “defeito” na fatura do texto em função dos limites impostos pelo tempo e meio social. Tomo um exemplo aleatório: “Se outros fossem os caminhos por ele trilhados, não seria de admirar que Alvarenga Peixoto nos deixasse algum poema de maior fôlego. Só lhe faltou, para isso, um ambiente menos estreito e servil, que engenho ele o tinha de sobra”.²⁷

Assentado o axioma da capacidade da literatura expressar o “caráter nacional”, o que justifica o seu estudo em termos historiográficos como perspectiva de conhecimento da própria formação da sociedade como nação, os historiadores da literatura brasileira viram-se constrangidos por um problema fundamental: como demonstrar a formação de uma literatura em termos nacionais se ela não se baseava numa língua própria, mas na herdada dos colonizadores portugueses?

Entendida como instrumento e portadora de um conjunto de características e valores comuns compartilhados, a língua foi um dos principais critérios de definição da identidade nacional para uma coletividade social. Em alguns casos, a conexão lingüística chegou a ser pensada como a própria condição de expressão e cultivo do sentimento nacional, isto é, como elemento de articulação dos valores simbólicos que permitiriam àquela coletividade se identificar como “nação”.

²⁶ IDEM, 1922: 189.

²⁷ IDEM, 1922: 182.

Ao lado da língua, direitos dinásticos, território, raça e religião foram os principais critérios de definição da nação no século XIX.²⁸ No que diz respeito ao tópico aqui em discussão – a língua como elemento de articulação da nacionalidade –, é preciso observar que, desde o final do século XIX, no entanto, como testemunha “Qu’est-ce qu’une nation?” (1882) de Ernest Renan, a língua, assim como os outros critérios acima referidos, foram perdendo a força explicativa como fatores isolados de coesão de uma coletividade social enquanto nação. Diz Renan:

A língua convida a se reunir; ela não obriga. Os Estados Unidos e a Inglaterra, a América espanhola e a Espanha falam a mesma língua e não formam uma nação única. Ao contrário, a Suíça, tão bem feita, porque foi feita pelo assentimento de suas diferentes partes, conta com três ou quatro línguas. Existe no homem alguma coisa superior à língua: é a vontade. A vontade da Suíça de ser unida, apesar da variedade desses idiomas, é um fato bem mais importante do que uma semelhança freqüentemente obtida através de vexames.²⁹

Sílvio Romero procurou resolver o problema da língua portuguesa como base da literatura brasileira de acordo com o seu esquema naturalista geral, isto é, assimilando-a à questão da raça, concebe a língua como um “organismo” em permanente “evolução” em função do ambiente mais amplo em que se encontra disciplinado, em extensão e profundidade, no caso do Brasil, pela miscigenação ou caldeamento das raças. Por isso, entendia o autor, a língua portuguesa falada no Brasil poderia vir a assumir feições próprias propostas como “nacionais” e diferenciadas em relação a outras coletividades falantes da língua portuguesa.³⁰ Assim, 18 anos depois,

²⁸ HOBBSAWM, 1990.

²⁹ *Apud* BARBOSA, 2000: 12.

³⁰ ROMERO, 1960: 135-6.

quando Veríssimo precisou enfrentar o problema da língua portuguesa como base da literatura brasileira já podia contar, portanto, com a possibilidade de diferenciação desta em relação àquela, conforme havia proposto Romero. Tanto assim que, uma vez consolidada a representação daquela possibilidade, houve espaço até para se referir de modo irônico, na introdução da sua *História da literatura brasileira*, à tentativa de valorização da língua tupi ensaiada por alguns escritores romântico-indianistas.³¹

A partir de que momento seria legítimo, para esses historiadores, falar-se na diferenciação da língua portuguesa no Brasil como fundamento da formação da literatura brasileira? A pergunta remete, na verdade, ao problema central da historiografia literária brasileira: identificar e demarcar um momento fundador, já que esta, necessariamente, como disse Veríssimo, “nasceu e desenvolveu-se [...] como rebento da portuguesa e seu reflexo”;³² ou como diria décadas depois Antonio Candido: “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas”.³³

Tal como os próprios românticos, Sílvio Romero e depois José Veríssimo consideraram o romantismo o *momento decisivo*, por assim dizer, da formação da literatura brasileira. Para Romero, a “nativização, a nacionalização da poesia e da literatura em geral foi, talvez, o maior feito do romantismo”;³⁴ ou ainda: “O romantismo brasileiro, em seu acanhado círculo, asilou os mesmos debates que o seu congênera europeu. Seu maior título, a meu ver, foi arrancar-nos em parte da imitação portuguesa, aproximar-nos de nós mesmos e do grande mundo”.³⁵ Do mesmo modo que para Veríssimo:

³¹ VERÍSSIMO, 1963: 8, n. 2.

³² IDEM, 1963: 01.

³³ CANDIDO, 1964: 09.

³⁴ ROMERO, 1960: 781.

³⁵ IDEM, 1960: 787.

Somente com os primeiros românticos, entre 1836 e 1846, a poesia brasileira, retomando a trilha logo apagada da plêiade mineira, entra já a cantar com inspiração feita dum consciente nacional. Atuando na expressão principiava essa inspiração a diferenciá-la da portuguesa. Desde então somente é possível descobrir traços diferenciais nas letras brasileiras. Não serão já propriamente essenciais ou formais, deixam-se, porém, perceber nos estímulos de sua inspiração, motivos da sua composição e principalmente no seu propósito.³⁶

Neste ponto coloca-se uma das convergências mais importantes entre Veríssimo e Romero: a que diz respeito à precedência da independência política sobre a literária e intelectual. As condições de florescimento de uma literatura nacional, e a feição por ela assumida, seriam, para ambos os historiadores, produto da própria evolução histórica da sociedade. Mais do que para eles, no entanto, que o tomaram de modo derivado da premissa da “autonomia cultural” como consequência da “autonomia política” do país, o axioma da feição particular – “brasileira” – da língua portuguesa assume para Ronald de Carvalho a condição basilar da formação de uma literatura nacional no Brasil.

Embora desde Romero essa possibilidade já estivesse, em tese, assegurada, quando Ronald publicou sua *Pequena história* a autonomia lingüística constituía ainda objeto de acirradas polêmicas entre literatos, filólogos e historiadores literários. Testemunham sua relevância a publicação de *A língua nacional* (1921) de João Ribeiro defendendo a diferenciação, autonomia e legitimidade do português falado no Brasil, e *A perpetua metrópole* (1922) de Almáquio Diniz defendendo, ao contrário, nossa subordinação lingüística ao que entendia ser o “purismo lusitano”. É face a esse debate que Ronald de Carvalho precisou, portanto, se posicionar:

³⁶ VERÍSSIMO, 1963: 06.

Apesar de não possuímos uma língua própria, acreditamos, ao revés de alguns pessimistas de pequena envergadura, que nos não falecem as condições necessárias ao advento de grandes obras literárias, perfeitamente brasileiras, caracteristicamente nacionais. A influência portuguesa, predominante até os fins do século XVIII, entrou, no século XIX em franco declínio e, hoje, não existe mais senão como apagado vestígio, repontando, de raro em raro, nalguns escritores quase sem relevo. O idioma falado por nós já apresenta singularidades notáveis; nossa prosódia tem acentos mais delicados que a lusitana, e há na sintaxe popular muitas particularidades interessantes. Temos, também, um extenso vocabulário essencialmente brasileiro, cuja importância não se faz mister encarecer.³⁷

Tirando, também neste ponto, conseqüências mais de Sílvio Romero do que de José Veríssimo, Ronald procurou enfatizar que a feição brasileira da língua portuguesa seria produto, sobretudo, da sintaxe popular em detrimento, muitas vezes, de obras literárias consagradas:

a voz do povo já se fazia escutar com acentos e timbres diferentes, e, se no ponto de vista puramente intelectual, ainda predominava a lição da Universidade de Coimbra, a feição de nossa gente apresentava profundas modificações. Os doutos e os eruditos estavam ainda presos a Portugal, mas a plebe, o “vulgo profano”, de cuja “grossaria” se queixava o *árcade* Cláudio Manoel da Costa, tinha os olhos voltados para a terra natal.³⁸

É desse modo que, para o autor, a feição brasileira da língua portuguesa se caracterizaria pela idéia de “simplicidade” da linguagem em oposição ao léxico opulento e ao emprego ostensivo de artifícios

³⁷ CARVALHO, 1922: 43-4.

³⁸ IDEM, 1922: 155-6.

expressivos, reunidos pelo autor no termo “gongorismo”, identificados à sintaxe lusitana (a qual constituiu objeto de ataques no âmbito do modernismo). Artíficos expressivos que, em síntese, “revelam apenas o brilho de um espírito curioso, forrado de um ecletismo superficial e fácil, onde os recursos de eloquência resolvem, a cada passo, os problemas que o raciocínio deixou por insolúveis”.³⁹

A idéia de “simplicidade” na linguagem está, assim, diretamente relacionada, na *Pequena história*, ao caráter instrumental atribuído pelo autor à linguagem literária e poética como se fossem capazes de propiciar o desvelamento da “realidade brasileira”. Sua crítica volta-se, então, para a opacidade da linguagem acarretada pelo emprego ostensivo de artifícios expressivos que, como entendia, ao invés de contribuir para revelar, acabava por ocultar a realidade nacional. E essa idéia de “simplicidade” foi fundamental para o questionamento da definição *a priori* dos temas considerados poéticos e para a aproximação da poesia a um mundo mais prosaico e cotidiano que constituíram elementos fundamentais do programa cultural assumido pelos modernistas em geral.

É a partir desse critério que Ronald de Carvalho enfrenta temas polêmicos que formavam a tradição intelectual da historiografia literária brasileira como, por exemplo, a periodização da evolução da literatura e a definição de uma galeria canônica em termos de textos e autores. Embora tenha considerado a periodização proposta por Romero “mais atenta” do que a de Veríssimo, Ronald entendia, porém, que lhe faltava “segurança e concisão”: “Aquele seu ‘período de desenvolvimento autonômico’ é menos verdadeiro, pois ainda sofríamos no século XVIII imediata influência portuguesa”.⁴⁰ Assim, propõe uma divisão da formação da literatura brasileira em três períodos distintos:

³⁹ IDEM, 1922: 223.

⁴⁰ IDEM, 922: 47.

- 1°) – Período de formação, quando era absoluto o predomínio do pensamento português (1500-1750);
- 2°) – Período de transformação, quando os poetas da escola mineira começaram a neutralizar, ainda que palidamente, os efeitos da influência lusitana (1750-1830);
- 3°) – Período autônomo, quando os românticos e os naturalistas trouxeram para a nossa literatura novas correntes européias (1830 em diante).⁴¹

Quanto à galeria canônica da literatura brasileira, Ronald seleciona determinados literatos, em geral, e poetas, em particular, a partir, mais uma vez, das pesquisas propostas pelos seus predecessores. A esse respeito, eu começaria sugerindo, para usar uma fórmula consagrada pelos historiadores literários brasileiros, um subtítulo para a *Pequena história* que explicitasse seu arco histórico em termos de autores: “De Gregório de Matos a Mário Pederneiras”. De fato, é entre o poeta barroco e o simbolista carioca que, segundo o autor, a literatura brasileira se esboça como expressão da nacionalidade.

Quer dizer, considerava que as expressões legítimas da literatura nacional já seriam perceptíveis antes mesmo do Romantismo, quando da sua consolidação de fato. Assim, as primeiras manifestações nativistas – tipo de prelúdio do sentimento nacionalista – remontariam ao Barroco e não aos árcades mineiros. Considerava Ronald que “o sentimento brasileiro só com Gregório de Mattos é que, realmente, começa a aparecer”.⁴² E completando mais adiante: “Ele foi, para resumir, o primeiro espírito varonil da raça brasileira”.⁴³ Mário Pederneiras, por sua vez, é considerado por Ronald o introdutor do verso livre – principal instrumento lingüístico modernista de reação à *hegemonia* poética parnasiana – no Brasil:

⁴¹ IDEM, 1922: 47-8.

⁴² IDEM, 1922: 100.

⁴³ IDEM, 1922: 122.

Sua poesia é de uma simplicidade a que não estamos habituados. Usando o metro livre com perícia, conhecendo-lhe os segredos e as dificuldades, o autor do *Ao léu do sonho e à mercê da vida*, exerceu segura influência sobre grande parte dos nossos melhores poetas modernos [...] Pederneiras estimava as coisas no seu ambiente natural, desalindadas de artifício, singelas e humildes, como se apresentam aos nossos olhos. Não lhe interessavam os aspectos extraordinários do mundo [...] ficava indiferente diante de toda essa quinquilharia de que abusaram os parnasianos”.⁴⁴

O ápice da formação da literatura brasileira, sempre perseguindo a idéia de autonomia e simplicidade lingüística, teria se dado com Machado de Assis que, para Ronald, seria “sem contestação, sob variados aspectos, o mais significativo dos escritores de língua portuguesa”.⁴⁵ Assim, num tipo de redenção do nosso mal de origem, uma literatura nacional sem base numa língua própria, nosso processo de diferenciação e autonomização lingüística acabaria por dar à língua portuguesa em geral um dos seus mais notáveis expoentes literários.

A galeria canônica proposta por Ronald inclui ainda, com destaque, obras como, por exemplo, *Jornal de Timon* de João Francisco Lisboa, “Inteligência universal, queremos dizer versátil e polimorfa, Lisboa, no meio dos seus companheiros enfáticos e atrasados, brilhou pela liberdade do caráter e pela profundidade da capacidade de observador sagaz e astuto”;⁴⁶ e *Memórias de um sargento de milícias* de Manoel Antonio de Almeida que, entretanto, “não agradaram ao nosso público, mais amigo dos enredos fantasistas, das declamações gongóricas e campanudas, do que das

⁴⁴ IDEM, 1922: 375. Cumpre observar que embora presente desde a primeira edição de 1919, o argumento sobre o papel de Mário Pederneiras na introdução do verso livre no Brasil foi desenvolvido com maior ênfase e documentação a partir da segunda edição da *Pequena história da literatura brasileira*, de 1922.

⁴⁵ IDEM, 1922: 333.

⁴⁶ IDEM, 1922: 283.

narrações simples da vida quotidiana”.⁴⁷ E autores como, por exemplo, Joaquim Manoel de Macedo, “o verdadeiro fixador dos nossos costumes, naquela época ainda colonial na maioria dos seus aspectos [...] compreendeu admiravelmente as tendências da nossa alma popular, sentimental e piegas, e fez, com pequenas intrigas ingênuas [...] a sua história íntima e simplória”;⁴⁸ Castro Alves, cujo “sucesso do seu lirismo declamatório, empolado e brilhante, onde refulgem, de trecho a trecho, imagens de uma formosura quente e nervosa, tem as raízes no caráter grandiloqüente e enfático da raça brasileira. Ele foi, e é ainda amado aqui por várias razões de ordem moral, porquanto é, de certo, um genuíno representante do nosso pendor para o grandioso, até para o extravagante”.⁴⁹ E, por motivos opostos, Cruz e Sousa, em cuja poesia não se verificariam “os processos artificiosos com que os nossos versejadores hábeis, na sua maioria, procuram iludir a sensibilidade do leitor. O brilho da rima esquiva, o recamo do vocábulo cintilante, o colorido da imagem esquisita, tudo isso foi posto à margem”.⁵⁰ Com Cruz e Souza, sugere Ronald, rompia-se nada menos do que com a noção de eu-lírico preestabelecida (peça fundamental da estética parnasiana), de modo que a partir dele “o artista, em suma, desapareceu”.⁵¹

Renovação estética e legado cultural ibérico

O naturalismo foi alvo no âmbito da prática poética de um intenso movimento de combate à estética parnasiana a ele associada, o que constituiu um dos principais motivos de empenho e controvérsia entre poetas e letrados brasileiros nas primeiras décadas republicanas. A concepção de poesia como produto nobre do espírito e de uma idéia

⁴⁷ IDEM, 1922: 268.

⁴⁸ IDEM, 1922: 261.

⁴⁹ IDEM, 1922: 250.

⁵⁰ IDEM, 1922: 358.

⁵¹ Ibidem.

elevada de inspiração dominou quase completamente a atividade poética brasileira da passagem para o século XX, para cujo efeito de desprendimento idealista em relação a qualquer referência à realidade prosaica contribuía um vocabulário raro e previamente escolhido.⁵²

Esta polêmica modernista sobre o alegado artificialismo da poética parnasiana, disciplinada por uma concepção rigorosa de *forma* dissociada de *conteúdo*, como *fórmula versificatória*, e sua correspondente concepção de poética como uma espécie de adorno postiço, bem como a visão mecanicista da natureza e da concepção social do homem vislumbradas no ideário naturalista, comporta uma dimensão social mais ampla freqüentemente negligenciada a um plano secundário pela crítica especializada, mas que, do ponto de vista sociológico, mostra-se fundamental. Se perguntarmos sobre o seu lugar social, podemos perceber que esta polêmica inscreve-se num quadro mais amplo de idéias, no qual as linguagens em transformação são índice do complexo diálogo que a sociedade brasileira dos anos 20 estava travando com ela própria sobre o papel social do legado cultural ibérico na sua ordenação.

Não por acaso, este é justamente um dos temas centrais da *Pequena história da literatura brasileira*. Associando o ideário parnasiano ao legado cultural ibérico, mas não propriamente ao legado colonial, Ronald de Carvalho sugere que este último teria moldado não apenas a literatura, mas a sociedade brasileira como um todo desde a colonização, sendo que sua influência se faria sentir decisivamente mesmo após a independência política, de 1822, na moderna vida social brasileira. Essa percepção relativamente aguda da questão estética, sobretudo, quando se leva em conta que a denúncia do ideário parnasiano por parte do grupo paulista de 22 estava a princípio circunscrita ao domínio estético em termos especializados,⁵³ só foi possível porque o autor tinha em vista um quadro de

⁵² ARRIGUCCI JR, 1990: 102.

⁵³ PAES, 1990: 68.

referências culturais e sociais mais amplo e complexo, próprio ao gênero historiográfico.

No âmbito do modernismo paulista o legado cultural ibérico, encarnando na figura do *bacharel*, constituiu objeto de crítica no final dos anos 20 e, sobretudo, ao longo dos anos 30. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, referiu-se à *praga do bacharelismo* na nossa formação cultural que condicionaria o móvel do conhecimento como fonte de distinção e destaque dos seus cultores: “De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas”.⁵⁴ Também Paulo Prado observava, em 1928, no *Retrato do Brasil*: “Ciência, literatura, arte – palavras cuja significação exata escapa a quase todos. Em tudo domina o gosto do palavreado, das belas frases cantantes, dos discursos derramados: ainda há poetas de profissão”.⁵⁵

Em 1919, no entanto, Ronald de Carvalho já observava que o legado ibérico havia formado uma cultura “essencialmente idealista e aventureira”; daí o seu tipo ideal: o Quixote que “luta sem saber com quem, contra um moinho ou contra um exército, mas luta porque tem necessidade de aventuras para viver”.⁵⁶ Contraposta à idéia de “estabilidade” que, segundo o autor, “é por onde se revelam os povos já velhos e constituídos”,⁵⁷ a idéia de “aventura” herdada do colonizador ibérico é sistematicamente formulada ao longo da *Pequena história* como definidora do “caráter brasileiro”:

Já se disse, no correr deste livro, que não possuímos a noção da estabilidade; ora, sem essa qualidade primacial, que não se improvisa, e somente se adquire com o trato e a

⁵⁴ HOLANDA, 1995: 165.

⁵⁵ PRADO, 1997: 203-4.

⁵⁶ CARVALHO, 1922: 25.

⁵⁷ IDEM, 1922: 128.

experiência dos homens e do mundo, não haverá equilíbrio nos conceitos, nem justeza nos comentários; não haverá filosofia na história, nem penetração na crítica. Acresce, também, que os povos da península ibérica de quem descendemos diretamente, para não mencionar o índio e o africano, cuja capacidade de observação é secundária, nunca se revelaram superiores por esse lado. Ali predomina, igualmente, a paixão, o lirismo histórico obscurece a visão dos fatos, o culto da imaginação perturba o conhecimento lógico das coisas. A irreverência de Cervantes e a exaltação de Camões definem a raça hispano-lusa.⁵⁸

A ação do legado ibérico seria de tal modo contundente que desprender-se da “rede enganosa das formas fixas”, da “proporção” e das “medidas” estipuladas nos “manuais franceses” não se afigurava desafio modesto para o autor.⁵⁹ Existiriam, acreditava Ronald, afinidades de tal modo efetivas entre o ideário estético e ideológico parnasiano e o que chama “sensibilidade”, ou “caráter” nacional brasileiro, moldados pelo legado ibérico, que a própria historiografia literária encontrava-se prejudicada: “Os brasileiros somos, geralmente, historiadores de curto vôo e críticos de pouca profundidade. Na história, confundimos a eloquência com a verdade, na crítica, o elogio ou a verrina com o senso da exatidão. O mal não é tão nosso como das condições étnicas, morais e sociais do país”.⁶⁰ A poesia, no entanto, é o seu grande “paradigma”, e o caso de Olavo Bilac se lhe afigurava exemplar:

O que, porém, define melhor as suas íntimas ligações com a alma brasileira e a influência considerável que ele exerceu, e ainda exerce, em nossas letras, é a sua concepção essencialmente epicurista e voluptuosa da vida. Os povos

⁵⁸ IDEM, 1922: 277.

⁵⁹ IDEM, 1976: 107.

⁶⁰ Ibidem.

em formação que, à semelhança do nosso, estão em conflito permanente de tendências e direções, marcham por entre uma exaltação de egoísmos que só lhes deixa entrever, como fins realizáveis e imediatos, o prazer e o gozo, na fortuna vária. As grandes abstrações não os comovem, os sistemas transcendentais da inteligência pura não chegam a prender-lhes a atenção, pois eles preferem a representação exterior das coisas, o pitoresco das formas e o brilho dos coloridos.⁶¹

Assim, a prática do soneto parnasiano permanecia como uma espécie de pendor cultural ou tributo obrigatório não apenas para os homens de letras, mas para os brasileiros em geral da passagem do século XIX ao XX. Sugere Ronald no melhor espírito irreverente que caracterizou em grande medida sua época, mas não a sua narrativa em particular: “O soneto era o veículo fatal de todas as coisas, a medida da inspiração amorosa e da inspiração industrial. Dependurava-se dos bondes, esgueirava-se da carteira dos amanuenses e pulava das balas de estalo. Passaporte para o casamento, para o suicídio ou para a celebridade suburbana, era sempre a chave mágica da fama”.⁶²

Combater o ideário parnasiano implicava, portanto, para o autor, numa avaliação crítica mais ampla do papel do legado ibérico na formação da sociedade brasileira, bem como numa mobilização constante dos intelectuais. Desse modo, tal combate apresenta-se na *Pequena história* como a base de um programa de renovação cultural mais amplo voltado para a *reforma moral* da própria sociedade que, tendo sido iniciado pelos simbolistas, caberia às gerações contemporânea e seguintes completar: “É contra esse eterno soneto que reagimos presentemente. De fato, quem estudasse a nossa literatura poética, durante a última metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, ficaria embaraçado se quisesse atenuar a

⁶¹ IDEM, 1922: 322.

⁶² IDEM, 1976: 107.

venenosa ironia do mencionado conceito [...] De tal modo se inveterou em nossos costumes, que ficamos, insensivelmente, à margem de toda a evolução literária do universo”.⁶³

Embora a condição de formação da literatura brasileira em termos nacionais na *Pequena história* seja dada pela ruptura com o pensamento, o sentimento e as formas de expressão lusitanas consagradas na estética parnasiana, este processo não seria evolutivo em termos lineares, mas comportaria determinados avanços e recuos característicos de uma concepção cíclica do tempo, uma vez que tudo “quanto fizera a delícia dos tempos passados” sempre voltaria “à superfície”.⁶⁴ Tudo se passa como se, para o autor, a sucessão temporal das escolas literárias – as quais, nas suas palavras, “são, quase sempre, invenções das épocas de decadência, ou, melhor, dos períodos de transição”⁶⁵ –, não exprimisse o aperfeiçoamento progressivo e linear do sentimento nacional de modo unívoco.

Vejamos dois exemplos da releitura que essa concepção de tempo cíclico sobre o processo formativo da literatura brasileira permite. O primeiro, do árcade Cláudio Manoel da Costa como um caso, por assim dizer, “negativo”, isto é, de um poeta que, preocupado apenas com os artifícios de linguagem na montagem de um jogo estético complexo, não pôde exprimir a “realidade brasileira” e, desse modo, pouco teria contribuído para a formação da literatura em termos nacionais:

Sua ingenuidade é postiça, não nos comove; seus pastores são, geralmente, vazios, sem alma, são talvez, como aquela cigarra da ode anacreônica, iguais aos deuses intangíveis do Olimpo, pois o que lhes falta justamente é sangue vermelho, sangue humano.

Cláudio tinha, sem favor, um admirável gosto para vestir e compor os seus bonecos, à francesa ou à italiana, conforme

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ IDEM, 1922: 171.

⁶⁵ Ibidem.

as exigências da hora. Sabia também, e com apreciável talento, *corrigir* a natureza, aparar-lhe as arestas, arredondar-lhe os contornos ásperos, mas fazia-o tão cuidadosamente que, afinal, não era mais a natureza que se apresentava nas suas éclogas ou nos seus sonetos, mas um painel decorativo, digno de Fragonard e dos pintores galantes do século XVIII, em França. Quer em Alvarenga Peixoto, quer em Silva Alvarenga havia muito mais larga compreensão da terra, muito mais *verdade* nativista, se assim podemos dizer.⁶⁶

O segundo caso, por oposição, digamos “positivo”, seria o poeta parnasiano Alberto de Oliveira, o qual, considerando que, para Ronald, expressaria de modo quase inigualável a “fisionomia da nossa terra natal”, mostra bem como a questão das escolas literárias aparece relativizada na *Pequena história*:

Se é verdade que o Sr. Alberto de Oliveira *sofreu* a influência dos parnasianos franceses, não é menos certo que, há muito, dela se libertou, ganhando maior amplitude os seus temas e mais simplicidade a sua poesia, sempre elegante, aliás, e sempre correta. Demais, um grande poeta *impassível* é um jogo de palavras sem sentido, uma refinada monstruosidade que só a logomaquia habitual se compraz em repisar. O autor das “Meridionais” continua a ser, nas suas múltiplas tendências clássicas, românticas ou parnasianas, sobretudo um lirista sensível, colorido e imaginoso. Sua imaginação é mesmo, como expressão literária, uma das mais consideráveis de quantas tem aparecido no Brasil.⁶⁷

Haveria, em suma, no barroco, bem como entre os românticos e mesmo parnasianos, determinados literatos e poetas através dos quais

⁶⁶ IDEM, 1922: 173.

⁶⁷ IDEM, 1922: 319.

Ronald de Carvalho conseguiu entrever, em diferentes medidas, a constituição de uma literatura nacional. Todo o problema estaria, para o autor, na falta de elos de coesão entre esses homens de letras. Pois, como diz: “Ficamos, apenas, com alguns nomes e datas na memória, mas sem poder ligá-los”.⁶⁸

Considerações finais

Com a *Pequena história da literatura brasileira*, Ronald de Carvalho atualizou o axioma da literatura como expressão da nacionalidade herdado de seus predecessores no gênero. Mas ao lançar mão desse legado, tinha em vista, contudo, as questões próprias do seu tempo. É, nesse sentido, que a questão da renovação estética na poesia, em particular, e na literatura e nas idéias, em geral, constitui-se no seu motivo central, como aquilo que a põe em movimento. Radicalizando, então, aquele axioma, toma a possibilidade de uma feição brasileira da língua portuguesa não apenas como base de uma literatura brasileira nacional, mas, como critério da avaliação das obras que justificariam sua formação. A “linguagem brasileira” é perseguida não apenas na temática, mas, sobretudo, na dicção, sintaxe e vocabulário das obras. A característica fundamental dessa “linguagem brasileira” seria, como vimos, a “simplicidade” em detrimento dos artifícios formais identificados à tradição ibérica, em geral, e lusitana, em particular, e cultivados e celebrizados pelo ideário estético e ideológico parnasiano. Trata-se, portanto, de um debate não apenas sobre a literatura, mas também sobre a própria formação de um “léxico” para o Brasil moderno.

E a idéia de “simplicidade” está diretamente associada à definição do papel social atribuído à literatura, qual seja, o de desvendar a “realidade”. As normas acadêmicas, pensava Ronald, na sua busca pela perfeição da forma promoveria inevitavelmente o alheamento da literatura da “realidade”

⁶⁸ IDEM, 1922: 282.

tangível. Este o “sentido” apontado na *Pequena história* para a renovação estética e intelectual brasileira, tema que integrou de modo controverso o debate intelectual nos anos 20. É nesse quadro que a valorização dos elementos tidos como “locais” e “populares” adquire sentido: “A verdadeira poesia”, diz Ronald, “nasce da boca do povo como a planta do solo agreste e virgem. É ele o grande criador, sincero e espontâneo, das epopéias nacionais, aquele que inspira os artistas, anima os guerreiros e dirige os destinos da pátria”.⁶⁹ Nem sempre ingênua, essa valorização do “popular” faz-se acompanhar, contudo, de uma certa desqualificação dos seus próprios portadores sociais, o “povo”, que ainda “virgem” é proposto como “manancial” de “novas forças” para o homem de letras que, embora cultivado, se mostraria incapaz de renovar-se por si mesmo de modo a dotar a cultura brasileira de organicidade. Diz o autor:

Aqui estão, portanto, os elos que nos ligam uns aos outros. Todos nós, das mais diferentes classes sociais, somos um reflexo dessa grande alma popular, feita, ao mesmo tempo, de melancolia e esplendor, de timidez e desempenho. Nosso “folk-lore” serve para mostrar que a raça brasileira, apesar de melancólica e sentimental, guarda no fundo uma clara compreensão da vida e uma sã e admirável energia interior que, ao primeiro toque, aflora indomável e inesperadamente.⁷⁰

Desse modo, a renovação estética é concebida na *Pequena história* como tarefa estratégica na formação da “cultura brasileira” a cargo dos seus intelectuais. Pois, como disse autor, se quem “fez a Revolução Francesa não foi Voltaire, com as suas sátiras, nem Rousseau, com os seus romances: foi a fome, com as suas dores e misérias”,⁷¹ aos escritores caberia, no entanto,

⁶⁹ IDEM, 1922: 51.

⁷⁰ IDEM, 1922: 63.

⁷¹ IDEM, 1922: 156-7.

“representar com mais justeza essas invisíveis afinidades que existem entre as lutas da alma e as do ambiente circunstante”.⁷² Pois, “meio onde nos encontramos e nos conhecemos a nós mesmos”, a literatura “resolve, pois, o antigo adágio grego, porquanto ‘reúne todas as coisas que estão separadas, e vive separadamente em cada uma das coisas’”.⁷³

Como Sílvio Romero e José Veríssimo fizeram antes, Ronald de Carvalho concebeu os processos de formação da literatura e da sociedade brasileiras como inteiramente congruentes, de modo que os dilemas formativos da literatura corresponderiam, para esses autores, aos próprios dilemas formativos mais amplos da sociedade brasileira. Para eles, o processo de formação da literatura apresentava-se problemático, no plano intelectual, sobretudo, em função da questão da importação das idéias como mecanismo próprio de uma sociedade formada a partir da experiência colonial. Presos mais aos efeitos do que às causas desse mecanismo social, no entanto, esses autores compartilham do “sentimento acabrunhador da posição em falso de tudo o que concerne à cultura brasileira”, que “a bem dizer tem a idade de nossa vida mental e com ela se confunde – bem como as metamorfose do desejo sempre renovado de corrigi-la mediante alguma sublimação descalibrada”.⁷⁴

Romero abordou o tema de modo bastante explícito: “Bem como na ordem social tivemos a escravidão, na esfera da literatura temos sido um povo de servos. Os nossos mais ousados talentos, se nos aconselham o abandono da imitação dos portugueses, instigam-nos, por outro lado, à macaqueação francesa; se nos bradam contra franceses, é para nos atirarem a ingleses ou alemães!”.⁷⁵ E a esse respeito, também Veríssimo, curiosamente, não mediu palavras: “por inófia da tradição intelectual o nosso pensamento, de si mofino e incerto, obedece servil e canhestramente a todos os ventos que nele vêm

⁷² IDEM, 1922: 316.

⁷³ IDEM, 1922: 321-2.

⁷⁴ ARANTES, 1997: 14.

⁷⁵ ROMERO, 1960: 755.

soprar, e não assume jamais modalidade formal e distinta. Sob o aspecto filosófico o que é possível notar no pensamento brasileiro, quanto é lícito deste falar, é, mais talvez que a sua pobreza, a sua informidade. Esta é também a mais saliente feição da nossa literatura”.⁷⁶

No limiar dos anos de 1920, no entanto, os dilemas formativos da literatura e da sociedade brasileiras pareciam assumir, para Ronald de Carvalho, feições mais dramáticas do que o naturalismo de Romero ou o esteticismo de Veríssimo haviam permitido nos seus respectivos contextos. E embora concordasse que do ponto de vista dos fatores raciais, estabelecidos por Romero, e dos fatores estéticos, estabelecidos por Veríssimo, estaria assegurada, ao menos em hipótese, a possibilidade de constituição de uma “civilização” no Brasil, da qual a literatura seria a expressão mais definida, restava, para Ronald de Carvalho, a questão da existência de uma “cultura brasileira” que permitisse a sociedade identificar-se, e a sua literatura, em termos nacionais. O Brasil, diz o autor, “representa, sem dúvida, uma força nova da humanidade, e é lógico que possua, como de fato possui, uma civilização mais ou menos definida, onde predominam, é certo, as influências européias, mas onde já se vislumbram vários indícios de uma próxima autonomia intelectual, de que a sua literatura, já considerável e brilhante, constitui a melhor e a mais decisiva prova” (IDEM, 1922: 37).

Após esse enunciado no início da sua investigação, contudo, e após muitas páginas de grande empenho – sobretudo para um jovem de 26 anos de idade – em demonstrar a “fisionomia da nossa literatura”,⁷⁷ constata algo surpresa: a literatura brasileira “é produto do esforço isolado de alguns escritores de real merecimento”.⁷⁸ Completando a citação, explicita-se que a literatura brasileira ainda “lhe falta espírito coletivo justamente porque

⁷⁶ VERÍSSIMO, 1963: 11.

⁷⁷ CARVALHO, 1922: 254.

⁷⁸ IDEM, 1922: 386.

carecemos de um ambiente de verdadeira cultura”, ou seja, “uma organização social que se recomendasse pela cultura”.⁷⁹ A apontada ausência de organicidade nos termos de uma tradição contínua de autores, obras, estilos e temas da literatura brasileira devia-se, em suma, ao fato da própria sociedade brasileira não constituir ainda uma “nação” fundada num conjunto de valores culturais próprios que lhe conferisse identidade e coesão social.

Diferentes interpretações – naturalista, esteticista e culturalista - cujo empenho intelectual, contudo, parece assentar-se numa tese comum: a da “cópia cultural” que alimentou o desejo da crítica de redimir a “experiência do caráter *postiço, inautêntico, imitado* da vida cultural que levamos”, mas que, dado o seu “corte filosófico abstrato”, mostrou-se pouco sensível ao “conjunto particular de constrangimentos históricos” a que se prende esse “sentimento de cópia e inadequação causado no Brasil pela cultura ocidental”⁸⁰, matriz da idéia e da prática da historiografia literária. Do ponto de vista sociológico é preciso observar, no entanto, que “o sentimento aflitivo da civilização imitada não é produzido pela imitação, presente em qualquer caso, mas pela estrutura social do país, que confere à cultura uma posição insustentável, contraditória com o seu autoconceito, e que entretanto já na época não era tão estéril”.⁸¹

No caso de Ronald de Carvalho, a constatação da ausência de uma cultura nacional que pudesse articular literatura e sociedade implicou numa adesão irrestrita à ideologia nacionalista hegemônica, particularmente, na sua versão culturalista, então em crescente voga.⁸² Definido em relação à premissa de que uma “cultura” poderia conferir articulação à sociedade como *nação*, o lugar da literatura na *Pequena história* é, assim, sobretudo, social e político. Afinal, a própria idéia de “cultura brasileira” constituiu, nos anos

⁷⁹ IDEM, 1922: 286.

⁸⁰ SCHWARZ, 1987: 29-48.

⁸¹ IDEM, 1987: 46.

⁸² BOTELHO, 2002.

20, um dos principais critérios de definição da “identidade nacional” nas obras daqueles intelectuais que, como Ronald de Carvalho, mostravam-se “menos preocupados em analisar as instituições políticas do que as forças sociais em jogo”.⁸³ Não se pode perder de vista igualmente que naquele momento acirrava-se a crise do pacto oligárquico da Primeira República em cujo âmbito crescia a necessidade de reprodução cultural do projeto de centralização política culminado com a Revolução de 1930 e o Estado Novo.⁸⁴

Embora não tenham desaparecido de todo, a crença na congruência entre os processos formativos da literatura e da sociedade em termos nacionais e a adesão teórica e política às “ilusões redentoras do nacionalismo” nela implicada⁸⁵, ficariam como que deslocadas a partir da década de 1950, quando a convicção culturalista da unidade da sociedade nacional e da dependência cultural foram abaladas pela reflexão sobre a forma de integração da sociedade brasileira no capitalismo mundial. Expressão do que se sugere é o fato de que, em 1957, quando se voltou novamente ao gênero historiografia literária no Brasil, Antonio Candido já definiu o seu estudo *Formação da literatura brasileira* como, parafraseando o título de Julien Benda, *Histoire des français dans leurs volonté d'être une nation* (1932), uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”; definição que provocou um deslocamento sutil, mas profundo, na abordagem tradicional e, sob muitos aspectos, ainda vigente, de uma matéria tão complexa quanto a literatura como expressão “da realidade local e, ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional”.⁸⁶ Deslocamento que teria permitido ao autor compreender não apenas o “percurso efetivo da literatura nacional”, como a partir dele, “que de fato ocorreu um processo formativo no Brasil e que houve esferas – no caso, a literária – que se completaram de modo muitas vezes até admirável, sem que por isso o conjunto esteja em vias de se integrar”.⁸⁷

⁸³ BASTOS, s/d: 5.

⁸⁴ LAHUERTA, 1997: 108.

⁸⁵ SCHWARZ, 1999: 19.

⁸⁶ CANDIDO, 1964: 27.

⁸⁷ IDEM, 1999: 55.

Referências bibliográficas

- ARANTES, P. E. "Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo" in ARANTES, O. B. F.: *Sentido da formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 7-66.
- ARRIGUCCI JR. D. *Humildade, paixão e morte: a poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BARBOSA, J. A. "Renan e o conceito de nação" in *Cult: Revista Brasileira de Literatura*, n.º 35, 2000, pp. 10-2.
- BASTOS, E. R. "O ensaísmo nos anos 20 e a formação nacional", mimeo., s.d.
- BOTELHO, A. *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 2002.
- CANDIDO, A. *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: f. c., 1945.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.
- CARVALHO, R. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1919.
- EAGLETON, T. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

HARDMAN, F. F. “Antigos modernistas” in NOVAES, A. (org): *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 289-305.

_____. “Algumas fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação” in DECCA, S. de & LEMAIRE, R. (orgs.). *Pelas Margens: outros caminhos da história da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. da Unicamp, Ed. da Universidade – UFRGS, 2000, pp. 317-32.

HOBBSAWM, *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. & MORAES, NETO, P. “Ronald de Carvalho – *Estudos brasileiros*. Anuario do Brasil – Rio, 1924” in *Estética* (edição facsimilar). Rio de Janeiro: Gernasa, 1974, pp. 215-8.

JAMESON, F. “Sobre os estudos de cultura” in *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, n.º 39, julho de 1994, pp. 11-48.

LAHUERTA, M. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização” in LORENZO, H. C. de & COSTA, W. P.(orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 93-114.

LIMA, A . A . *Primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

MARTINS, W. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MORAES, M. A. (org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP e IEB/USP, 2000.

PAES, J. P. “Cinco livros do modernismo brasileiro” in *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 63-94.

PRADO, P. *Retrato do Brasil*. 8ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.

SCHWARZ, R. “Nacional por subtração” in *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 29-48.

_____. *Seqüências brasileiras: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKINNER, Q. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. [a]

VERÍSSIMO, J. *História da literatura brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

WEBER, M. “A nação” in *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, pp. 201-10.

MOTIVOS IBÉRICOS, PRETEXTOS LITERÁRIOS: ASPECTOS MODERNISTAS DE *RAÍZES DO BRASIL*¹

*Conrado Pires de Castro*²

“É que fazer derivar a ‘desordem nacional’, em última análise, do apreço àquela ‘cultura da personalidade’ – que nos teria comunicado o espírito da civilização poética – parece-me apenas disfarce de razão mais profunda...”
(Osmar Pimentel, Apontamentos de leitura)

Um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado

Até mesmo os leitores menos atentos da obra de Sergio Buarque sabem que trabalho e aventura dificilmente se combinam de maneira feliz. Duas maneiras tão distintas de conceber, definir e estabelecer fronteiras possíveis das dificuldades a vencer raramente convergem na decantação de particularidades nas quais a compreensão da realidade eventualmente parece ultrapassar as sugestões do puro conhecimento empírico. Afinal, audácia e disciplina não costumam se fecundar com facilidade. Principalmente porque tão distintos pontos de vistas oscilam entre delimitações do real que ora repousam sob horizontes distantes dos projetos vastos, com os olhos voltados ao triunfo mais ou menos imediato dos grandes vôos, ora se lançam às medidas de campos visuais naturalmente restritos, dedicados ao

¹ Este artigo foi apresentado no Seminário “A idéia de Brasil moderno”, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000.

² Mestre em Teoria e História Literária (IEL/UNICAMP).

esforço lento, medidor de todas as possibilidades, muitas vezes pouco compensador, mas que sabe retirar proveito do insignificante.³

O próprio Sergio Buarque teve a oportunidade de lembrar que a possibilidade de explicitar o que está vagamente implícito, de virar ao avesso as convenções a fim de desvendar suas faces ocultas, “pode resultar numa operação quase sempre sedutora para o crítico e, em alguns casos, para o leitor”. Porém, de pronto advertia: nessas aventuras não há garantias contra “o risco de falsear, por excesso de imaginação ou engenho, o verdadeiro sentido da obra examinada”.⁴

Todavia, o autor discretamente inclinava-se a advogar a pertinência, em determinadas circunstâncias, da ousada tentativa de se recorrer ao expediente por assim dizer conciliatório, quase malabarístico, entre erudição e imaginação, trabalho e aventura, experiência e fantasia – e por que não ciência e poesia? – para que se possa superar, ou porventura ultrapassar, alguns impasses engastados no tempo. Se a segurança e estabilidade que vêm da obediência espontânea a cânones antigos muitas vezes nos imobilizam diante dos inesperados desafios da vida, é freqüente nos tornarmos presas do sentimento de insegurança derivado do receio das “liberdades caóticas e tantas vezes irresponsáveis” que se insurgem contra as “tradições que normalmente deveriam ser disciplinadoras e estabilizadoras” de um povo:

E o que é certo na vida civil de um povo não o é menos em sua vida espiritual. Por isso, os estudos de história literária servidos por um espírito atilado podem fornecer-nos às vezes não somente perspectivas novas para o conhecimento

³ Para a caracterização desses dois princípios organizadores da conduta humana, ver Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 21.

⁴ Holanda, Sergio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p.169.

do passado, mas ainda um instrumento singularmente servicial para a análise da literatura dos nossos dias.⁵

Mormente quando se trata de captar determinados impasses culturais através do estudo aprofundado do trânsito de idéias enquanto matéria e problema para a literatura, das tensões que se plasmam nos interstícios das formas social e literária. A realização desse propósito, contudo, nada tem de automático e imediato. De acordo com a formulação de críticos autorizados, o sucesso desta difícil tarefa envolve e reclama a determinação de “um mecanismo social” que especifique a forma por meio da qual tal mecanismo “se torna elemento interno e ativo da cultura; uma dificuldade inescapável” que se põe e repõe no processo de reprodução das relações humanas em cada formação social específica. Ou seja, requer a cuidadosa delimitação de “um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é resultado histórico, e pode ser *origem* artística”, formulando “problemas originais à literatura” que dele dependa.⁶

O objetivo que nos guia nessa comunicação é o intuito de esboçar, nada mais do que o rude debuxar, a hipótese de que o modernismo brasileiro constitui um campo vasto e heterogêneo, não obstante estruturado, no qual poderemos encontrar tanto a *origem* das preocupações de Sergio Buarque como a *matéria* das idéias por ele plasmadas na composição de sua interpretação do Brasil. Destaque-se que, desse ponto de vista, justamente na “felicidade” da solução encontrada pelo autor de *Raízes do Brasil* será possível discernir as razões para se compreender porque “a melhor opinião corrente” e o próprio escritor parecem julgar ou julgavam

⁵ Holanda, Sergio Buarque de. “Crítica e História”, *O espírito e a letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, volume II, p. 303-4.

⁶ Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977, p. 24 e 25.

dispensável aprofundar o estudo do substrato modernista presente na “argumentação histórico-sociológica” daquele seminal ensaio.⁷

Uma apreciação mais judiciosa, entretanto, não se deixaria iludir aceitando como dado o reconhecimento de generalidades proclamadas de modo apenas superficial. Revelaria, ao contrário, *uma secreta – senão mesmo discreta – fidelidade* aos compromissos estéticos e aos valores modernistas nesta espécie de atitude por assim dizer dissimuladora do autor de *Raízes do Brasil*. Contudo, formular uma apreciação conscienciosa, conquanto provisória e rudimentar, dos valores e dos compromissos modernistas de Sergio Buarque em seu livro de estréia, requer também o enfrentamento do complicado problema da mediação.

Não basta inquirir como *Raízes do Brasil* se situa no horizonte do modernismo ou mesmo como atua perante ele. Também é de fundamental importância averiguar de que forma as tensões modernistas se objetivam no corpo deste ensaio. As mediações, portanto, devem ser buscadas no ensaio, não sendo algo que seja acrescentado ao seu texto ou às idéias a ele aproximadas. Para tanto seria indispensável desbravar a semântica particular que no calor da hora foi se revestindo as polêmicas modernistas nos anos 20, tarefa impensável nos estreitos limites deste trabalho.

Não obstante, algumas hipóteses podem ser avançadas. Cientes dos perigos que nos espreitam, precisamente este exercício que procura mesclar experiência e fantasia é o objeto destas linhas: verificar até que ponto seria fecundo investigar como *Raízes do Brasil* comporta, entre outras coisas, uma visão crítica da experiência de uma geração, além de prestar contas da importância da “fantasia” (com todas as devidas aspas) modernista na formação intelectual de Sergio Buarque.

⁷ Araújo, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994, p. 20.

O caso e o acaso das cartografias literárias

Motivos ibéricos e pretextos literários: a propósito dos vínculos e das formas de manifestação que porventura articulam estes termos na teia argumentativa do famoso ensaio, caberia repetir a dúvida buarquiana inscrita em suas páginas iniciais: “Como explicar essas formas sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade?”⁸ A questão adquire proporções tanto mais dramáticas quanto remetemos estes mesmos motivos e pretextos ao emaranhado de idéias modernistas.

Hoje, como há mais de setenta anos, continuam válidas as impressões de um observador participante da cena modernista, Tristão de Athayde, para quem a pretensão de reter em conceitos precisos esse caos de idéias e preceitos nada menos seria do que desejar ser desmentido pelo tempo:

Tanto mais quanto há sempre o cruzamento recíproco das tendências individuais desejadas com o movimento coletivo inconsciente (...), o que afirmamos de nós e o que se processa em nós. (...) É o que se dá nos movimentos de hoje entre nós. E que torna toda cartografia literária mais ou menos mitológica.⁹

Destarte, se quisermos aportar nestas *terras incógnitas*, nos caberá identificar as *atenuações plausíveis*, buscando despir a mitologia desta cartografia literária de “suas frondosidades irreais ou inverossímeis”, de modo a torná-la relativamente aceitável para “imaginações timoratas”. Que semelhante procedimento apresente vantagens do ponto de vista da investigação dos fundamentos remotos da elaboração de *Raízes do Brasil* sobejamente o

⁸ *Raízes do Brasil*, op.cit., p. 4.

⁹ Athayde, Tristão de. *Estudos: 1ª Série*. Rio de Janeiro: Edição de “A Ordem”, 1929, p.18.

demonstra o exemplo do próprio Sergio Buarque, quando estudou a peculiar manifestação de “um mito venerando” que, com o descobrimento da América, pareceu “ganhar mais corpo até ir projetar-se no ritmo da História”, organizando “num esquema altamente fecundo muito dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo”.¹⁰

Talvez não foi por acaso que o mesmo autor fizesse uso, certa vez, da imagem do descobrimento para referir-se aos impasses modernistas, flagrando-os em suas mitologias e improvisações cartográficas. Assim, no início da década de cinqüenta, ao esboçar um panorama da literatura brasileira em meados do século, em seu habitual rodapé no *Diário de Notícias* o crítico Sergio Buarque ajuizava:

Observar que a geração de 22 se encontrou e se descobriu, encontrando e descobrindo o Brasil, não significa, neste caso, reivindicar uma primazia cronológica. Sobretudo não significa tentar, a qualquer preço, um panegírico dessa geração. Penso, ao contrário, que em mais de um ponto, o “encontro”, assim como a espécie de autolatria nacional e regional que se seguiram a ele, padeceu de alguns vícios de origem que já é possível e necessário, talvez, denunciar. O fato é que apesar de tudo entrou muita improvisação e facilidade na escolha de rumos seguidos. Mais uma vez o Brasil fora “descoberto”, e descoberto, mais uma vez, por acaso. No meio da navegação que devia levar às Índias incógnitas, sua aparição empolgou subitamente pelo que oferecia de único, de peculiar, de jamais visto. E a cor de nossa surpresa, apesar de alguns esforços lúcidos para retificá-la, continua a colorir não apenas a arte e a literatura, mas até a ciência, até a política, onde a “realidade brasileira”, as tradições brasileiras, livremente interpretadas,

¹⁰ Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. XVII e IX.

o “mau, mas meu” passaram a ser padrões supremos e insuperáveis.¹¹

O vício congênito, forçoso e passível de severa denúncia, estaria numa espécie de capitulação romântica das práticas modernistas, repentinamente acomodada na prestidigitação de assuntos pitorescos e exóticos a serviço da exaltação patrioteira, tematizando cenas e quadros em si mesmos sugestivos à imaginação do leitor e pouco exigentes do engenho e arte dos criadores. Embora seja verdade que tais recursos constituíssem o atalho encontrado para a reconciliação da pléiade modernista com o público – tornando-o inclusive, na sugestiva imagem de Gilberto Freyre, apto a servir-lhe de “sexo oposto ao deleite do espírito” –, seu emprego recorrente terminaria por converter em fórmulas as formas ainda mal dominadas. Tudo isso em detrimento do impulso renovador, deprimido em sua potencial tensão criadora, uma vez prematuramente mergulhado numa longa fase de rotina e relaxamento.¹²

Todavia, mais importante do que nos contentarmos com evidências fortuitas das mitológicas cartografias literárias, conferindo a um “realismo pedestre” uma validade abrangente que ele mal suporta, seria atentarmos, momentaneamente, para as leituras que tendem a ressaltar o caráter problemático do ensaio de interpretação do Brasil formulado por Sérgio Buarque de Holanda.

Tipologias humorais e contrastes retóricos

Ainda que tenham de certo variado significativamente em seus sucessivos sentidos insinuados ao longo do tempo, as censuras mais

¹¹ Holanda, Sérgio Buarque de. “Fluxo e Refluxo – III”, *O espírito e a letra*, Op. cit., volume II, p. 343.

¹² Cf. Holanda, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra*, Op. cit., volume I, p. 271-369.

comuns a que tem sido alvo *Raízes do Brasil*, desde a data de sua publicação original (1936) até os dias que correm, são quase sempre as mesmas, parecendo não revelar mudanças substanciais em sua essência.¹³

Quase todos seus leitores, de ontem e de hoje, concordariam que o livro de estréia de Sérgio Buarque sugere observações penetrantes lado a lado a problemas históricos que se desprendem da articulação da trama argumentativa do ensaio. Para uns isso refletiria o fato de que o livro, ao menos em seu título, conquanto “possa fazer esperar um estudo sólido e mais profundo de características essenciais”, comportaria tão-somente algumas observações agudas, *mas que apenas afloram certos temas, sem os necessários mergulhos até as “raízes”, daí não lhe faltar determinadas contradições de pensamento ou choque de afirmações.*¹⁴

Até os dias atuais, passados tantos anos e sucessivas edições de *Raízes do Brasil* – a maioria das quais, aliás, meticolosamente ampliadas e corrigidas pelo autor –, o que ainda causa e alimenta indisfarçável desconforto a razoável número de seus leitores repousa numa pretensa intencionalidade em justificar as deformações da organização social construída na América Portuguesa através de *critérios ou tipos morais*, quando não mesmo as deduzindo a partir do *caráter personalista* que vazaria a civilização ibérica em suas origens. É patente na recepção do ensaio o constante incômodo – ou, na melhor das hipóteses, estranhamento – com a forma através da qual Sérgio Buarque concebe e faz convergir, antes mesmo do descobrimento, o destino da história do grupo social brasileiro com traços nitidamente ibéricos, deitando suas raízes antes da tentativa de transplantação cultural encetada por peninsulares no extenso território dos trópicos.

Ora, se tal desconforto tem se mostrado comum com o correr dos anos, mesmas não são as razões que conferem *sentido* a este

¹³ Remetemos o leitor interessado ao trabalho de nossa autoria: Castro, Conrado Pires de. *Raízes do Brasil e o debate sobre a “modernização” da sociedade brasileira na década de 30*. Monografia, Campinas, IE-Unicamp, 1996.

¹⁴ Mendes, Oscar. “A alma dos livros”, *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 17/01/37.

descontentamento. Semelhante convergência não se traduz imediatamente no mesmo plano de divergências. Diferentes são os cuidados e zelos envolvidos nas leituras e na recepção crítica do ensaio sergiano através dos tempos. Dizem eles muito sobre os momentos e os suportes da leitura. Testemunham dois momentos precisos da experiência intelectual brasileira, selam etapas de transições na mentalidade e no estilo de comportamento público da intelectualidade nacional.

Numa formulação lapidar, diria-se que passávamos da fase da “consciência amena do atraso”, correspondente à noção de “país novo”, por realizar-se e ao qual estava reservado “grandes possibilidades de progresso futuro”, para outra fase em que predomina a “consciência dramática do atraso”, correspondente à noção de “país subdesenvolvido”, na qual a esperança da pujança virtual cede lugar às catastróficas anomalias das misérias atuais, ao desvendamento das carências e não das promessas de satisfações futuras.¹⁵

Em meio a semelhante cenário se instituía uma polarização entre duas tradições intelectuais, antes um tanto complementares, e que então iniciavam um processo de individuação autonômica, identificando-se, respectivamente, com as formas de expressão literária ou poética, de um lado, e com o exclusivismo das expressões conceituais e métodos de cunho científico, de outro. Travava-se, então, uma batalha mais ou menos exaustiva entre diferentes formas de exposição e conceituação dos fenômenos sociais, políticos, literários, econômicos, etc. em nome do rigor da ciência e da crítica que principiavam a se maturar nas incipientes instituições universitárias, através de pesquisas e estudos sistemática e metodicamente fundamentados.

Tratava-se, portanto, de “definir e assumir” os distintos campos de reflexão enquanto ciência – e não mais simples pontos de vista sobre temas

¹⁵ Candido, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 140-43.

da cultura e fatos da sociedade –, o que pressupunha diferenciá-los, destacá-los da expressão cultural dominante – as formas de diletantismo literário –, inaugurando uma forma discriminada de trabalhar o pensamento e sua expressão.¹⁶ Em uma linguagem mais simples e mais direta, cabia fundar um modo de reflexão correspondente às novas requisições sociais, e até mesmo mais condizentes com a própria instituição universitária que procurava se convalidar, delimitando-se assim a construção de seus quadros temáticos e modalidades de pensamento. Destarte propunha-se a destituição de antigos modelos e concepções de trabalho intelectual, afeitos a um tipo de erudição historicamente identificados com o ambiente livresco e literário do período imediatamente anterior, para que se pudesse germinar uma legítima disciplina de pesquisa e investigação científica, com padrões de verificação e avaliação universais, bem definidos e respeitados.

Essa digressão, embora talvez despropositada, é fundamental para se entender a tortuosa sina da recepção acadêmica de *Raízes do Brasil*. O ensaio, invariavelmente, inspira uma espécie bem misturada de fascínio e repúdio em sua leitura. Apesar da riqueza de ângulos e pontos de vista geralmente reconhecidas no seminal ensaio sergiano, um fundo de desconfiança ainda persiste nas práticas de leitura universitária que se ressentem da resistência ensaística à decantação metodológica mais clara e explícita. Conforme recentemente escreveu um professor da USP, “leitor da geração brasileira de 1968”, em comovente testemunho da facticidade de suas habilidades críticas,

não estamos já acostumados com o estilo ensaístico do livro, que no Brasil era ainda corrente e visto como adequado a um tema que hoje queremos acompanhado de indispensáveis estatísticas e quadro demonstrativos. Décadas de academia e busca de um traço mais

¹⁶ Estas observações foram inspiradas na leitura de Martinez, Paulo H. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo Editora, 1997, p. 180-81.

marcadamente objetivo no delineio da história nacional desacostumaram-nos desse esforço pertinaz de junto com o objeto iluminar o olhar que ilumina. (...) À questão do olhar substituiu-se a consideração do método; ao leitor de velhos documentos sucedeu o pesquisador de relações estruturais, e com vantagem, cumpre lembrar, em muitos casos.¹⁷

Em mesmo sentido parece caminhar as considerações críticas de Alfredo Bosi a respeito do livro de estréia de Sergio Buarque. Não obstante também reconhecer a riqueza e o fascínio da leitura proposta em *Raízes do Brasil*, o professor Bosi acredita ser possível encontrar uma séria limitação no que concerne ao peso excessivo conferido à noção de “individualismo ibérico”, cujo sentido último é aqui alçado a condição de viga-mestra do argumento buarquiano. Semelhante apreciação quer sublinhar a arbitrariedade da chave interpretativa que, *descontraída pela prática modernista* do autor, faz repousar, de forma quase exclusiva, o prolongamento de *traços indelévels da civilização brasileira* na idéia da “posição excêntrica da Ibéria amarrada ao psiquismo luso”.¹⁸

Em poucas palavras, uma *psicologia social antiquada, amante das tipologias humorais e contrastes retóricos*, parecia informar o ensaio em seu caráter *singularmente misto*, dividido entre *um salutar empirismo e discutíveis elucubrações etnopsicológicas, oscilante entre o arcaico e o contemporâneo, tudo isso diluído num fácil jargão dialético-literário*, da interpretação do Brasil formulada por Sergio Buarque. Este o aspecto censurável ou duvidoso de sua formulação.¹⁹

O reparo, portanto, parece se dirigir ao acento colocado em certa ordem de afirmações que aparecem aqui e ali no corpo do ensaio.

¹⁷ Aguiar, Flávio. “A moldura e o espelho”, *Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura*. (Org. Edgar de Decca e Ria Lemaire), Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p. 69.

¹⁸ Bosi, Alfredo. “Prefácio” a Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1977, p. II.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

Particularmente àquelas que tímram em vislumbrar linhas de continuidade formativa a denunciar, de acordo com o texto de *Raízes do Brasil*, “todo o ciclo das influências ultramarinas de que foram portadores os portugueses” e que ainda nos associaria

a Península Ibérica, e a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a *forma* atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma.²⁰

Da perspectiva de uma leitura crítica empenhada no “trabalho de reconhecimento da realidade empírica”, realidade esta que “se apresentava como uma série de ‘fatos’ ou ‘traços’ peculiares a um momento de aceleração do sistema capitalista dentro e fora do Brasil”, não há dúvida de que o tipo de abordagem analítica presente no ensaio buarquiano se mostrará *sinuosamente esquivia à dialética das classes cujos ângulos mais agudos eram encurvados sob a mole de noções eruditas e documentos pitorescos*.²¹

Convivência dos contrários e ascendência dialética

De fato, existe realmente um fundo de verdade nestas ponderações externadas pelo professor Alfredo Bosi. Pois, de certa forma, é exatamente da persistência de uma psicologia social antiquada, malgrado sua estranha capacidade de recondição e adaptação às ingerências do tempo, que em grande parte se ocupam os argumentos de *Raízes do Brasil*. Um detido exame desse fundo de verdade auxiliaria a justa compreensão do papel que na economia interna do livro jogam a “permanência das raízes ibéricas de

²⁰ *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 137 e 15.

²¹ Bosi, Alfredo, *op. cit.*, p. VII e II.

nossa cultura” e os percalços colocados à “inauguração de um estilo novo”, talvez ilusoriamente crismado de “americano” ou simplesmente “americanismo”.²²

Mais do que isto: ajudaria a ilustrar ou mesmo explicitar o fundamento metódico, em particular a inspiração dialética, que parece alimentar os jogos de oposições que estruturam *Raízes do Brasil*, especificamente a oposição subterrânea, discretamente formulada ao longo do ensaio, entre lusismo e americanismo. Dissemos discretamente formulada pois muitos intérpretes de *Raízes do Brasil*, levados pela ostensiva referência aos traços ibéricos no ensaio, imputam ao autor do ensaio relativa condescendência ou nostalgia luso-brasileira, posto que se revela tímido ou bastante econômico quanto às indicações acerca da tipicidade do estilo de vida por assim dizer americano.

É certo que leitores mais perspicazes e sensíveis às sutilezas da prosa ensaística de Sergio Buarque reconhecem nesse fato “uma poderosa estratégia persuasiva”, cuidadosamente elaborada para nos “desterrar de vãs certezas e preconceitos que se possam ter em relação à nossa história, tanto no sentido de dourá-la como no sentido de desprezá-la”:

O tanto que há de reconstrução do objeto diante de nós e de sua complexidade é o quanto há de desconstrução do olhar desavisado e preconceituoso, de que também somos herdeiros, seja por sua confirmação ou por sua negação. (...) Mas se o livro é escrito contra esses preconceitos, é escrito também contra a tendência de que o esforço de negá-los nos tolde a visão e nos impeça de perceber o que há de rico, complexo, atraente e envolvente no material estudado, isto é, nós e o nosso passado. Sérgio Buarque não escreve só contra preconceitos; escreve também para que possamos

²² *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 137.

superá-los, e prestar atenção em outras coisas, e nisto tem mão de mestre.²³

Todavia, estas penetrantes observações não impedem seu autor de reprovar o que lhe parece, ao menos à primeira vista, uma evocação do passado “encantatória demais”. Para Flávio Aguiar, o escritor de *Raízes do Brasil* mal disfarçaria “uma certa admiração” pela “precocidade retardatária” dos portugueses, fato que explicitamente se manifesta em “ressaibos de um modo de se expressar à antiga”, onde se entremostra algo próximo de “um proceder sisudo e modo plástico de se adequar ao objeto de que se fala”. Tudo isto é dito, ou melhor escrito, para se afirmar a perplexidade diante de um livro cujo “encaixe na moldura do presente” é mais fácil de conceber do que aceitar “a imagem que esse espelho evoca” de nosso passado comum. Um livro em face do qual é mais fácil aderir às similitudes por ele guardadas com o presente do que assimilar sua visão do passado. Não que os reflexos desse passado sejam menos vigorosos “do ponto de vista da sugestividade” do que a atualidade das imagens do livro que cortam amplo espectro de nosso cenário ideológico. Apenas são mais discutíveis e duvidosos os procedimentos de reconstrução desse passado.²⁴

Essas últimas considerações nos trazem de volta à referida inspiração dialética que parece alimentar a estrutura de *Raízes do Brasil*. Dialética esta que apresenta um sabor nietzscheano em sua tendência de observar os valores mais sãos e robustos da ótica da decadência e, inversamente, da plenitude das certezas de vida rica, descer os olhos ao secreto labor dos impulsos degenerativos. Todavia, falar em dialética evocando o nome de Nietzsche é sempre delicado, uma vez que é de todos sabido a má conta em que o filósofo alemão tomava a dialética, reputando-a enquanto sintoma da decadência. Mas aqui, a dialética em questão é um tanto diferente. Antes de mais nada, ela comporta convivência de contrários, uma dupla ascendência,

²³ Aguiar, Flávio. “A moldura e o espelho”, Op. cit., p. 71 e 72.

²⁴ Idem, respectivamente, pp. 69, 77, 67, 68 e 69.

ao mesmo tempo *décadent* e vicejante, que permitiria experimentar maior neutralidade e liberdade de partido em relação ao problema da vida.²⁵

Tal exercício, uma vez transformado em hábito, vivência e experiência constantes, possibilitaria o acúmulo de recursos suficientes para *deslocar perspectivas* correntes, permitindo ao filósofo ver *além ângulo*, abrindo-lhe as portas para sua tão decantada transvaloração dos valores, ajustando-lhe simultaneamente tanto a observação como todos os órgãos de observação, aguçando-lhe o faro para os complexos sintomas de ascensão e declínio da moral aristocrática.

Seria conveniente manter em mente esta perspectiva dialética quando se pensa na trajetória modernista de Sergio Buarque. De certo modo também é possível entrever a convivência entre o ser e não-ser modernista, senão mesmo o ser ambos, no trajeto intelectual do autor de *Raízes do Brasil*, fato que não deixaria de sopesar no processo seletivo que informa a concepção do ensaio e nos remete novamente aos motivos ibéricos e pretextos literários.

Motivos e pretextos demarcatórios

De acordo com a terminologia corrente nos livros de crítica e teoria literárias, o *motivo* corresponde a uma situação típica, que se repete, cheia de significado humano, de forma a impulsionar o movimento que conduz à realização de uma ação cuja vivacidade dita o horizonte da experiência a ser comunicada.²⁶ *Pretexto*, por sua vez, em língua vernácula, denota a razão aparente ou imaginária que se alega para dissimular o motivo real de uma ação ou omissão. Avizinhando estes termos aos qualificativos *ibéricos* e *literários*, mais do que um jogo de linguagem, pretendemos sugerir como a

²⁵ Nietzsche, Friedrich. *Obras Incompletas*. (Os Pensadores). 3ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 369-70.

²⁶ Kayser, Wolfgang. *Análise e interpretação da Obra Literária*. 2ª edição. Coimbra: A. Amado, 1958, volume I, p. 80-89.

caracterização de certos traços de uma mentalidade ibérica traz consigo profundas marcas dos debates travados no interior das fileiras modernistas nos anos vinte.

Talvez seja mais correto admitir que motivos literários encontram-se pretextados sob a máscara ibérica em *Raízes do Brasil*. Porém, enquanto nada for dito a respeito dos suportes concretos que sustentam tais motivos e pretextos, fica difícil enxergar as atenuações requeridas para vislumbrar como Sergio Buarque transita em meio à mitológica cartografia literária do modernismo.

Em meados dos anos vinte, como é sabido, os esforços básicos do movimento modernista – expressos na síntese clássica de Mário de Andrade como o direito permanente de pesquisa que repercutisse na atualização da inteligência artística e a estabilização de uma consciência nacional criadora²⁷ – já escapavam ao terreno das especulações estéticas propriamente ditas. Em famoso pronunciamento na Academia Brasileira de Letras, diante de uma platéia impaciente e sensibilizada, Graça Aranha de modo eloqüente sublinhava que o

movimento espiritual, modernista, não se deve limitar unicamente à arte e à literatura. Deve ser total. Há uma ansiada necessidade de transformação filosófica, social e artística. É o surto da consciência, que busca o universal além do relativismo científico, que fragmentou o Todo infinito. Se a Academia se desvia desse movimento regenerador, se a Academia não se renova, morra a Academia. A inteligência impávida, libertadora e construtora, animada do espírito moderno que vivifica o mundo, transformará o Brasil.²⁸

²⁷ Andrade, Mário de. *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1942.

²⁸ Aranha, Graça. *O espírito moderno*. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925, p. 44.

Não cabe aqui avaliar, nem há que superestimar, a importância desse controverso evento na história do modernismo brasileiro. Ele aparece citado na qualidade de marco indiscutível que, nas palavras de Mário da Silva Brito, assinala o início de profundas clivagens no seio do próprio grupo – ou melhor grupos – modernista(s), explicitando-se doravante todas as formas de vida e atividade cultural, convergências e divergências, compromissos e gratuidades, que estiveram por trás e que atenderam ao toque de reunir ecoado pelas tertúlias da Semana de Arte Moderna.

Patenteava-se então a passagem da primazia do estético para o primado do ideológico, o que vinha a embaralhar, ainda mais, as posições em si confusas das diversas correntes modernistas.²⁹ Confusão esta que rebate num difícil problema estético e literário que ainda hoje faz a glória e a perdição do modernismo: o problema das atitudes e intenções estéticas.

Este é um assunto delicado, como são delicados todos os assuntos que envolvem juízos de valores. Mas não podemos fugir dele pois é daí que partem as clivagens que estão na raiz dos vários acenos de ruptura, e até mesmo duma tentativa de demissão categórica do movimento modernista, lançados pelo jovem Sergio. E é também daí, salvo engano, que surge o carrear dos motivos ibéricos, do estudo da mentalidade ibérica – mais precisamente, da atitude ibérica diante do Novo Mundo – para uma configuração alegórica do modernismo, donde muitas ambigüidades engastadas no texto de *Raízes do Brasil*, muitas delas formuladas de maneira obscura, compreensíveis e identificáveis apenas por meio de um longo trato com as incursões modernistas de Sergio Buarque. Muitas dessas ambigüidades pressupõem um conjunto de princípios que correspondem a um sistema mais ou menos coerente de idéias e noções consagradas e familiares à primeira geração modernista, quase que assumindo colorações dogmáticas, contra as quais o autor procurava se posicionar.

²⁹ Lafetá; João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974, pp.11-25.

Convém insistir nesta configuração alegórica do ensaio sergiano. Entendido o conceito de alegoria tal qual o concebia Sergio Buarque: uma configuração alegórica no sentido de que, procurando “traduzir, através de imagens tangíveis, uma experiência individual, e a rigor incomensurável com os recursos normais de expressão, porque ela mesma já foge à norma, o autor tenta infundir no leitor uma experiência que pertence ao seu mundo pessoal” e talvez “somente a ele”.³⁰

A riqueza de *Raízes do Brasil* estaria na forma genial com que seu autor conseguiu realizar a universalização de “uma realidade singular e íntima”, em que a expressão da atitude e intenção do jovem modernista encontra-se articulada a uma explicação abrangente do processo formativo da nacionalidade, uma exposição didática das raízes da sociedade brasileira. A dificuldade reside em conferir concretude a esta realidade particular, interpretando a maneira como ela se incorpora na estrutura por assim dizer didática do texto. Dificuldade ainda maior quando se tem em mente que o texto do ensaio buarquiano arquiteta uma simbiose perfeita entre o domínio das noções e o das imagens manipuladas, de modo que nem a exposição didática nem a experiência pessoal possam destacar-se, sem violência, do conjunto assim criado.³¹

Embora tenha perdido muito de sua obviedade, parece indubitável esta dimensão algo confessional, autocrítica, de exame pessoal e coletivo na base da reflexão originalmente encetada em 1936 por Sergio Buarque. Várias das marcas externas desse tom confessional já fazem parte de coisas idas e vividas na distância do tempo, pertencentes, talvez, a um mundo que apenas se nos torna acessível pelo subterfúgio das vias tortuosas, ou mesmo por escamoteações, ainda que transitórias do real e do concreto.³² O acompanhamento de tais torneios se faz tanto mais necessário porque,

³⁰ Holanda, Sergio Buarque de. “Símbolo e alegoria”, *O espírito e a letra*. Op. cit., volume II, p. 272-76.

³¹ Idem, p. 274-75.

³² Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, Op. cit., p. 2.

apesar da aparência da longevidade e do apelo sensível desses ritmos originários, as referidas marcas não mais nos pertencem e aqueles ritmos não são nossos. Justamente por isto que se fazem identificáveis, possíveis de determinações relativamente precisas, discrimináveis em suas respectivas durações particulares.

Em importante depoimento (não só por seu conteúdo como pelas circunstâncias que o cercavam), Sergio Buarque ofereceu indícios valiosos para o exercício que ora nos ocupa. Numa corajosa espécie de retratação, atendendo a um convite da Escola Superior de Guerra, e provavelmente contrariando a expectativa de seus patrocinadores, ele procurou afastar qualquer atitude de apropriação mistificada de suas idéias mais controversas – idéias estas que nada tinham de glorificação de um aspecto bem definido (e não definitivo) do caráter nacional –, remontando às origens do projeto intelectual esquadrinhado em *Raízes do Brasil*.

Houve tempo em que julguei relativamente fácil e, mais do que fácil, necessário, explicar-me a mim mesmo ou, se possível, tentar explicar a outros, os traços distintivos da entidade misteriosa e, por menos que o queiramos, ainda indecisa, a que se chama o homem brasileiro. Parecia essa necessidade uma imposição tanto mais imperiosa, quanto devia corresponder a uma espécie de exame de consciência pessoal, além de nacional.

O prisma pessoal ligava-se talvez, aqui, ao fato de um residência mais ou menos prolongada em terra estrangeira ter servido para aguçar em mim, prematuramente, certa sensibilidade a contrastes entre indivíduos de formação e cultura distintas. Devo notar, aliás, que nada havia, no caso, de parecido com essa reação de íntima hostilidade ou de autodefesa, e vêm ambas a dar no mesmo, que sentem numerosos brasileiros, e não só brasileiros, sempre que se defrontam com um mundo alheio ao de sua origem. Em verdade, o que mais constantemente me atraiu nos contatos com outros povos têm sido os movimentos que os fazem

antes solidários que solitários ou antagônicos entre si. (...) Em um mundo diferente do meu, o que sempre tenho procurado é bem situar-me nesse mundo, é, em outras palavras, compreendê-lo naquilo mesmo que faz sua diferença, é aceitá-lo, é respeitá-lo, é querer amá-lo, e tudo isso sem que precisasse diluir-me ou afogar-me nele.

Por aí se vê como o próprio prisma pessoal pode enlaçar-se naturalmente no outro, nacional. Para entender qualquer estilo de vida estranho ao das minhas origens, sem renunciar a este, sem renegar as implicações de uma formação, que em mim estariam quase convertidas numa segunda natureza, fazia-se mister primeiramente procurar estudar essa formação. Sucede que na própria palavra “formação” já se sugere que, para semelhante tentativa, importa sobretudo ir escavar das nossas mesmas origens, de nosso passado nacional, as verdadeiras razões de nosso presente e – quem sabe? – de nosso futuro, ir enfim sondá-las a partir do que me pareciam representar as suas nascentes ou as suas raízes.³³

Nessas palavras se expressam de maneira bastante clara uma atitude e uma intenção. Uma atitude compreensiva diante de indivíduos de formação e culturas distintas. A intenção de querer respeitá-los, a despeito de todas as diferenças, de querer aceitá-los, se possível amá-los, sem que tudo isso significasse abrir mão da própria individualidade. Uma intenção que corrobora a atitude adotada; uma atitude que não sufoca a intenção manifesta: a aposta na *alteridade* fomentadora de possibilidades num movimento todo marcado por antagonismos e solidariedade.

Até que ponto, neste “exame de consciência pessoal”, não entraria a experiência do convívio com sensibilidades modernistas visivelmente contrastantes e em tantos casos também alheias ao seu mundo de origem? A permanência em terra estrangeira, mais do que uma experiência

³³ *Elementos formadores da nacionalidade: o homem*. Rio de Janeiro: ESG, 1967, p.1 e 2.

geográfica a aguçar o tino para certas particularidades, não expressaria o sentimento de *desterro* alimentado pela ausência de solo propício à fecundação de atitudes e intenções mais arejadas?

A inquietação constante para que toda intenção correspondesse necessariamente a uma atitude acolhedora de vários horizontes estéticos, fez com que Tristão de Athayde atribuisse a Sergio Buarque o papel de “fiel sentinela do modernismo”, quase a “reivindicar o bastão de orientador do verdadeiro modernismo”³⁴, quando o jovem Sergio resolvera “mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia”, romper com “as diplomacias nocivas” de toda política literária, e “conquistar uma profunda sinceridade para com os outros e para consigo mesmo”.³⁵ Sinceridade esta que o levou a demarcar o campo modernista em duas vertentes: o lado dos que contavam e os outros lados, em que se agrupavam a esquadra dos *acadêmicos-modernizantes*. De um lado os que, insistindo “sobretudo nessa panacéia abominável da *construção*”, procuravam ditar soluções ordenadoras para o fundo caótico das agitações modernistas; de outro os que apostavam mesmo nessa excessiva agitação interior como o caminho seguro, ainda que titubeante, para a conquista da verdadeira arte de expressão nacional.³⁶

Dentre esses últimos tendeu a se situar o jovem Sergio, até o momento em que se convenceu, mais ou menos por volta de final de 1926, início de 1927, de que ambas correntes, apesar de apresentarem “elementos de uma verdade maior”, eram “parciais e incompletas”, “partes tomadas pelo todo”.³⁷ Desta perspectiva, as posturas modernistas estariam se banalizando, pelo que entrava de facilidade e rotineiro nos processos criativos por elas abraçados, tornando-se cada vez mais próximas de uma

³⁴ Athayde, Tristão de. *Estudos – 1ª série*, op. cit., p. 177.

³⁵ Holanda, Sergio Buarque de. “O lado oposto e os outros lados”, *O espírito e a letra*, op. cit., p. 224.

³⁶ Idem, p. 225-6.

³⁷ Cf. Athayde, Tristão de. *Estudos...*, op. cit., P. 22-3 e 170-78.

literatura às avessas, ou na expressão forte de Tristão de Athayde, simplesmente uma *demagogia literária*.

Nem a precipitação do maquinismo da civilização industrial, nem – por outro lado – a volta a um ponto de partida primitivo, original ou ilusório, ao qual seria impossível tornar impunemente. Foi a partir de então, conforme se lê no prefácio autobiográfico de *Tentativas de Mitologia*, que Sergio Buarque principiou a se desinteressar de suas preocupações estritamente literárias, passando a acalentar o projeto de elaboração de uma *Teoria da América*, embrião do que viria a se constituir *Raízes do Brasil*.

O grande problema americano

Ora, até que ponto este projeto de redação de uma teoria da América não estaria relacionado com aquilo que, em meados dos anos vinte, se designou de verdadeiro “fetichismo continentalista”? Continentalismo que não estava ausente das soluções estéticas e ideológicas apontadas pelas principais figuras da geração modernista, mormente quando se fez mais clara a consciência de que os instrumentos e recursos expressivos típicos da arte moderna não eram garantia à afirmação soberana da universalidade da cultura americana frente a percepção crítica da centralidade dos valores herdados da cultura européia. Não se havia, conforme as palavras de Mário de Andrade, alcançado o “período civilizado da criação” de uma individualidade nacional, ainda soterrada por toda espécie de mimetismos e dependências peculiares ao estado selvagem de um “período de imitação”.³⁸

No intuito de reagir a esta situação, Graça Aranha bosquejava sua conceituação do “espírito moderno” que deveria orientar “os sonhos dos jovens brasileiros” em sua “ânsia de posse da Terra e de libertação espiritual”:

³⁸ Moraes, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.119.

O espírito moderno é dinâmico e construtor. Por ele temos de criar a nossa expressão própria. Em vez de imitação, criação. Nem a imitação européia, nem a imitação americana – a criação brasileira. (...) Desde que em nosso espírito rompemos com esta prática, começamos a fazer coisa nova e coisa nossa. Faremos coisa diferente dos Americanos, libertos material e moralmente da Inglaterra. Quebraremos a uniformidade continental com que nos ameaçam. Faremos coisa nossa, saída do nosso fundo espiritual, que seja determinada pelo prodigioso ambiente, em que vivemos. Subjugaremos a natureza, para impor-lhe o nosso ritmo haurido nela própria. Não se trata somente de criação material de um tipo de civilização exterior. Aspira-se à criação interior, espiritual e física, de que a civilização exterior das arquiteturas, dos maquinismos, das indústrias, dos trabalhos e de toda a vida prática seja o reflexo.³⁹

Em igual diapasão tocava a lira acusatória de Ronald de Carvalho ao afirmar – no epílogo de 1925 apensado em sua *Pequena História da Literatura Brasileira* – que havíamos adentrado “no momento da lição americana. Chegamos, afinal, ao nosso momento”:

O homem moderno do Brasil (...) tem diante dos olhos um grande mundo virgem, cheio de promessas excitantes. Organizar esse material, dar-lhe estabilidade, reduzi-lo à sua verdadeira expressão humana, deve ser a preocupação fundamental. Uma arte direta, pura, enraizada profundamente na estrutura nacional, uma arte que fixe todo o nosso tumulto de povo em gestação, eis o que deve procurar o homem moderno do Brasil. Para isso, é mister que ele estude não somente os problemas brasileiros, mas o grande problema americano. O erro primordial das nossas

³⁹ Aranha, Graça. *O espírito moderno*, op. cit., p. 36 e 37.

elites, até agora, foi aplicar ao Brasil, artificialmente, a lição européia.⁴⁰

Nessa crença americana procurava Ronald de Carvalho assentar a orientação definitiva de uma atitude poética condizente com o “espírito moderno”, dinâmico e otimista, colorista e vibrante, conforme o estetismo filosofante pregado por Graça Aranha. Vencer o *terror cósmico*, a timidez do homem face a opulência da natureza, pelo exercício da inteligência “em busca de novas fórmulas de fixação”. Isto é, gravar a superioridade do artista sobre a realidade em que ele pretende atuar, deitando formas brilhantes a uma matéria pobre e sem densidade, pela estilização violenta e livre do meio rude, meio este a ser transformado pelo avanço progressista da civilização da máquina.⁴¹

A expressão criadora dessas idéias se encontra vazada nos poemas de *Toda América*, que Ronald publicava no ano de 1926. O poema foi recebido por muitos como acontecimento “profundamente animador”, pois num “momento de imenso relaxamento de forças, quando tudo fala de destruição”, vinha a público “um poeta novo e de vôo largo, passado por todas as escolas, proclamar uma poesia direta, pura, ingênua, cheia de idealismo criador e de fé no futuro”.⁴² Idealismo e fé que descortinavam uma visão olímpica do artista, a mirar, serena e contemplativamente, do alto de “grandes silêncios das cordilheiras” e das serras americanas, “a massa viva de todos os volumes, a promessa de todas as formas”, a virgindade da terra “que não podemos fecundar!”:

Como as plantas, o heroísmo do homem
aqui tem frouxas raízes.

⁴⁰ Carvalho, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 3ª edição. R.J.: F. Briguet & Cia., 1925, p. 415-416

⁴¹ Carvalho, Ronald de. *Estudos Brasileiros, 2ª série*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia., 1931, p. 13.

⁴² Atahyde, Tristão de, *op. cit.*, p. 50.

.....
Aqui o heroísmo é da terra,
da terra bruta, que se argamassa em blocos
íngremes e inúteis,
da terra que rejeita o homem,

.....
Mas há nessa virgem solidão
uma perturbadora poesia geométrica,
pirâmides,
cones,
cubos,
cilindros,
esferas,
poesia do número claro,
poesia dos planos e dos volumes, que vence
a melancolia,
e funde a realidade na alegria da
inteligência.⁴³

Mais do que uma atitude criadora, *Toda América* intentava exprimir uma possível solução para a moderna arte brasileira, carente de maior equilíbrio entre o *sentimento nacional* e a *cultura européia*. Não obstante, uma solução problemática. Sobretudo quando se lhe arrogava o padrão de exclusividade, o papel de *solução exemplar* para problemas de natureza tão ardua e multifária, como costumam ser os de ordem estética ou artística. O labor de forma que se desprende na fixação de quadros luminosos do continente americano parece trair ou entrar em discordância com a poesia rude, bárbara, inicial que se propõe a criar os poemas de *Toda América*. Por isso mesmo que se contenta com uma visão superficial, exterior, da paisagem recortada segundo esquemas premeditados, onde se ausenta toda agitação íntima, interior, humana, artificialmente jogada às sombras para

⁴³ Versos, respectivamente, de “Puente del Inca”, “Toda América (1)” e “Cristal Marinho”.

ocultar os requintes de uma inteligência que não se acomoda bem às precariedades do continente.

Daí sua ênfase na criação de um mundo alegre, recheado por ritmos e formas livres, como já se cantava nos versos famosos de “Teoria” nos *Epigramas Irônicos e Sentimentais* (1922), não por acaso parcialmente aproveitado como epígrafe para esta coleção de poemas americanos:

Cria teu ritmo livremente,
como a natureza cria as árvores e as ervas rasteiras.
Cria teu ritmo e criarás o mundo!

Todavia, o que se observa neste livre jogo de formas e ritmos nada mais é do que o abuso de certos processos assimiláveis com relativa facilidade, e que muitas vezes denunciam um maneirismo estéril ou artificial, uma incipiente confusão entre cultura e natureza, entre naturalidade e artificialidade. Daí, algumas invariantes na poesia e na prosa crítica de Ronald de Carvalho: sua preocupação com o sabor dos ritmos, do colorido das sonoridades, da cadência das figurações que traduzam a “harmonia interior” de seres intuitivos e sensitivos; o apego às máscaras que valem como substitutos das pueris indicações de fatigantes biografias; o enaltecimento das criações que traduzem a iluminação quase divina do ser singular, individualidade significativa, único capaz de despregar das mazelas da vida um instante ou movimento a amparar o sofrimento que vivemos na terra, como se imagens fossem por si mesmas aptas a se desvencilhar dos claros e sombras dos quadros e saltar fora da moldura limitadora da vida cotidiana.

O compósito mal solucionado de pensador e poeta deixa-se vislumbrar em suas fixações às idéias fugidias que logram estabilidade apenas quando transpostas e transfiguradas em disciplinas formais reluzentes e cristalinas, obra de gênios impassíveis que recolhem do espetáculo do mundo flagrantes à altura de inspirar a evocação de algum

fundo sensitivo e figurativo na memória e no imaginário de leitores sedentos por guardar em si um pouco da beleza que se perde no universo, na dispersão inevitável da realidade contemporânea, com todos os seus encontros e desencontros. Descortinava-se então a discordância fundamental dessa obra que se pretendia moderna e genial embora desprezada das inquietações mais íntimas e interiores do “homem moderno” americano. Uma atitude em desacordo com sua verdadeira intenção poética, por isso mesmo tendente apenas a salientar o que há de pitoresco, de exótico nos motivos continentais ou nacionais, fato que, diria SBH, nos condenava a ser *estrangeiros dentro do Brasil*. Não em *Raízes do Brasil*, mas dez anos antes da publicação do ensaio, quando, em entrevista para o *Correio da Manhã*, os diretores da Revista *Estética*, Prudente de Moraes, neto, e Sergio Buarque, explicavam que não era o “simples capricho de acompanhar a última moda literária, vinda de fora”, que os levava “a participar de um movimento de renovação artística”.⁴⁴

Outros lados postos de lado

Tratava-se, sobretudo, naquele momento, de “transpor integralmente para o plano da criação artística o nosso estilo nacional, nosso sistema de duração, sem esquecer que os claros e sombras devem merecer os mesmos direitos.” Ao que emendava Prudente: “A atitude atual do homem em face do mundo e dos problemas que hoje nos atormentam, e a expressão dessa atitude, é o que constitui o modernismo”.⁴⁵ Tanto em 1925 e 1926, quanto uma década depois, era esta ordem de inquietações que fervilhavam na cabeça de Sergio Buarque. Guiando-se por elas orientava suas atitudes e posições. O que portanto estava na ordem do dia do modernismo era

⁴⁴ Barbosa, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p.70.

⁴⁵ Idem, p.72-3

mesmo o “homem brasileiro”, o papel que ele jogava na civilização a se formar por aqui, qual a sua contribuição para a cultura universal, etc.

Mas neste anseio principiava Sergio Buarque a identificar o estreitamento da imaginação histórica que se deixava suplantar por uma imaginação exclusivamente estética da vida. Nessa visão espetaculosa do mundo o artifício se sobrepõe a arte; a vida se torna um repositório de mistificações que a sufocam; a fantasia se transforma num refúgio tranqüilo ante a dura realidade; a literatura deixa de explicitar um compromisso social, empastada que é num embuste estético. No limite, em meio a retórica radiante em que tudo é dinamismo, tudo é uma forma de evasão, tudo é um ritmo livre criador de mundos e de imprescindíveis disciplinas, os sujeitos históricos são engessados na condição redutora de objetos. A criação perde-se no vazio do improviso da inteligência que se revela refratária às situações instáveis da realidade moderna, perpetuando em sua imposição rítmica e disciplinar muito da instabilidade e do caráter transitório contra qual se bate. Em suma, sempre o mesmo problema da atitude em desacordo com sua verdadeira intenção, das soluções invariavelmente fadadas de antemão ao fracasso:

A obra de arte não exprime nunca uma solução, mas simplesmente uma atitude. Diante de cada questão que propõe um determinado momento é sempre possível a nós tomar um ponto de vista novo.⁴⁶

O que desconcertava nesta atitude abraçada por SBH era que outros companheiros de geração não queriam ou não podiam se compenetrar que tais pontos de vista, embora diversos dos pontos de vista tradicionais, fossem tão legítimos quanto tantos outros possíveis. Por esta razão, revoltava-se o jovem Sergio sempre que algum pretendente a demiurgo reclamasse a orientação exclusiva da “arte de expressão nacional”,

⁴⁶ Barbosa, Francisco Assis (org.). *Raízes de Sergio...*, op. cit., p.70.

acreditando possuí-la “desde já no cérebro tal e qual deve ser”, dizendo “conhecer de cor todas as suas regiões, as suas riquezas incalculáveis e até mesmo seus limites”: ao invés do desejável *aumento do império* das nossas faculdades criadoras, respondiam apenas com *uma amputação* dos horizontes imaginários a serem conquistados. Referindo-se especificamente a Ronald e Guilherme de Almeida, justificava seu juízo:

O mais que eles fizeram foi criar uma poesia principalmente brilhante: isso prova que sujeitaram apenas uma matéria pobre e sem densidade. De certo modo continuaram a tradição da poesia, da literatura bibelô, que nós detestamos. (...) Donde essa feição de obra trabalhada conforme esquemas premeditados, essa ausência de abandono e virgindade que denunciam os seus livros. *Toda América e Raça* seriam talvez bem mais significativos para a gente, se não fosse visível a todo momento a intenção dos seus autores de criarem dois poemas geniais. Essa intenção é sobretudo manifesta em *Toda América*. (...) Houve um tempo em que esses autores foram tudo quanto havia de bom na literatura brasileira. No ponto em que estamos hoje *eles não significam mais nada para nós*.⁴⁷

Em Ronald de Carvalho, aliás, essa intenção de excelência, de divulgação exigente de uma orientação disciplinar das proposições modernistas, já se fazia notória na primeira série de seus *Estudos Brasileiros*, fato que não passou despercebido aos diretores de *Estética*, quando, ao resenhar as conferências mexicanas que a editora Anuário do Brasil divulgava em 1924, procuravam sublinhar a “posição única” que o autor dos *Epigramas* ocupava na literatura modernista: “Diz tudo que quer. Só o que quer. Seu pensamento e sua forma coincidem. Adaptam-se”. Isso lhe garantiria “uma posição única na nossa literatura atual”.⁴⁸ Note-se que, na

⁴⁷ Holanda, Sergio Buarque de. “O lado oposto e os outros lados”, *op. cit.*, p.225.

⁴⁸ Cf. *Estética*, Rio de Janeiro, n.º 02, ano II, janeiro-março de 1925, p. 218.

patente prova de plasticidade que estes *Estudos* demonstravam, se pode vislumbrar muitas daquelas qualidades ibéricas de nossos colonizadores, os quais “sabiam repetir bem o que estava feito ou que lhes ensinava a rotina”, transigindo sempre que os aconselhassem a tradição e a conveniência:

No mundo tudo se apresenta a elle em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstaculo a seus propositos ambiciosos, sabe transformar esse obstaculo em trampolim.⁴⁹

Não caberia insistir o quanto tudo o que ficou apontado até aqui tem a dizer a respeito de que *tal extremo* pode chegar essa *cultura da personalidade*, traço porventura distintivo de nossos ancestrais ibéricos, na agitação modernista, ou sequer nos estendermos com a demonstração rigorosa de como estas questões se encontram incorporadas nos primeiros capítulos de *Raízes do Brasil*. Por ora, nos contentaremos apenas em bosquejar algumas breves indicações a respeito da forma como alguns dos mais caros aspectos do arcabouço conceitual, das visões do mundo e da história, das concepções filosóficas e estéticas que se insinuavam em várias vertentes do modernismo são quase que compendiadas e parodiadas no interior do argumento de *Raízes do Brasil*.

Semelhante esboço de interpretação pode ser construído a partir da articulação e desvendamento de uma dialética particular que encerram os conceitos de *desterro*, *cordialidade* e *americanismo* na obra de Sergio Buarque. Estes conceitos como que sintetizam e resumem a caracterização do que outrora Sergio Buarque designou a demarcação entre “o lado oposto e os outros lados”. Tais conceitos quase que se propõem a explicitar as razões que vibravam no pensamento de Sergio Buarque quando, em fins de 1926, disparava que era chegada a hora do acerto de contas com certo modernismo academizante, composto por literatos que se contentavam em

⁴⁹ *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 27 e 21.

apenas sujeitar a “uma matéria pobre e sem densidade”, formas brilhantes, soluções estéticas célebres de antemão, passando ao largo da inquietação, da instabilidade pulsante das coisas vivas, que parecia povoar a imaginação de tantos outros escritores que faziam do sentimento e assimilação de experiências das coisas cotidianas a fonte de toda inventividade da arte moderna. Mas é preciso acentuar que esta não é uma caracterização abstrata, fruto de especulação gratuita e desinteressada. Os famosos “tipos ideais” gravados em *Raízes do Brasil* adquirem uma forte concretude ao serem contrastados ao comportamento efetivo, às intenções e às atitudes, que sustentam as posições sociais e os valores defendidos nos escritos de Graça Aranha e Ronald de Carvalho. Talvez nem mesmo seria faltar com a verdade sugerir que tais representações típico-ideais ocultassem alguma secreta vontade de Sergio Buarque em sua necessidade de se desvencilhar de poucas velhas idéias pelas quais um dia também se deixou seduzir.

Atentemos agora, ainda que rapidamente, para os primeiros capítulos de *Raízes do Brasil*. Neles Sergio Buarque procura montar uma equação na qual os portugueses aparecem como os portadores *efetivos e naturais*, senão mesmo os *pioneiros*, da conquista do trópico para a civilização do Velho Mundo. Do capítulo de abertura de *Raízes do Brasil* quase que se desprende que a *conquista e dominação dos trópicos* teria sido uma vitória do individualismo ibérico sobre um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil. Tudo como se o *ritmo* sôfrego de aventureiros lusos, espíritos ao mesmo tempo pragmáticos e fantasistas, sobrepujasse a monumental *natureza*, ajustando-a, senão acomodando-a, às necessidades criadoras da Cultura. Entretanto, a própria natureza de semelhante conjunto de ajustes e acomodações, transformando hábitos, crenças, idéias, normas de vida, valores, processos técnicos, produtos e artefatos, etc. não se travaria impunemente. Restaria sempre um fundinho de mal-estar – prolongamento, talvez, de todo um ciclo de influências ultramarinas específicas – gravado nos frutos de nosso trabalho ou de nossa preguiça: a sua aparência transitória e instável de uma cultura *fatalmente* condenada a participar de “um estilo e de um sistema de

evoluções naturais a outro clima e a outra paisagem”. Daí a caracterização do sentimento de sermos “uns desterrados em nossa terra”.

Ainda nessa mesma página de abertura do ensaio pode-se ler o estribilho meio irônico, meio ressabiado, com o qual SBH ia preparando a armadilha contra o nacionalismo patrioteiro que imperou na ideologia modernista:

Assim, antes de investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um typo proprio de cultura, cumpriria lembrar até onde representamos nelle as formas de vida, as instituições e a visão do mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos. (p. 3)

Parece claro que esse orgulho deve ser visto com muito cuidado, senão considerado muito relativo, apenas definível após a identificação do que venha a ser essa herança, seus agentes e suas conseqüências. Isto porque este é o artifício buarquiano para enquadrar e flagrar os desencontros de inúmeros modernistas em suas próprios atos e palavras, revelando a falácia e o exclusivismo arbitrário de determinado “nacionalismo estético”. Vemos assim se construir uma requintada noção de continuidade histórica que pode tanto sintetizar uma explicação perspicaz da formação da sociedade brasileira quanto caracterizar alguns impasses anunciados pela hora modernista que passava.

RELIGIÃO E FORMAÇÃO SEGUNDO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA¹

Robert Wegner²

O objetivo da apresentação é o de abordar a religião em *Raízes do Brasil* (1936) e, percebendo de que modo ela se entrelaça com a “cordialidade” – este conceito central do livro –, tentar vislumbrar as possibilidades de o catolicismo no Brasil vir a ser um elemento de constituição do *self* e de coesão social. Em seguida, acrescentando o livro seguinte de Sérgio Buarque, *Monções*, que foi publicado em 1945, procura-se estender a mesma discussão sobre religião no Brasil, ressaltando-se que, nesta obra, é possível entrever uma religiosidade não menos presa ao sensível mas que, contudo, como uma espécie de filtro das paixões que transbordam diretamente do coração, parece operar mais adequadamente uma intermediação entre interioridade e exterioridade.

1. Catolicismo em Raízes do Brasil

Em seu texto “Raízes do Brasil: Uma Re-Leitura”, publicado em 1976, Brasil Pinheiro Machado recorda que, com as guerras religiosas, o mundo católico europeu ficara reduzido e que, então, a contra-reforma empreende, como uma espécie de compensação, a conquista espiritual da

¹ Minha apresentação no Seminário A Idéia de Brasil Moderno esteve amparada no meu artigo “Religião, Cordialidade e Promessa”, publicado na Revista *Acervo* – vol.12, n.1/2, jan/dez de 1999, e, por isso, o texto corresponde a uma versão mais objetiva do mesmo.

² Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ e Pesquisador associado ao PRONEX do Departamento de História da PUC- Rio.

América, do Extremo Oriente e da África. Com isto, o Brasil torna-se um cenário privilegiado dessa conquista, a qual, pode-se dizer, consiste quase que em um experimento de materialização do clima da contra-reforma no Novo Mundo, da mesma maneira que se diz que a colonização da Nova Inglaterra o é das crenças puritanas.³ Nesse sentido, seguindo sua leitura de *Raízes do Brasil* como um espelho das categorias weberianas, Pinheiro Machado elege uma rápida passagem do primeiro capítulo, onde Sérgio Buarque se refere à Companhia de Jesus – “que impôs seu espírito ao mundo católico, desde o Concílio de Trento”⁴ –, como chave explicativa dessa cultura ibérica transportada. Segundo as palavras do comentador,

“Nessa rápida alusão ao Concílio de Trento está um dos pontos chave para o desenvolvimento da problemática de *Raízes do Brasil*, pois que é aí que seu autor identifica uma ética religiosa diretamente oposta à ‘ética protestante’”.⁵

Seguindo a mesma linha de interpretação, torna-se importante dizer que Sérgio Buarque faz referência ao Concílio de Trento quando comenta o reaparecimento da querela do pelagianismo, na qual a Companhia de Jesus teria tido um papel fundamental *contra os princípios predestinacionistas*, reação que, para Sérgio, é uma espécie de prolongamento, na teologia, da *cultura da personalidade* que predomina entre os povos ibéricos e que gera uma desconfiância em relação às teorias negadoras do livre arbítrio e do mérito pessoal.⁶

³ Ver TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. (Tradução de Neil Ribeiro da Silva.) (2ª ed.). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUsp, 1977, pp.32ss.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 11.

⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. “Raízes do Brasil: Uma Re-Leitura”. In: *Estudos Brasileiros*, n.º 02, 1976, p. 179.

⁶ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 1936, p. 11.

Como a doutrina da predestinação é justamente a base do calvinismo e, na argumentação weberiana, do surgimento do espírito do capitalismo, aquela reação contra os princípios predestinacionistas concertada pela Companhia de Jesus, uma “instituição nitidamente ibérica”, é significativa para levarmos adiante a forma de leitura sugerida por Pinheiro Machado. Sem a doutrina da predestinação – ou mesmo alguma concepção equivalente – o trabalho não chega a ganhar a conotação religiosa do termo alemão *beruf* e do inglês *calling*; dessa maneira, nunca se tornou uma tarefa que pudesse, por seus frutos, vir a indicar a eleição do indivíduo por Deus, ficando ausente do rol de virtudes cultivadas pela ética católica. Nesse contexto, conforme palavras de Sérgio Buarque,

“no trabalho não buscamos senão a propria satisfação, elle tem o seu fim em nós mesmos e não na obra, um *finis operantis* e não um *finis operis*. As actividades profissionaes são, aqui, meros accidentes na vida dos individuos, ao opposto do que succede entre outros povos, onde as proprias palavras que designam semelhantes actividades adquirem um *accento quasi religioso*”.⁷

Prolongando o argumento de Pinheiro Machado, é útil nos estender sobre o tema da religião no Brasil, lembrando, entretanto, que, na descrição de Sérgio Buarque, não é exatamente um catolicismo dos mais canônicos que ganhará força no país, pois

“o nosso culto [era] sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, ‘democratico’, um culto que dispensava no fiel todo esforço, toda diligencia, toda tyrannia sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso”.⁸

⁷ Idem, ibidem, p. 114.

⁸ Idem, ibidem, p.107-108.

Ilustrando suas observações com relatos de viajantes, como o de Saint-Hilaire, para quem, no Brasil, “ninguém se compenetra do espírito das solenidades”, Sérgio Buarque considera que essa religiosidade de superfície – “menos atenta ao sentido intimo das cerimoniais, do que ao colorido e á pompa exterior; quasi carnal em seu apego ao concreto” – só poderia ser transigente e pronta a acordos, a quem “ninguem pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa”.⁹

A partir da 2ª edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1948, Sérgio Buarque passa a lembrar que isto não significava propriamente uma contradição com a igreja católica, de modo que se pudesse falar em uma religiosidade popular que destoasse muito da doutrina oficial. Na verdade, o que só vem a reforçar o argumento de Pinheiro Machado sobre a centralidade da religião da contra-reforma na construção de *Raízes do Brasil*, o catolicismo tridentino, no seu esforço de reconquista espiritual e da propaganda da fé perante a ofensiva da Reforma fez a exaltação dos “valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião”,¹⁰ de modo que veio apenas encontrar um terreno fértil em nosso comportamento social.

Assim, na esteira do Concílio de Trento, o catolicismo no Brasil terá um caráter adaptável às circunstâncias sociais de modo a não ter um princípio transcendental a ordenar a vida do crente em torno de um centro definido, apelando sempre “para os sentimentos e os sentido e quase nunca para a razão e a vontade”.¹¹ Ou, para usar os termos de Oswald Spengler referidos por Sérgio Buarque ao comparar a religiosidade no Brasil e na Rússia, falta ao catolicismo no Brasil qualquer tendência para a “verticalidade”. Está-se mais próximo de um *ethos* de amor fraternal, e não paternal, no qual o próprio Cristo é sentido mais como um irmão – aqui

⁹ Idem, *ibidem*, p.108.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (3ª ed.), Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p.219.

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1936, p.108.

vale lembrar o caso relatado por Sérgio Buarque das festas do Senhor do Bom Jesus da Pirapora, em São Paulo, e sua história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo. Neste contexto, citando a passagem de Spengler sobre os russos, a tendência fáustica, inteiramente vertical, visando ao aperfeiçoamento pessoal é vã e ininteligível.¹²

De certo modo, nesse ponto, pode-se quase contrariar o argumento de Pinheiro Machado para dizer que do Catolicismo em jogo no livro de Sérgio Buarque chega a ser difícil extrair uma racionalidade específica que faça frente à ética protestante, pois fala-se de uma religiosidade que não define uma forma nem um princípio que minimamente organize o *self*, posto que é uma religiosidade que “se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem”.¹³ Mas é precisamente este ponto que caracteriza a “cordialidade” e, por isso, para uma melhor avaliação da religiosidade em jogo em *Raízes do Brasil*, vale a pena nos dedicarmos com um pouco mais de vagar a este tema exposto no Capítulo 5 do livro ao lado do da “civilidade”.

2. Cordialidade e civilidade

Pode-se começar dizendo que *Raízes do Brasil* apresenta um verdadeiro dilema, na medida em que é impossível dizer que Sérgio Buarque opta pela “cordialidade” e ou pela “civilidade”. O que o autor faz é tentar enxergar estes elementos a partir de diferentes perspectivas. George Avelino Filho explorou bem esse ponto, em texto de 1990, ao apontar para “duas maneiras” por meio das quais a noção de “civilidade” aparece em *Raízes do Brasil*.

¹² Ver, Idem, *ibidem*, p.106, nota 33.

¹³ Idem, *ibidem*, p.108.

Conforme o comentador, a primeira maneira é quando Sérgio Buarque entende a civilidade “nos moldes weberianos, como o processo de racionalização e impessoalização das relações humanas, e onde a civilidade seria a representação da própria ‘jaula de ferro’”. Por esse ângulo, a “cordialidade” emerge contraposta à “civilidade”, aparecendo como relações humanas mais afetivas e “sem máscaras”. Nesse sentido, diz Avelino, “seguindo a vertente modernista que desenvolveu uma crítica à civilização moderna”, o fundo emotivo transbordante envolvido na cordialidade parece ser exatamente uma vantagem diante do processo clássico da racionalização e impessoalização sofrido pelas culturas européias.¹⁴

A segunda maneira encara a civilidade e a cordialidade dentro das “exigências imperativas das novas condições de vida – um processo pelo qual a ‘lei geral suplanta a lei particular’ –, que se manifestam na urbanização e na industrialização”. Dessa perspectiva, a “civilidade apesar de ainda ser vista como máscara, é o instrumento que permite a individuação das pessoas e sua integração de forma autônoma em um todo mais amplo: o ‘mundo’ ou a *society*”.¹⁵ Do lado da cordialidade aparece sua ineficácia e a extrema dificuldade de o ser humano, nesta ambiência, vir a perceber e se submeter a regras que tenham validade para todos, dificuldade que, se não superada de alguma maneira, mina pela base a possibilidade de uma sociedade democratizada.¹⁶

Dessa forma, a cordialidade diz respeito à “espontaneidade”, enquanto a civilidade está relacionada à “fórmula”. A primeira, então,

¹⁴ AVELINO FILHO, George. “Cordialidade e Civilidade em ‘Raízes do Brasil’”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 12, 1990, p. 8 e 9.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 9.

¹⁶ A pesquisa de Ernani Chaves sobre a relação de *Raízes do Brasil* com a obra de Nietzsche começa a lançar novas luzes sobre o tema da cordialidade e civilidade, conforme pode-se verificar com a leitura de CHAVES, Ernani. “*Raízes do Brasil e Nietzsche*”. In: *Cult*, n.º 37, agosto de 2000, pp. 52-55.

possui vínculo direto, sem intermediação, com o “coração” e, por isso mesmo, como esclarece Sérgio Buarque à Cassiano Ricardo na 2ª edição de seu livro, cordialidade não se refere somente a sentimentos positivos de amizade e concórdia. Em nota de pé-de-página, o autor procura enfatizar sua diferença em relação ao poeta – o qual sugeria substituir o termo “cordialidade” por “bondade” – declarando que não se trata de afirmar o brasileiro como bondoso em oposição a maldoso, mas de percebê-lo impulsionado pelos sentimentos, bons ou maus, nascidos diretamente do coração¹⁷ – e não pelos sentimentos que participam da razão. É justamente esta oposição que caracteriza o par cordialidade/civilidade, como fica claro no início do capítulo “O homem cordial”, quando o autor afirma que o Estado não é uma continuidade do círculo familiar mas, ao contrário, nasce em oposição à família. “A ordem familiar em sua forma pura é abolida por uma transcendência”¹⁸ e o elemento racional supera o emotivo.¹⁹

As observações de Luiz Costa Lima, em *Sociedade e Discurso Ficcional*, e de George Avelino, ao iluminar a noção de civilidade em Sérgio Buarque a partir das obras de autores como Richard Sennett e Norbert Elias, chamam a atenção para sua importância na constituição de um espaço público.²⁰ Desde os trabalhos de Elias é possível dizer que a polidez, a regulação da conduta, o autocontrole, relacionados ao mundo moderno burguês, envolveram um longo e até árduo “processo civilizador” que já vinha se desenvolvendo desde a sociedade de Corte, que no caso francês – ao contrário do que ocorreu na Alemanha – não foi avessa à participação de círculos burgueses emergentes. Desse modo, com a burguesia e a classe média afeita aos modos cortesões da aristocracia, já no século XVIII não

¹⁷ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 1956, p. 209, nota 157.

¹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 1936, p. 94.

¹⁹ Ver idem, ibidem, p.150.

²⁰ Ver COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986; AVELINO FILHO, George. “Cordialidade e Civilidade em ‘Raízes do Brasil’”.

havia mais nenhuma grande diferença de costumes entre os principais grupos burgueses e a Corte e, posteriormente, com a instauração da sociedade burguesa, antes que uma ruptura com esses costumes, houve tentativas de melhorá-los e adaptá-los.²¹ Já Sennett, conforme expõe Avelino, detecta uma deterioração do mundo público na cidade do século XIX, vinculada à substituição da noção de indivíduo que exalta a *singularidade* no lugar daquela que envolve *reserva*. Lembrando de Simmel em seu texto “Da psicologia da moda”,²² pode-se dizer que esta substituição apontada por Sennett envolve a desconfiância em relação à *máscara*, que, de uma ferramenta para a manutenção da singularidade, passa a ser vista como massificadora e vinculada à falsidade. Assim, a procura dos interesses comuns e o cultivo de uma arena pública são substituídos pela busca da identidade.

Tanto em Elias, com a construção da civilidade na Corte, como em Sennett, que aponta para a sua deterioração, importa ressaltar, conforme a consideração de Avelino, que ambos

“[...] colocam como condição principal para o surgimento da civilidade a quebra do localismo e da intimidade. A contenção dos impulsos pessoais leva à criação de formas artificiais de sociabilidade, reconhecidas por todos, e à capacitação do indivíduo em lidar com seu exterior de forma mais neutra do ponto de vista afetivo. Assim, forja-se o indivíduo civilizado, capaz de determinar de forma independente seus interesses e constituidor de um espaço público”.²³

Não deixa de ser interessante a referência às discussões sugeridas por Costa Lima e Avelino para, por um lado, reforçar que Elias demonstra a

²¹ Ver ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. (Tradução de Ruy Jungmann) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, pp.51-55.

²² SIMMEL, Georg. “Da psicologia da moda: um estudo sociológico” In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp.161-170.

²³ AVELINO FILHO, George. “Cordialidade e Civilidade em ‘Raízes do Brasil’”, p. 10.

grande lentidão e dificuldade envolvidas no processo civilizador e, por outro lado, lembrar que Sennett alerta que a vida na cidade não é suficiente para garantir essa civilidade que permite a manutenção do espaço público. Isso não deixa de guardar uma certa coincidência com o raciocínio desenvolvido por Sérgio Buarque segundo o qual a “nossa revolução”, caracterizada pelo fortalecimento das cidades, desagregava o ruralismo e a mentalidade cordial que lhe correspondia, sem, contudo, substituí-la pela civilidade, desaguando assim no que se pode considerar como o dilema brasileiro.

3. O dilema brasileiro na modernidade

Para um bom entendimento do dilema presente em *Raízes do Brasil* entre cordialidade e a necessidade de civilidade no mundo moderno, é preciso focalizar a percepção do livro acerca da condição da modernidade no século XX. Em certa passagem da primeira edição de *Raízes do Brasil*, de 1936, suprimida da edição seguinte, Sérgio Buarque considera que o século XIX caracterizou-se por um grande engano que “foi justamente o ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das formulas e dos conceitos”. Enquanto durava, podemos dizer que esse engano, ao possibilitar crenças compartilhadas, foi criador de modelos de organizações sociais e do *self*. Sérgio Buarque lembra, por exemplo, que “nesse peccado é que se apoiam todas as revoluções modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstractas como os famosos Direitos do Homem”; e completa dizendo:

“Sobrestimaram-se as idéias, que usurparam decididamente um lugar excessivo na existencia humana. Julgou-se que um formalismo rígido e comprehensivo de todas as acções individuaes é o maximo de perfeição e de apuro a que póde aspirar uma sociedade”.²⁴

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 1936, p. 146.

Ressalte-se que, independentemente da valoração que lhe atribuí, no momento em que escreve, no desenrolar da década de 30, Sérgio Buarque via esse engano lentamente se dissipar.²⁵

Dessa maneira, parece possível detectar na argumentação de Sérgio Buarque um *diagnóstico sobre a condição moderna* no qual está presente a percepção de que – para recorrer a um autor contemporâneo – “a modernidade não é mais tomada como um estágio necessário no progresso do pensamento [ou, como Hegel a tivera, na *Entwicklung* do Espírito] mas sim como um constructo histórico e contingente, em relação a nós mesmos, que somos igualmente contingentes”.²⁶ Com essa percepção, bem modernista aliás, configura-se a situação de se ter como horizonte o moderno e a modernidade sem, contudo, a justificação transcendental associada ao pensamento iluminista e que ganha corpo de forma mais forte com a Revolução Francesa.

As críticas formuladas por Sérgio Buarque no capítulo 6 de seu livro ao Positivismo e ao Liberalismo democrático vão justamente na mesma direção.²⁷ Da mesma forma, assim que chega de volta da Alemanha no início de 1931, justamente da viagem onde foi gestado *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque revelava ao amigo Manuel Bandeira que “quando saí daqui eu tinha uma tendência para o comunismo. Hoje estou achando nele o mesmo excesso racionalista do catolicismo. Comunismo e catolicismo são soluções extremamente racionalistas”.²⁸

²⁵ Ver idem, ibidem, p. 146.

²⁶ GODZICH, Wlad. “In-quest of modernity”. In: NERLICH, M. *Ideology of Adventure: studies in modern consciousness, 1100-1750* - vol. 01. Minneapolis: University of Minnesota Press, p.IX.

²⁷ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 1936, pp.118-123.

²⁸ BANDEIRA, Manuel. “Introdução”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, p.292. (Matéria originalmente publicada em *O Jornal*, RJ, na edição de 24 de janeiro de 1931). Para evitar confusão é necessário lembrar que o catolicismo em questão não é, por assim dizer, o mesmo daquele tratado na primeira parte do texto, uma vez que diz respeito

A crítica ao racionalismo exacerbado, o qual caminhava ao lado de princípios de organização que transcendem a existência social contingente, tinha no entanto seu preço. Se, de um lado, Sérgio Buarque detectava no tipo do homem cordial a ausência de centro de gravidade, de outro, na sua interpretação da modernidade, via fechada a possibilidade de nela encontrar um princípio que suprisse aquela ausência e desencadeasse assim um ordenamento do *self* numa configuração ética mais vertebrada. É como se o Brasil estivesse chegando às portas da civilização tarde demais.

É justamente nessa situação que Sérgio Buarque mapeia o dilema brasileiro e encerra seu livro com o parágrafo que clama pela necessidade de artifício aliado à autenticidade:

“Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo schemas sabios e de virtude provada, mas ha de restar um mundo de essencias mais intimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreductivel e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso proprio rythmo espontaneo, á lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mechanic e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, creatura espiritual, oppõe-se á ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa opposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente comsigo. [...] O espirito não é uma força normativa, salvo onde póde servir á vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congenito a ella e della inseparavel: emergem

ao movimento católico que se propagou a partir dos anos 20 e atingiu grande força nos anos 30, tendo nos seus quadros, por exemplo, um intelectual como Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde. Este era um movimento muito mais organizador que o catolicismo tridentino e popular discutido no corpo do texto.

continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas”.²⁹

Ao mesmo tempo que este dilema se constitui numa dificuldade, demonstra a necessidade de não se romper com a tradição e cria um desafio e um incentivo para a busca de um caminho particular para o mundo moderno. Este caminho não está traçado e, na verdade, não aparecem indicativos claros quanto a ele em *Raízes do Brasil*. Vale sublinhar que, ali, a religiosidade não parece dar muita esperança para isso, uma vez que ela é, por assim dizer, uma presa de sua ambiência cordial.

4. Religiosidade em Monções

Creio que se lermos o livro *Monções* tendo em mente este dilema apresentado em *Raízes do Brasil*, a obra que o precede, poderemos encontrar indícios de buscas de respostas para o mesmo. Isto significa afirmar, antes de tudo, que há pontos de continuidade entre as duas obras, ou, dizendo de forma mais ousada, entre o ensaísta e o historiador. Sérgio Buarque parece manter, em boa medida, as mesmas questões que o preocupavam no seu livro de estréia, ao mesmo tempo que tateava virtualidades da história nacional que ajudassem na busca daquele contraponto almejado no último parágrafo de *Raízes do Brasil*. Embora em *Monções* o autor não discuta longamente sobre religião, este é um dos temas onde é possível perceber essas suas preocupações e, por isso mesmo, pode valer a pena manter o foco que temos seguido neste artigo.

Antes de prosseguir, esclareça-se que *Monções*, publicado em 1945, é o primeiro livro de Sérgio Buarque sobre o tema das entradas para o Oeste a partir do planalto paulista e foi escrito com a intenção de apresentá-lo a um concurso nos Estados Unidos, no qual recebeu menção honrosa. De qualquer forma é um marco na carreira de Sérgio Buarque, sendo considerado mesmo

²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 1936, p.160-161.

como a obra que, nove anos depois de *Raízes do Brasil*, inaugura sua carreira de historiador profissional.³⁰ Em *Monções* é apresentado o dificultoso processo de estabelecimento, no decorrer do século XVIII, de uma rota comercial por via fluvial entre o planalto paulista e as minas do Mato Grosso.

Sem entrar em detalhes sobre o tema central do livro – inclusive deixando de lado a diferença de *Monções* tratar de uma parte específica do Brasil, o planalto paulista, enquanto *Raízes do Brasil* se propunha a ser um ensaio sobre a nação –, em *Monções* é possível detectar uma religiosidade diferenciada da que aparece em *Raízes do Brasil*, o que não significa dizer que aqui ela se caracteriza por uma absoluta verticalidade entre o crente e a divindade. Na realidade, nem sequer pode-se falar que a religião tenha perdido, entre os monçoeiros, aquele caráter de apego a formas concretas e sensíveis que aparecia no livro de estréia de Sérgio Buarque. Nem mesmo deixa de aparecer aqui o caráter aventureiro e de busca de ganho fácil já presente em *Raízes do Brasil*. Segundo o autor,

“O duro e tosco realismo que o comércio de Cuyabá refletia, em seus vários pormenores, e que se denuncia no próprio aspecto exterior das embarcações, não é senão o fruto de uma aplicação voluntária de todas as energias ao afã de enriquecimento, de domínio e de grandezas. Se requer audácia, pode-se quase dizer que é uma audácia contrafeita, incapaz, por isso mesmo, de se elevar sobre o plano da realidade mais rasteira e agreste”.³¹

Por um lado, o afã de enriquecimento e a audácia limitada ao plano mais rasteiro não elimina toda forma de religiosidade, “pois os santos das

³⁰ Ver DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Sérgio Buarque de Holanda, Historiador”, In: HOLANDA Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985, p. 56.

³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945, p. 120.

igrejas, as rezas, os bentinhos, as feitiçarias pertenceram sempre ao arsenal dos que se embrenhavam no sertão”. Este arsenal não chegava, por outro lado, a descolar os monçoeiros de seus interesses mais imediatos em direção à valores transcendentais, uma vez que “o céu é aqui simples dependência da terra, disposto sempre a amparar os homens na perseguição de seus apetites mais terrenos”.³² Os fiéis continuam tendo uma proximidade quase horizontal com personagens divinos, ao mesmo tempo em que a religiosidade passa a se revestir com um caráter de *humildade* sem precedentes, que se manifesta na face exterior do exercício da devoção e, ao mesmo tempo, nos seus motivos, que agora passam a estar entrelaçados com os interesses e dificuldades relacionados aos aspectos materiais da sobrevivência no sertão.

De fato, uma vez que “as monções nunca chegaram a deixar nos hábitos e na vida social do paulista, nenhuma dessas marcas de vivo colorido que nascem de uma intimidade grata e quase lírica entre o homem e sua ocupação mais constante”,³³ tudo aqui parece fazer lembrar as lições literárias de Erich Auerbach que, ao falar no estilo baixo, diz que *humilde* está relacionado com *humus*, com o solo, e literalmente significa baixo, aquilo que está perto do chão.³⁴ Nesse sentido, quando se fala em religiosidade, não se supõe ser aquela que tem algo de sublime a revelar, como se quisesse permitir que qualquer um pudesse elevar-se do mais simples ao divino.³⁵ Aqui,

³² Idem, *ibidem*, p. 121.

³³ Idem, *ibidem*, p. 116.

³⁴ AUERBACH, Erich. “Sermo Humilis”. In: *Literary language & its public in late Latin Antiquity and in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, p.39. Sobre o tema da humildade em *Monções e Caminhos e Fronteiras* ver GOLDMAN, Elisa. *O Humilde e o Sublime: A Representação do Bandeirante na Historiografia Paulista*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, PUC-Rio.

³⁵ Este tipo de relação entre o humilde e o sublime, onde verdades elevadas são lentamente reveladas pela linguagem baixa, é a leitura agostiniana das Sagradas Escrituras. Ver AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 135.

“o medo inspirado pelas cachoeiras, pelos índios bravios, pelo ‘minhocão’ – essa entidade monstruosa que parece resumir em si todas as forças hostis da natureza – poderia ajudar a corrigir um pouco o pobre naturalismo daqueles aventureiros, se o recurso aos poderes sobrenaturais não fosse entendido, neste caso, menos como um meio de salvação das almas do que de conservação e sustento dos corpos”.³⁶

É possível considerar que, no quadro de *Raízes do Brasil*, não seria essa mudança tão pouco sensível – de uma religião de superfície tornar-se em uma religiosidade que, no campo da humildade, conecta-se com os interesses imediatos – que poderia modificar algo do homem cordial. Contudo, o que encontramos em *Monções* são seres que, devido à organicidade de sua religiosidade com a vida diária, lentamente se moldam, aprendem a agir de maneira concertada e a esperar para ter o fruto do seu trabalho, até porque “os elementos de que agora dispõe o sertanista para alcançar sua terra de promessa vão deixar menor margem ao capricho e à iniciativa individuais”. Nas monções, pode-se falar então num processo de disciplinamento da aventura, de modo que “se o quadro dessa gente aglomerada à popa de um barco tem, em sua aparência, qualquer coisa de desordenado, não será a desordem das paixões em alvoroço, mas antes a de ambições submissas e resignadas”.³⁷

Na verdade,³⁸ o tipo de formação que verificamos aqui se aproxima menos da idéia de *vocação* que do ideal de *Bildung* (formação), o qual, como nos ensina Harvey Goldman, não implica um rompimento com o *self*

³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 121.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 122.

³⁸ O argumento deste parágrafo foi mais amplamente desenvolvido em WEGNER, Robert. “Os Estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: SOUZA, Jessé (org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

natural. Com base em Kant, esse autor esclarece que a *vocação* exige uma revolução do *self* natural para sua transformação em personalidade. Essa via corresponde à da ética protestante que, segundo Weber, foi a única capaz de criar a personalidade *par excellence* e a propiciar um terreno fértil para o espírito do capitalismo. A religião em *Monções* indica que podemos interpretá-la como um processo de formação de uma mentalidade que passa a ser mais ordenada e a se submeter a princípios que estejam além de seus impulsos mais imediatos por meio de reformas graduais do *self*, numa constante intercomunicação entre a interioridade e a exterioridade.³⁹

Conclusão

Aplicando para *Monções* – no qual as grande caracterizações e o recurso a tipos ideais são evitados – os termos que aparecem em *Raízes do Brasil*, poder-se-ia dizer que, agora, *a cordialidade lentamente se disciplina e se civiliza, sem, contudo, um rompimento radical com suas características iniciais*. É certo que é difícil se falar aqui propriamente num “centro de gravidade”, mas podemos vislumbrar um processo de formação do *self* e de organização social que não corresponde mais a um absoluto desordenado. É como se a luta diária pela vida, a defesa dos interesses mais prosaicos e uma religião mais próxima do *humus* que do céu fossem tecendo os fios que se tornarão delgadas vértebras da interioridade e da solidariedade social. Delgadas porque não se trata agora de uma civilidade como a que aparece em *Raízes do Brasil*. Mesmo assim, os homens que se formam nas monções, ainda que sem um princípio organizador claro, parecem poder guardar na intimidade suas paixões mais imediatas em prol da coletividade e seguir regras que transcendem o interesse individual.

³⁹ Ver GOLDMAN, Harvey. *Max Weber and Thomas Mann: Calling and the Shaping of the Self* Berkeley: University of California Press, 1988, cap. 3.

Referências bibliográficas

- AUERBACH, Erich. "Sermo Humilis". In: *Literary language & its public in late Latin Antiquity and in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- AVELINO FILHO, George. "Cordialidade e Civilidade em 'Raízes do Brasil'". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 12, 1990, p. 05-14.
- BANDEIRA, Manuel. "Introdução". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CHAVES, Ernani. "Raízes do Brasil e Nietzsche". In: *Cult*, n.º 37, agosto de 2000, pp. 52-55.
- COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. "Sergio Buarque de Holanda, Historiador", In: HOLANDA Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. (Tradução de Ruy Jungmann) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- GODZICH, Wlad. "In-quest of modernity". In: NERLICH, M. *Ideology of Adventure: studies in modern consciousness*, 1100-1750 – vol. 01. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- GOLDMAN, Elisa. *O Humilde e o Sublime: A Representação do Bandeirante na Historiografia Paulista*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, PUC-Rio.
- GOLDMAN, Harvey. *Max Weber and Thomas Mann: Calling and the Shaping of the Self*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945.
- _____ *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- _____ *Raízes do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. "Raízes do Brasil: Uma Re-Leitura". In: *Estudos Brasileiros*, n.º 02, 1976, pp. 169-193.
- SIMMEL, Georg. "Da psicologia da moda: um estudo sociológico". In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp.161-170.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. (Tradução de Neil Ribeiro da Silva.) (2ª ed.). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUsp, 1977.
- WEGNER, Robert. "Os Estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda". In: SOUZA, Jessé (org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

A HISTÓRIA QUASE IMPERCEPTÍVEL DE OS DONOS DO PODER ¹

Bernardo Ricupero ²

Fernand Braudel costumava dizer que ficara inteligente no Brasil.³ Confrontado com essa afirmação, fiquei intrigado: afinal, o que queria dizer o historiador francês? Seria possível que o autor de *O Mediterrâneo*, homem tão fascinado com o espaço, estivesse sugerindo um determinismo geográfico de sinal contrário ao pensado pelo Barão de Montesquieu, com os trópicos assumindo o papel de *locus* mais adequado para a vida humana? Um belo dia, folheando *Formação do Brasil Contemporâneo*, acreditei ter encontrado a chave para o enigma. Lembrava Caio Prado Jr. do comentário feito por certo professor estrangeiro de “que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir as cenas mais vivas do seu passado” (Prado Jr., 1942, p. 8). Pensei: o professor só pode ser Braudel e o que notou no Brasil é o fio condutor de sua obra: o convívio entre diferentes tempos históricos.⁴ Imaginei que o então professor da USP pôde notar num lugar privilegiado como o Brasil a existência de uma história de curta duração, feita de eventos ruidosos, uma história mais discreta de média duração,

¹ Este artigo foi apresentado no Seminário “A idéia de Brasil moderno”, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000.

² Bernardo Ricupero é doutorando em Ciência Política na USP.

³ Sobre Braudel no Brasil ver: Aguirre Rojas, 1997.

⁴ Na primeira edição de *O Mediterrâneo* afirma-se: “poucos países impressionam tanto como os do Mediterrâneo. Viajar por esses espaços não é um perambular sem fim por tempos passados que se mantêm vivos, fragmentada ou conjuntamente?”. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, por sua vez, sugere-se: “uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás” (Prado Jr., 1942, p. 8).

formada por acontecimentos que se combinam em conjunturas, e, subjacente a elas, uma história quase imóvel, de longa duração.

Mais tarde, porém, encontrei motivos para desconfiar que Braudel não fosse o professor citado por Caio Prado. Emília Viotti da Costa, por exemplo, atribui ao mestre de Braudel, Lucien Febvre, afirmação parecida, quando, em viagem posterior pelo país, “discorreu sobre a alegria de ver homens vivendo lado a lado em diferentes períodos históricos. O Brasil era como um museu de coisas vivas, no qual o passado mantinha-se intacto” (Viotti da Costa, 1978, p. 178). Claude Lévi-Strauss, por seu turno, em seu magnífico *Tristes Trópicos*, faz comentário similar: “após os Nambiquara da idade da pedra, já não era mais o século XVI, para onde os Tupi-Carvaíba me fizeram recuar, mas certamente, ainda, o século XVIII, tal como se pode imaginá-lo nos pequenos portos das Antilhas, ou no litoral. Eu atravessara um continente. Mas o término bem próximo de minha viagem tornara-se sensível para mim, antes de mais nada, por esse mergulho ao fundo dos tempos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 351).

De qualquer forma, a autoria do comentário lembrado por Caio Prado Jr. pouco importa. Ou melhor, importa justamente porque pode ser atribuído a tanta gente. Serve até como um indício de que no Brasil, mais do que em outros lugares, percebem-se os diferentes ritmos da história, o que talvez se deva precisamente ao fato de que aqui o tempo custa particularmente a passar, fazendo mesmo, como percebeu Raymundo Faoro, que “as etapas históricas não canceladas, não absorvidas, não superadas surgir(am), na imagem de um museu de antigüidades e de objetos ainda não postos no mercado, uma dialética multiespacial e multitemporal” (Faoro, 1994, p. 135). Talvez tenha sido precisamente o espanto com uma situação que parece não mudar que estimulou nativos da pátria do acontecimento por excelência, a Revolução Francesa, a procurarem apreender, em meio à convulsão dos acontecimentos, o que permanece: a longa duração, as estruturas...

Curiosamente, porém, o que é visto no Centro como qualidade, na Periferia é avaliado como defeito. Assim, a fina percepção da continuidade entre passado e presente num Braudel se converteria em obtusidade num Prado Jr. ou num Faoro, já que não se apreenderia na obra desses autores como o Brasil se transformou de Dom João VI a Getúlio Vargas.

É verdade que, particularmente nos últimos tempos, as coisas parecem estar mudando no país. A estratégia de substituição de importações, na qual se baseou nosso desenvolvimento entre 1930-79, está indo a pique, sendo substituída pela busca de uma maior inserção na economia mundial. Mas será mesmo? Afinal, ensina Faoro que o estamento burocrático que, de acordo com ele, há seis séculos determina o essencial da vida de Portugal e do Brasil, “desenvolve movimento pendular, que engana o observador” (Faoro, 1991, p. 734). Consequentemente, é bem possível que “a modernização de hoje (...) (seja) a contramodernização de amanhã” (Faoro, 1994, p. 107). Em texto recente, nosso autor vai ainda além, perguntando diretamente: “teríamos mudado, ou estaríamos a nos repetir, supondo que a *globalização* e o *neoliberalismo* nos projetarão ao Primeiro Mundo, nas asas de fórmulas e imitações?” (Faoro, 1998, p. 64).

Se não nos limitarmos às circunstâncias imediatas, constataremos mesmo que no patrimonialismo, tipo de dominação tradicional que engendra o estamento burocrático, a pressão para a transformação vem sobretudo de fora, do mercado mundial, o que contrasta com o feudalismo, que é como que fechado em si mesmo. Assim, “enquanto o sistema feudal separa-se do capitalismo (...) o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças” (Faoro, 1991, p. 737). Chega a ser uma estratégia de sobrevivência para o estamento “a incorporação contínua de contribuições de fora” (Faoro, 1991, p. 745).

É mesmo a combinação do passado com o presente, do arcaico com o moderno, o traço que mais nos caracteriza como sociedade. Esse passado não é, além do mais, simples resquício ou resíduo a ser superado, mas algo que o presente utiliza em proveito próprio. Ou, em outras palavras: “a

compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro” (Faoro, 1991, p. 737).

No entanto, o quadro que Faoro descreve está longe de ser simples. Num longo processo histórico, que data pelo menos do século XIV, o estamento, de aristocrático vai se burocratizando, o patrimonialismo, de pessoal se convertendo em estatal, fazendo com que apareçam as condições para o surgimento de um capitalismo politicamente orientado. Esse capitalismo adota do capitalismo moderno “a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhe a alma ansiosa de transmigrar” (Faoro, 1991, p. 736).

Mas, de acordo com o jurista gaúcho, a ausência de espírito capitalista não impede que o capitalismo politicamente orientado “molde a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência, o capitalismo moderno” (Faoro, 1991, p. 733). Dessa forma, “o regime de 1937-45 não se explica como mistificação de cúpula, como mistificação de cúpula não foi o Império. Suas bases permanentes, que os interregnos de 1889-30 e de 34-37 apenas dissimulam, – dissimulam porque neles vigem as vigas mestras da estrutura – traduzem a realidade patrimonialista, na ordem estatal centralizada” (Faoro, 1991, p. 725).

O que nos indica que não devemos nos deixar enganar por aqueles que gostam de proclamar estarem pondo fim ao legado Vargas. Mesmo que agora se brade por todos os cantos o primado do interesse, no fundo os profetas de um mundo novo não são muito diferentes dos artífices do edifício ora em demolição. Fernando Henrique Cardoso não é tanto o *condottieri* de uma burguesia nacional que ele mesmo, em seus tempos de sociólogo, demonstrou não existir, mas alguém que, do alto do aparelho de Estado, se comporta como seu algoz, apesar dessa burguesia, devido a sua fragilidade e pusilanimidade, ser obrigada a engoli-lo. Ou alguém duvida que a abertura econômica pouco interessa à FIESP?

Portanto, talvez seja conveniente mais do que prestar atenção para onde leva a nau do governo, deter-se em quem a conduz: segundo Faoro, o mesmo estamento burocrático de sempre. Ontem como hoje, “sobre a Nação, acima de suas classes, de seus grupos e de seus interesses, – esse o ponto fundamental a fixar – uma comunidade, que fecha-se sobre si própria, comanda e dirige, pronta para as grandes empresas” (Faoro, 1991, p. 51). O que reflete a apropriação da soberania pelo estamento, que cria uma situação em que o Estado ignora a Nação, o governo pouco se importa com o povo.

Pode-se perguntar, porém, por que a Nação e o povo aceitam tal situação? A explicação que Faoro fornece para o fenômeno está na débil articulação de classes que se tem nas sociedades portuguesa e brasileira. Isso se daria devido à própria tendência de fechamento do estamento em comunidade, o que favoreceria a apropriação de oportunidades econômicas e a criação de monopólios para certas atividades e cargos públicos. O resultado final seria que “os estilos de vida incid(iriam) sobre o mercado, impedindo-o de expandir sua plena virtualidade de negar distinções pessoais” (Faoro, 1991, p. 47). Ou seja, com a imposição da desigualdade social e da exclusão social aos recém chegados, fechar-se-ia o caminho para as classes. Consequentemente, não existiria propriamente sociedade civil no Brasil, não sendo o interesse que imperaria entre nós, mas sim a honra, o prestígio. A nossa burguesia, em particular, seria prisioneira do estamento, não conseguindo assumir um papel dirigente.

Faoro, ao acentuar a importância do Estado no desenvolvimento da sociedade brasileira, chama a atenção para um fator central de nossa formação. Não por acaso, outros autores, muitas vezes com postura teórica diferente da sua, como os já citados Caio Prado Jr. e Fernando Henrique Cardoso, discutiram coisas parecidas: respectivamente, o capitalismo burocrático e a burguesia de Estado.

Mas mesmo que se concorde com Faoro quanto à importância que tem o Estado no desenvolvimento da sociedade brasileira, pode-se explicá-

la de forma diversa da do jurista gaúcho. Florestan Fernandes, por exemplo, acredita que é em torno do Estado que os “interesses específicos de classe podem ser universalizados e impostos (...) a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem ‘os da nação como um todo’ ” (Fernandes, 1976, p. 294). A pressão externa, exercida pelo imperialismo, ao criar um tipo específico de impotência burguesa, que faz com que seja em direção ao Estado que convirja a ação de classe, também contribuiria para que o elemento político ganhasse importância. Tudo isso faria com que a dominação burguesa e a transformação capitalista obedecessem no Brasil e na periferia capitalista em geral a um “eixo especificamente político”.

Talvez o patrimonialismo e o estamento burocrático tenham prevalecido no Brasil pelo menos até a Abolição, em 1888. Mas desde então, com a formação de uma sociedade de classes, ambos têm perdido terreno. O que não quer dizer que o capitalismo moderno não tivesse se beneficiado das condições favoráveis de acumulação legadas pelo antigo capitalismo politicamente orientado. Ou seja, não é tanto o capitalismo politicamente orientado que moldou a realidade estatal, incorporando o capitalismo moderno, mas, ao contrário, esse último que se aproveitou do primeiro, numa fusão do novo com o velho.

Um bom exemplo de simbiose entre o novo e o velho é o que ocorreu na Inglaterra a partir da Guerra Civil de 1640-49. Lá, uma Revolução Burguesa “prematura” removeu os obstáculos jurídico-políticos à acumulação capitalista, mas manteve praticamente inalterada a estrutura social.⁵ Assim, ao mesmo tempo que se criava o capitalismo no campo, a aristocracia fundiária continuava a governar. Já Karl Marx, em 1855,

⁵ Depois de 1848 e da irrupção em cena da classe operária, o desenvolvimento capitalista passa também a se apoiar, de maneira geral, em elementos originários do Antigo Regime. Burguesias “conquistadoras” são substituídas, por burguesias mais tímidas, que se aliam na Alemanha, com os grandes proprietários rurais situados ao leste do Elba, os *junkers*, na Itália, com a nobreza do Piemonte, e que apóiam no Japão, a Restauração *Meiji*.

percebia que “a Constituição inglesa não é nada mais que um compromisso antiquado, obsoleto, datado, entre a burguesia, que *não governa oficialmente* mas, de fato, em todas as esferas decisivas da sociedade civil, e a aristocracia fundiária que *governa oficialmente*” (Marx, 1980, p. 53).⁶ Isto é, na prática a política inglesa refletia os interesses da burguesia, apesar da aristocracia controlar os gabinetes ministeriais, o Parlamento, a administração, o exército, a marinha, etc.⁷ Esse compromisso entre burguesia e aristocracia inglesas foi possível graças a um arranjo em que a primeira delegava o poder político à segunda, que se comportava como a “representante objetiva” dos interesses burgueses.

A burguesia e a aristocracia inglesas não ficaram, porém, apenas no compromisso; foram além, unificando-se enquanto classes possuidoras. Criou-se, dessa forma, uma classe dominante relativamente homogênea na Inglaterra. Para tanto, a mediação entre as duas classes contou mesmo com a instituição, no século passado, de um espaço particular, as *public schools*, onde chegou-se a criar um novo tipo humano: o *gentleman*. Por outro lado, a relação da burguesia com a aristocracia inglesa a incapacitou de assumir de forma mais resolvida a direção intelectual e moral de sua sociedade, o que se expressa inclusive na inabilidade dessa classe de criar uma cultura própria. Assim, sintomaticamente não há nenhum espaço específico para expressar a sociabilidade da burguesia inglesa, o que contrasta com a aristocracia, que possui canchas de pólo e clubes exclusivos, e a classe operária, que tem estádios de futebol e *pubs*.

⁶ Marx, contudo, está longe de ser o único a notar o fenômeno. O grande ideólogo do industrialismo manchesteriano, Richard Cobden, por exemplo, assinala, quase na mesma época, que “como regra, industriais e comerciantes parecem apenas desejar amedrontar riquezas, sendo capazes para tanto de prostrar-se aos pés do feudalismo” (Cobden apud. Anderson, 1992, p. 126).

⁷ O controle por parte dos grandes proprietários de terra de um eleitorado rural dependente, no que Edmund Burke e Tancredo Neves chamavam de grotões podres, garantia sua maioria no Parlamento.

No caso do Brasil de nossos dias, em compensação, a fusão entre o antigo grupo dirigente, o estamento burocrático, e a burguesia parece não ter intermediação: passa-se diretamente do governo para os bancos ou consultorias financeiras.⁸ Como é usual, porém, os movimentos das classes e grupos sociais brasileiros enganam o observador desavisado. Na verdade, no momento já não há mais simbiose entre nossas camadas dominantes, até porque um dos componentes dessa quase mistura química está em progressiva decomposição. Esse elemento, que sempre esteve longe de ser puro, a burguesia, renuncia agora a qualquer veleidade de ser nacional. Assim, a “dupla articulação”, da qual falava Florestan Fernandes (1976), tende praticamente a desaparecer, com o externo não tendo mais que ser internalizado. O que resta de burguesia no Brasil e em países similares ao nosso são simplesmente os sócios menores do capital internacional. Não por acaso, a capital da burguesia latino-americana é Miami.

De qualquer maneira, é possível que depois deste percurso com um autor que acentua tanto e tão bem a herança de outrora, valha a pena voltar para o ponto de onde partimos. Até porque esta viagem redonda com Faoro tem um propósito claro: o de libertar a vontade criadora do “esqueleto de ar, (d)a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante” (Faoro, 1991, p. 748). Assim, quem sabe, possamos finalmente respirar.

Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Braudel a debate*. Mexico D.F., JGH Editores, 1997.

⁸ Significativamente, a unificação dos grupos dominantes começou também na Inglaterra pelo setor financeiro. O que explica os ares aristocráticos que a *City* londrina conserva ainda hoje.

- ANDERSON, Perry. *English questions*. London, Verso, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Mexico D.F., Fondo de Cultura Económica, 1953.
- COSTA, Emilia Viotti da. "A Revolução Burguesa no Brasil" in *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 04, 1978.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo, Globo, 1991.
- _____ *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática, 1994.
- _____ "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras" in CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MARX, Karl. "The British Constitution" in *Collected Works*, v. 14, London, 1980.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1942.

OS INTELECTUAIS NOS ANOS 20: CAMINHOS E AMBIGÜIDADES ¹

Ana Lúcia Lana Nemi ²

“Engendramos a diferença própria que caracteriza as grandes nações ou sofremos do excepcionalismo dos seres inviáveis? O gigantismo da metrópole paulista, o enigma do destino brasileiro, o que será de nós no próximo milênio?” (Luis Felipe de Alencastro)

A frase de Luis Felipe de Alencastro, retirada de um artigo escrito para a revista *Veja*, recoloca, em termos mais contemporâneos talvez, o tema do enigma do destino de nações ditas atrasadas em função das relações de dependência estabelecidas com as nações onde o capitalismo alcançou níveis de desenvolvimento capazes de levá-las à preponderância no controle das rotas de comércio e produção e na definição dos caminhos políticos e sociais a serem adotados não apenas por elas, mas pelas nações que delas dependem.

A percepção do “atraso” e a urgência de sua superação foi tema de debate de todo o século XIX brasileiro quando, frente aos avanços da política imperialista, tornava-se evidente para os “homens de letras” “a relação entre desenvolvimento cultural e crescimento material” (SEVCENKO, 1995: 81). A chegada das missões científicas nas primeiras décadas do século (como a francesa, em 1816, a austríaca, em 1817 e a expedição patrocinada pela Rússia de Langsdorff entre os anos de 1820 e

¹ Este artigo foi apresentado no Seminário “A idéia de Brasil moderno”, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000.

² Doutoranda em Ciências Sociais – IFCH-UNICAMP

1825) e o modelo alemão de formação do Estado nacional na segunda metade do mesmo século, foram acontecimentos que contribuíram para a definição de um clima de debate intelectual que procurava definir os termos em que poderia se dar a modernização do Brasil. Definiu-se, assim, um certo “nacionalismo intelectual” que procurava “inventariar” o Brasil, levantando suas características naturais, sociais e morais e, a partir destes estudos, apontar para uma ação reformadora que colocaria o país à altura das nações modernas “no seu sentido amplo: a obtenção de estágios mais desenvolvidos de cultura, riqueza, instituições, organização social, poder, etc.” (PIVA, 2000: 19) Neste contexto, o intelectual que inventariava a sociedade brasileira e suas representações políticas e culturais era, também, aquele que instrumentalizava seus estudos na busca de uma transformação social. Fenômeno que não se restringia ao Brasil, ao contrário, parece ser característico de “sociedades arcaicas, assinaladas por elevadas taxas de analfabetismo e que passam por um processo vertiginoso de transformações estruturais” (SEVCENKO, 1980: 68-69) como as que marcaram o século XIX: os avanços da Revolução Industrial e o crescimento das teorias de superioridade racial decorrentes da vulgarização da teoria darwinista, colocavam para os intelectuais do período em países ditos “atrasados” a urgência da defesa nacional face aos avanços da política imperialista.

O estudo da Espanha a partir da experiência intelectual de José Ortega y Gasset mostrou a fragilidade do discurso que, ao analisar a questão do “atraso”, transfere o foco da análise do plano das relações políticas referenciadas em relações sociais e de trabalho concretas, para o plano das relações políticas referenciadas em argumentos culturais onde os elementos sociais que compõem complexas relações de trabalho explicam-se apenas pela simbologia presente nas suas representações. Um dos resultados políticos desta formulação, de caráter conservador, era a definição do intelectual capaz de, a partir de um diagnóstico sobre os males da nação, sugerir seu futuro e encaminhar sua implementação. Assim, encontramos na experiência intelectual de Ortega e dos grupos com os quais conviveu –

notadamente os intelectuais da “geração de 98” e da “geração de 1914” – uma interrogação sobre o significado do ser espanhol, sobre sua identidade, sua origem e seu destino. Nesses dois grupos, a percepção da singularidade da experiência da nação em sua História trazia para o centro dos debates um estudo sobre as origens e o destino da nação, uma busca de continuidade e uma proposta de futuro. O tom “missionário” que caracterizou muitos dos discursos e textos dos intelectuais da época era indisfarçável:

“El año 1898 fue el determinante de una conciencia de naufragio en las minorías más atentas a los problemas nacionales, en las que estaban alerta, y provocó una poderosa renovación de la preocupación por España (...). Esta impresión de naufragio condujo, y esto fue lo más fecundo, a una actitud de radicalidad: aquellos hombres necesitaban imperiosamente saber a qué atenerse, no podían contentarse con convicciones vigentes y que habían sido sacudidas por los tremendos sucesos que acababan de experimentar. (...) Hubo en aquel momento una enérgica conciencia de la necesidad de renovación, de volver a empezar.” (MARÍAS, 1996: 15)

Revisitar e reinterpretar o passado, diagnosticar os males do presente cuja origem encontraria-se naquela visita, redefinir o papel do intelectual e conceituar a nação com base na sua História recontada, eis os elementos que compunham o caldo do debate político-cultural que se estabeleceu na Espanha do início do século XX: atormentada pelas derrotas de 1898 que redundaram na perda das últimas colônias, a nação teria que se enfrentar consigo mesma, buscar seus nexos internos e encontrar os caminhos dos seus nexos externos. Os embates entre a Espanha oficial da Restauração, marcada pelo “turnismo” político entre conservadores e liberais, e a Espanha real, marcada pelas divergências sociais e pelos enfrentamentos

políticos que exigiam uma reforma política e social, traduziram-se nos termos que opuseram a Espanha cívica, defensora das “regras do jogo” restauracionistas, e a Espanha cultural, defensora da revisão do passado e da reformulação das “regras do jogo”. O ano de 1898 foi, dessa forma, um ano de inflexão no debate cultural sobre a constituição e o futuro da nação espanhola.

No caso brasileiro poderíamos afirmar que o ano de inflexão seria o de 1930 quando, após a revolução, criaram-se condições para a radicalização e, paradoxalmente, a institucionalização de um fecundo debate intelectual:

“Talvez essa radicalização ainda tenha sido mais nítida num certo sentido próprio daquela fase, que consistia em procurar uma atitude de análise e crítica em face do que se chamava incansavelmente de 'realidade brasileira' (um dos conceitos-chave do momento). Ela se encarnou nos estudos brasileiros de história, política, sociologia, antropologia, que tiveram incremento notável, refletido nas coleções dedicadas a eles. (...) Deixando de lado o cunho mais conservador de algumas dessas coleções e de obras isoladas, digamos que a radicalização propriamente dita, crítica e 'progressista', teve como traços mais salientes, além da 'consciência social', a ânsia de reinterpretar o passado nacional, o interesse pelos estudos do negro e o empenho em explicar os fatos políticos do momento.” (CÂNDIDO, 1984: 32)

Mas é o próprio Antônio Cândido quem alerta para a existência de um debate anterior, nas duas primeiras décadas do século (IDEM, p. 33), os anos 30 teriam sido os de institucionalização de um debate cuja origem encontrava-se nas décadas anteriores. Estudos como os de Luis Werneck Vianna sobre a polêmica entre Tavares Bastos e Oliveira Vianna (VIANNA, 1997), de Marco Aurélio Nogueira sobre as posições de Joaquim Nabuco quando da passagem da Monarquia para a República (NOGUEIRA, 1984) e

de Ilmar Rohloff de Mattos sobre os embates entre Saquaremas e Luzias na composição dos jogos políticos do Brasil imperial (MATTOS, 1999), entre outros, apontam para a existência de um debate no século XIX e início do século XX, um debate marcado ora pela presença da escravidão que parece estar se acabando e a necessidade de normatizar as regras de convívio político e social, ora pela inviabilidade da nação marcada pela anterior presença da escravidão e a necessidade de redefinir as normas daquele convívio.

Não temos, então, os anos 30 como os anos de inflexão que teriam provocado o debate mais urgente. Vamos arriscar outro caminho: era a escravidão que conferia unidade e uniformidade ao nacional no Brasil, era ela a base sobre a qual fundara-se a nação, é a percepção da possibilidade da sua ausência, especialmente depois das pressões inglesas que redundaram na abolição do tráfico em 1850, que deixou claro o futuro fim da escravidão e tornou urgente o debate em torno da questão sobre os fundamentos sociais e políticos da nação. Os anos de inflexão seriam, nesta lógica, aqueles que se localizam em torno do ano de 1888 quando, definitivamente, não era mais possível manter o fundamento da escravidão como definidor da nação, ou ainda, quando não era mais possível negar que este havia sido um dos fundamentos do Brasil como nação.

Mas se os anos 30 não são os da inflexão sociopolítica que promove ou acelera o debate, eles são, sem dúvida, os anos em que a produção intelectual parece apontar para um caminho de debate mais claro sobre as origens dos males nacionais. Há no Brasil como que um descolamento entre os anos da percepção do problema, localizados em torno da abolição dos escravos, e os anos de sua análise mais profícua, exatamente os anos 30. Enquanto na Espanha o tema da “formação” da nação desenvolvera-se no século XIX sem a profundidade e a urgência de interferência pública que os anos em torno de 1898 exigiram (ENTRALGO, 1997; CACHO VIU, 1997; ABELLÁN, 1997), no Brasil os anos em que o problema tornara-se urgente não chegaram à formulação intelectual da questão em torno do tema da

“formação” da nação. A partir dos anos 30 os textos de análise do “problema nacional” passam a refletir o incômodo com “ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de formação” (ARANTES, 1997: 11) e compõem, dessa forma, os elementos de uma “experiência intelectual básica” (IBIDEM) que poderíamos assim resumir:

“(…) na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele corpus de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução.” (IDEM: 11-12)³

A conclusão ancora-se nos estudos em torno da obra de Antônio Candido para quem o sistema literário constitui-se progressivamente “composto de autores, obras e públicos interligados, idealmente na escala própria da nação, a qual também vai se constituindo no processo.” (SCHWARZ, 1999: 53) Balizada por influxos internos e externos, a formação nacional brasileira compõe-se de impulsos locais e universais que se articulam num todo irresoluto. O Brasil surgiu no contexto da expansão européia dos séculos XV, XVI e XVII, sua formação tem por pressuposto a organização do mundo que se convencionou chamar de moderno (PRADO Jr., 1999 e REIS, 1999). O estudo clássico de Antônio Candido (CANDIDO, 1984) aponta para a conclusão de um sistema literário que se formara às expensas da nação inconclusa. A experiência intelectual brasileira desenvolve-se em meio a esta dialética entre o universal e o local onde forma-se o texto literário mas não se completa a nação. O que é ambíguo

³ O autor está se referindo, especialmente, aos textos de Caio Prado Jr., Antônio Candido, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

no processo formativo nacional, aquela dialética entre o universal e o local, é elemento formativo da experiência intelectual. Formada sob o signo da ambigüidade, a nação acaba por definir uma experiência intelectual que se forma em articulação com a nação que não se forma. Assim, num solo caracterizado pelo atraso em relação ao mundo moderno que lhe teria dado origem, desenvolve-se uma experiência intelectual singular, marcada pelo sentimento do diálogo com a nação que aparece como enigma a ser decifrado. Este o elemento comum entre as experiências intelectuais do Brasil e da Espanha do início do século XX. O intelectual brasileiro marcado pelo sentimento de diálogo com a nação inconclusa, posto que ela se formara no mundo moderno dos cidadãos mas fundara-se na escravidão. O intelectual espanhol marcado pelo sentimento da nação que também se formara no mundo moderno dos cidadãos mas que se esfacelava diante da extensão da cidadania aos povos que haviam sido por ela submetidos quando de sua formação como nação no século XV. (FOX, 1997 e 1984)

Experiências de atraso que são diferentes, experiências intelectuais cujas marcas são diversas, também não há dúvida, (WALLERSTEIN, 1983) mas um importante e fundamental elemento em comum: era preciso conviver com o atraso assim como era necessário propor sua superação. Se a formação das duas nações fora marcada pela inserção no mercado mundial criado pela expansão mercantil da época moderna, era urgente verificar os termos da organização das duas nações diante deste mundo dito moderno e delas próprias. A conclusão apresentava-se, aos olhos dos intelectuais de ambos os países nas três primeiras décadas do século XX, sombria: o Brasil aparecia como nação que não se completara e a Espanha como nação que se esfacelava sem ter definido suas bases sociopolíticas. Especificamente no caso brasileiro, Walquíria Leão Rego aponta a especificidade do nosso atraso pelo fato do país ter se constituído sob a égide da dependência externa e sua organização social ter por base uma “tradição” escravocrata que durou três séculos. Os conteúdos básicos da constituição do Estado nacional no Brasil seriam, exatamente, os reflexos

presentes na economia da dependência do mercado externo, em função da manutenção do modelo agrário e exportador herdado do período colonial, e a presença do elemento escravo como definidor das relações sociais e políticas. Diante de tal situação os termos do binômio igualdade e liberdade encontram-se totalmente invertidos: não é possível uma igualdade e uma liberdade que atendam apenas a uma parte da população enquanto à outra parte nega-se qualquer possibilidade de exercício do livre arbítrio. A Abolição dos escravos, embora nominalmente tenha significado a suspensão desta dicotomia entre homens com capacidade para serem cidadãos e homens incapacitados para tanto, acabou relegando os escravos à condição de cidadãos impossíveis, especialmente depois que a República definiu como critério para o exercício do voto a alfabetização. Cabe lembrar, para corroborar a autora que, ao final do século XIX, 84% da população brasileira era analfabeta.

Além disso, o tecido social brasileiro possuía recortes que apontavam para uma grave situação fundiária onde camponeses não encontravam meios de sobreviver em suas pequenas propriedades devido ao poder do latifúndio. A lei das Terras de 1850, anterior ainda à Abolição, acabou por radicalizar o problema quando definiu que a posse da terra só se efetivaria pela compra, o que aumentou o poder de domínio dos grandes fazendeiros, diminuiu as possibilidades de acesso à terra para os que não a tinham e dificultou a manutenção da terra para os camponeses que já eram proprietários. As camadas urbanas, por sua vez, não se mostravam capazes de exercer qualquer hegemonia no plano político, incluídos aí os diversos setores da burguesia nacional.

Neste contexto, o liberalismo, argumento político ao qual recorriam os intelectuais como instrumental básico de sua análise, não pôde ser conteúdo efetivo para a formação do Estado nacional no Brasil, embora também nunca tenha deixado de ser invocado como elemento de definição das leis e dos acordos entre as elites e, mesmo, como argumento da própria elite quando interessada em cooptar os setores populares. Falava-se em

igualdade e em exercício da cidadania, argumentos trazidos para o centro das discussões que norteavam a definição do governo após a proclamação da República, mas definia-se um certo federalismo que aumentava o controle dos coronéis sobre seus estados de origem e garantia a permanência do clientelismo nas regras do jogo político regional que se articulava, desta forma, em âmbito nacional. As mesmas elites que definiram os termos da Independência dependente, definiram os termos da República excludente repondo-se no poder por meio de alianças. Claro que a elite pernambucana, cuja principal característica era bater-se contra sua própria decadência desde o século XVIII, não pode ser completamente igualada à elite paulista, em ascensão econômica desde o início do XIX e voltada para a vida urbana, ou à elite do Rio Grande do Sul, em busca de projeção no cenário nacional. Mas as regras de composição e reposição do poder utilizadas para alijar as massas foram sempre as mesmas para qualquer destas elites: ao povo caberia, sempre e somente, o lugar de público. As decisões seriam, sempre e somente, comunicadas ao público pelos governantes. A modernização do país, a elaboração de um projeto de industrialização e a composição de um regime político dentro dos princípios liberais, se tal fosse possível, seria, então, um projeto das elites.

A incipiente burguesia nacional pôde, assim, dispensar os princípios liberais e democráticos no momento de efetivar-se no poder e organizar o processo de modernização do país dividindo suas “responsabilidades” com as chamadas elites tradicionais, mas é necessário considerar uma importante questão: o que caracteriza as sociedades atrasadas em busca da modernização é a composição híbrida dos conteúdos desta mesma modernização, esta a semelhança que podemos notar em processos históricos de sociedades ditas atrasadas. A herança escravocrata – no caso brasileiro –, e a herança do imaginário de conquistas do século XVI – no caso espanhol –, e ainda a herança medieval – no caso alemão –, se quisermos estender o argumento, podem ser consideradas como elementos que exerceram o mesmo papel em suas respectivas sociedades, a saber, o papel de forçar a existência de uma

continuidade entre o antigo e o novo na constituição do moderno. Os resultados finais desses três processos de modernização tardia são, evidentemente, bastante diferenciados, mas conservam um importante e incômodo fundamento comum: os princípios democráticos de participação popular na gestão dos poderes públicos foram flagrantemente desprezados. Espanha e Brasil entraram, a partir da segunda metade da década de 30, em longos períodos de ditadura, enquanto a Alemanha assistiu à chegada ao domínio dos poderes públicos da “serpente” nazista gestada durante toda a República de Weimer.

Acompanhando o raciocínio de Carlos Nelson Coutinho (1980) sobre as possibilidades de modernização do Brasil diante do quadro social apresentado pelo país e contrapondo-se à formulação de Roberto Schwarz (1977), afirma Marco Aurélio Nogueira:

“O ‘prussianismo’ predominante, ao modernizar em termos conservadores a economia e a sociedade, dificultava a formação das bases sociais (capitalistas) a partir das quais não só as idéias ‘entrariam no lugar’, como a cultura nacional encontraria novas e melhores condições para um desenvolvimento coerente e original, assimilando crítica e criadoramente as expressões intelectuais de origem européia. Dificultava, mas não impedia – as idéias, afinal, não estavam totalmente fora do lugar, nem nunca chegaram a estar. (...) elas vão cada vez mais ‘entrando no lugar’, tornando-se mais aderentes às realidades e aos interesses de classe que tentam expressar’.” (NOGUEIRA, 1984: 64)

Gostáramos de indagar, então, qual o papel do liberalismo e dos intelectuais, enquanto portadores deste discurso, nos processos de modernização e de constituição do Estado nacional no Brasil? Elemento de formação ele não foi, pois a origem do Estado encontra-se na organização escravocrata da colônia segundo o modelo fornecido pela Metrópole que, de fato, não era liberal. Talvez um elemento norteador? Talvez, pois mesmo

não tendo se efetivado o modelo liberal naquelas primeiras décadas do século, ao menos serviu de contraponto aos princípios prussianos que já eram operativos desde a Independência. Ou seria o próprio liberalismo um elemento facilitador do exercício da via prussiana com sua defesa incondicional da propriedade privada, privilégio das elites no Brasil, e dos direitos individuais, jamais mediados pelo direito do soberano em solo nacional? Mas o liberalismo não seria também operativo, considerando a afirmação de Nogueira sobre sua adaptação continuada aos “interesses de classe” que buscava expressar?

As idéias podem sim, conforme nos mostrou Lukács, antecipar acontecimentos, mas não podem existir sem um portador social definido a partir do qual seu próprio conteúdo encontre e reflita certa visão de mundo. Neste sentido, a tese da adaptação continuada aos interesses manifestos dos setores que representava parece-nos incompleta: se as classes sociais que poderiam portar o discurso liberal não estavam definidas e operavam politicamente em conjunto com as elites de fazendeiros, como falar em adaptação continuada se o portador social da idéia não está definido? O “prussianismo” do período, de fato, dificultava mas não impedia a formação de bases sociais, conforme afirma Nogueira. Mas essa afirmação, acreditamos, pode referir-se apenas ao plano da produção, jamais ao plano da representação política, onde, até os dias de hoje, encontramos flagrantes elementos de exclusão política que vão das já muito denunciadas dificuldades de escolarização das camadas populares à falta de condições dignas de sobrevivência, motivo pelo qual ainda encontramos “bolsões” de pobreza onde se troca voto por comida ou peças de vestuário reproduzindo o favor que, pensamos, fosse apenas nossa característica colonial.

O liberalismo era, sim, uma idéia fora de lugar, pois não foi concebido pelas classes sociais que aqui foram engendradas no processo de constituição do Estado nacional, sua origem reporta-se ao processo de constituição do mundo capitalista. Mas, também, considerando-se a inserção, mesmo que forçada pelo passado colonial, do Brasil no mundo

capitalista, o liberalismo pode encontrar lugar em solo tupiniquim. Nesta lógica, a idéia liberal poderia estar e não estar fora do lugar ao mesmo tempo. Assim, o liberalismo “girava em falso” em solo nacional conforme afirmou Paulo Arantes: dele esperava-se a redenção do passado escravocrata, nele buscavam-se os argumentos que justificariam as movimentações políticas de 1930, mas dele escaparam os sujeitos políticos que deveriam “criar” o Estado nacional brasileiro após 30.

É nesse terreno de concepção ambígua de projetos políticos nos anos 10, 20 e 30 deste século que se localizam os intelectuais interessados em apontar o caminho para a modernização. A ausência de classes sociais definidas nos termos que o mundo capitalista havia engendrado na Europa ocidental e na América do norte, colocou, no primeiro plano da argumentação sobre como organizar um Estado numa sociedade de herança colonial ibérica, a divisão social entre massas e elites, a possibilidade de uma “revolução passiva pelo alto” e a concepção da democracia apenas pelo viés culturalista, temas também desenvolvidos em outro país dito atrasado, a Espanha, e especialmente pelo principal intelectual espanhol do período, Ortega y Gasset.

No Brasil e na Espanha esses são anos de intenso trabalho intelectual. A dificuldade em traduzir o liberalismo para a “língua nacional” expressa-se nos vários usos e leituras que ele adquiriu nos dois países. No Brasil podemos citar Oliveira Vianna, para quem as dificuldades de organizar um Estado liberal eram prova cabal da sua ineficácia para solucionar os problemas gerados pela modernização do país, o que, segundo o autor, apontava a necessidade de uma solução de Estado autoritário. Já em Tavares Bastos, a versão americana do liberalismo era o modelo necessário a ser seguido. E em Joaquim Nabuco o liberalismo foi forte argumento de propaganda contra a instituição escravocrata, mas não foi suficiente para afastar o autor dos acordos com as elites dirigentes mesmo após a proclamação da República contra a qual tanto se bateu. Tais interpretações do Brasil, ao nosso ver, refletem a inconsistência dos projetos políticos que

se colocaram para o país na virada do século e demonstram a ausência de classes sociais definidas nos termos do discurso proferido pelos mesmos projetos.

Na Espanha podemos lembrar os esforços da Liga de Educación Política fundada por intelectuais liberais interessados em regenerar o país por meio da atuação política dos seus associados, cuja função principal deveria ser indicar os caminhos da modernização espanhola.

Aos intelectuais, nos dois casos citados, caberia cobrir a lacuna que a ausência de classes sociais definidas nos termos em que a modernização ocidental e capitalista havia produzido deixara. Gostaríamos de terminar com uma indagação: seria mesmo possível suprir tal lacuna por meio desta “missão intelectual”? Lembraríamos, enfim, dois escritores, um brasileiro e outro espanhol, cujos modos de pensar e compreender o mundo podem indicar um caminho para o debate:

“Com efeito, um dia de manhã, estando a passear na chácara, pendurou-se-me uma idéia no trapézio que eu tinha no cérebro. Uma vez pendurada, entrou a bracejar, a pernear, a fazer as mais arrojadas cabriolas de volatim, que é possível crer. Eu deixei-me estar a contemplá-la. Súbito, deu um grande salto, estendeu os braços e as pernas, até tomar a forma de um X: decifra-me ou devoro-te. Essa idéia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade.”
(ASSIS, 1998: 13)

“Pero yo me aferro a la cuestión. Ya, a fines del siglo antepasado, Nicolás Masson de Morvilliers hacía estas preguntas en su Encyclopedie methodique: ‘Qué se le debe a España? Qué há hecho España por Europa desde hace dos, cuatro, seis siglos? Eso digo yo. Qué há hecho España? Qué há producido España?’

- Pues si le parece usted poco... – murmuró Guzmán com sordo fastidio.
 – Poco? Nada! Qué es lo que há producido? Sepámoslo.
 – Troteras y Danzaderas, amigo mío; Troteras y Danzaderas.” (PÉREZ DE AYALA, 1991:422-23)

Nesta “novela intelectual” intitulada *Troteras y Danzaderas*, Ramón Pérez de Ayala retrata o ambiente intelectual de Madri no início do século XX e transforma em personagens fictícios, intelectuais com os quais conviveu neste período. É possível encontrar, segundo estudo de Andrés Amorós (1972), Ortega y Gasset em *Antón Tejero*, Benavante em *Bobadilla*, Valle Inclán em *Monte Valdés*, Maeztú em *Mazorraral*, entre outros. São elementos da novela o sentimento da decadência espanhola e seu distanciamento da produção intelectual europeia, a descrença nas possibilidades do individualismo numa nação que fracassara na definição dela mesma enquanto Estado-nação, a relação de determinação recíproca entre o universal e o nacional e, ainda, e especialmente, a atuação dos intelectuais no sentido da modernização do país.

Mas note-se o paradoxo: uma novela que se pretende intelectual por retratar exatamente o ambiente em que se davam os debates sobre a constituição e os rumos da nação espanhola, termina por parafrasear a Enciclopédia quando esta afirma que a Espanha não legara nada à humanidade, mostrando que o país não poderia Ter legado mais do que o que tinha de melhor: *troteras y danzaderas*. O texto de Ayala aponta para a impossibilidade dos intelectuais assumirem a missão de redimir a nação e o faz “reproduzindo” parte do debate realizado pelos intelectuais para gerir o país. Poderíamos afirmar que o texto antecipa a derrota dos intelectuais que imaginaram ter chegado ao poder em 1931 quando ajudaram a fundar a Segunda República espanhola.

Na mesma direção, acreditamos, encontra-se o romance citado de Machado de Assis. Brás Cubas parece indicar uma grande solução quando, subitamente, o clima se desfaz e o personagem diz que inventou um

emplasto hipocondríaco que irá redimir a humanidade de seus males. Novamente, aqui, poderíamos concluir: em solo nacional não produzimos mais do emplastos que, ao final, talvez não passem de troteras.

Nos dois casos, parece-nos, encontra-se a metáfora do papel das idéias na composição e criação da nação em países marcados pelo atraso: engendramos a diferença que caracteriza as periferias mas fomos criados na lógica do sistema que a tudo e a todos engloba, usamos idéias do centro do sistema para explicar a especificidade da periferia que, ao final, é parte do todo e não apenas periferia. Talvez por isso, aos intelectuais não tenha restado mais do que a percepção das ambigüidades sociais e políticas que podemos metaforar em *emplastos* ou *troteras*.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. e REGO, W. (org.) *Lukács – Um galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- ARANTES, Otilia e ARANTES, Paulo. *Sentido da formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CÂNDIDO, Antônio. “A revolução de 30 e a cultura” in *Novos Estudos Cebrap*, vol. 02, n.º 04, p. 27-36, Abril de 1984.
- ENTRALGO, Pedro L. *La generación del 98*. Madri: Espasa-Calpe, 1997.
- MARÍAS, Julián. *Ortega, circunstância y vocación*. Madri: Alianza Editorial, 1983-84.



CÍRCULOS SOCIAIS E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: HELOÍSA ALBERTO TORRES, MODERNIDADE E PATRIMÔNIO ¹

Adelia Migliovich ²

Introdução

Georg Simmel, em *O cruzamento dos círculos sociais*, capítulo sexto de sua conhecida obra *Sociologia* ³, observou que, nas sociedades modernas,

¹ O artigo deriva da tese de doutorado “Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: entrelaçamento de ‘círculos’ e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”, defendida em agosto/2000, no PPGSA/IFCS/UFRJ, a ser publicada pela Ed. UFRJ (no prelo). Uma versão primeira do artigo foi apresentada no Seminário “A idéia de Brasil Moderno”, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH-Unicamp, nos dias 04, 05 e 06 de outubro de 2000, sob o título “Heloísa Alberto Torres, modernidade e preservação: a formação das ciências sociais no Rio de Janeiro”. Agradeço a André Botelho, Élide Rugai Bastos e Gláucia Villas Boas – orientadora no doutorado – o estímulo a participar do Seminário.

² Doutora em Sociologia PGPSA/IFCS/UFRJ; Professora LEEA/CCH/UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense); docente do PGPS (Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais), linhas de pesquisa: Conhecimento, Universidade e Sociedade; Pensamento Social no Brasil e na América Latina.

³ O livro de Georg Simmel, *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* (1908) foi traduzido para o espanhol com o título *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización* (1939). Em inglês, podemos ler capítulos fundamentais em *On individuality and social forms* (1971) bem como na coletânea, organizada por Kurt Wolff, *The sociology of Georg Simmel* (1950). Em francês, o livro de Simmel foi traduzido sob o título *Sociologie. Études sur les formes de la socialization* (1999).

multiplicam-se os *círculos sociais* aos quais pertencem os indivíduos. Ao mesmo tempo, no entrelaçamento dos círculos sociais, dá-se a constituição da individualidade propriamente. Relacionou, portanto, a noção de individualidade ao número de círculos sociais⁴ nos quais cada pessoa interage. Para Simmel, a análise quantitativa dos círculos sociais era um dos melhores critérios para medir o grau de modernidade de uma sociedade.

Chamou-me especial atenção, em minha análise dos estudos de Simmel, sua concepção da sociedade como *rede de ações* (Rammstedt & Dahme, 1998, p. 192) e, também, sua ênfase às interações entre as próprias *redes*. Considerei a atualidade da perspectiva simmeliana⁵ particularmente útil em meu propósito de rever a formação do campo das ciências sociais no Rio de Janeiro, a partir de questões que não me pareciam suficientemente respondidas.

Enfatizar a dinâmica dos círculos sociais, em meu julgamento, resultava na descoberta de novas pistas para a compreensão da história de um campo de conhecimento que parecia mais restrita, quer às análises institucionais, quer à avaliação da *produção científica*. Propus, portanto, o estudo da formação intelectual brasileira mediante o foco no processo de

⁴ Entende-se a metáfora do *círculo social* como a esfera ou âmbito de uma atividade intersubjetiva específica. Existem, portanto, o círculo da família, das amizades, do trabalho, entre outros. Cf. RAMMSTEDT & DAHME, 1998, p. 21.

⁵ Souza & Oélze (1998) notam que o interesse por Simmel no Brasil e no exterior aumenta significativamente, o que se expressa na oferta de cursos sobre o autor, na defesa de estudos monográficos e teses nas quais suas proposições são revistas e reelaboradas. Também observam o crescente número de publicações, traduções e reedições de suas obras bem como de coletâneas e livros de vários comentadores. Waizbort (2000) relaciona a descoberta da atualidade do autor às qualidades deste como *observador astuto e analista genial dos aspectos inusitados da vida social*. Vale citar Julien Freund em sua percepção das contribuições distintas do clássico a inspirar estudiosos hoje de diferentes matizes: *É fácil compreender que todos os escritos sociológicos de Simmel continuem a nos surpreender hoje. Ele criou, de um lado, uma teoria geral da sociologia, (...), é, por outro lado, o autor de brilhantes ensaios sociológicos, notáveis pela sua agudeza analítica* (1980, p. 216).

rotinização⁶ dos grupos e das pesquisas, que acompanharam os primeiros passos da *modernização brasileira*. Interessava-me somar aos exames dos resultados dos esforços de constituição das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro, a compreensão das *vivências*⁷ de suas personagens.

Certamente, não estava sozinha no intento de recordar a história das ciências sociais em nosso país. Uma produção relevante sobre a memória das Ciências Sociais no Brasil tem mostrado o esforço permanente dos pesquisadores, na reflexão acerca de seu próprio campo de saber. A discussão sobre a institucionalização de tais ciências, relação com o contexto histórico-político do qual emergem, grandes dilemas ou preocupações teóricas, protagonistas e obras, produção bibliográfica e profissionalização de um novo tipo de intelectual geraram diversas

⁶ Nos tomos I e II de *Economia e Sociedade* (1944; 1991), Max Weber indaga-se: como uma dada ordem social pode existir e fazer reconhecer sua autoridade, perante outras iniciativas igualmente inovadoras? Nota-se, portanto, que o sociólogo conferiu à idéia de rotinização do carisma, uma atenção especial. Se apontava o carisma como o elemento instaurador do novo, relacionava a manutenção do novo, que é a definitiva libertação do antigo, à constituição de um quadro de funcionários capaz de assegurar a perenidade das profecias. A rotinização do carisma não era, para Weber, a perda das qualidades do novo, mas a garantia da sua permanência. Sabemos que o carisma, como qualidade pessoal, intransferível e extra-quotidiana, é o oposto da rotina. Paradoxalmente, porém, a rotina é a única forma encontrada para dar continuidade às mudanças inauguradas pelo carisma. Supõe sua adaptação às idéias de cálculo, provisão das necessidades, racionalidade das ações, obediência a certas regras, prática duradoura e regularidade, na transmissão de certos conhecimentos.

⁷ Simmel introduz o conceito de vivência (*Erlebnis*) para dar conta da *impressão da sociedade no sujeito* (Rammsted & Dahmme, 1998, p.216-17). Isto nos permite afirmar que a par do entendimento das inter-relações recíprocas (*Welchselbeziehungen*) entre os indivíduos, importa capturar como tais ações são percebidas por cada ator social. No estudo que apresento, a atenção à vivência justifica a ênfase que dou aos depoimentos orais daqueles que conviveram numa dada situação. A síntese realizada por cada um de meus entrevistados combinam com minha intenção de somar à recuperação de fatos e acontecimentos, também, a de sensações que marcaram biografias individuais.

abordagens que nos permitem avaliar o quanto há de sucesso e/ou fracasso na constituição do novo campo de conhecimento.

Neste artigo, retomo um dos aspectos de minha tese de doutorado acerca da história das ciências sociais cariocas. O foco da análise permanece sobre a vida intelectual no Rio de Janeiro, a partir da história de mulheres que evidencio como mães-fundadoras do campo das ciências sociais. Concentro-me, aqui, em apenas uma mulher e na especificidade de sua atuação no debate do Patrimônio no Brasil.

Heloísa Alberto Torres (1895-1977), filha de Alberto Torres, deve à figura paterna o modelo de intelectual e de homem público em que espelhariá sua trajetória profissional. Seu poder de oratória e a devoção às causas nacionais foram estimulados em casa. O nome do pai abriu-lhe portas que, muito provavelmente, estariam fechadas a outras mulheres, sem a mesma origem familiar. Mas, o sobrenome famoso trouxe-lhe afetos e desafetos, Cercaram-lhe admiradores e adversários. Entre uns e outros, seu sobrenome foi uma marca registrada no desenvolvimento de sua carreira. Revendo sua trajetória, tem-se a impressão de que Heloísa, no cruzamento dos vários círculos sociais a que pertenceu, completou a formação de sua individualidade, sendo, no final da vida, conhecida apenas como Dona Heloísa e por suas realizações.

Heloísa fez da Antropologia um instrumento de luta em defesa da cultura brasileira. Ocupou cargos centrais e promoveu projetos em instituições como: o Museu Nacional, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Sua vivência no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – indissociada do cargo de direção ocupado no Museu Nacional – é o objeto da reflexão proposta neste artigo. Busco evidenciar, pois, de que modo Heloísa colaborou para a normatização e a ampliação do círculo intelectual responsável, ao longo do tempo, pelas práticas de preservação

dos chamados patrimônios culturais, num momento de constituição da ciência antropológica e de descoberta, por um público mais amplo, da arte brasileira. Ciência (antropologia) e arte disputaram o destino da cultura material de nossos nativos, expressa nas *coleções etnográficas de Museu*. Pessoas e círculos confrontaram convicções e objetivos.

Não se costuma associar o nome de Heloísa Alberto Torres ao movimento de preservação de bens culturais, traduzido na política do SPHAN, porém tais análises pecam por omitir o nome daquela que foi a *mão direita* de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, não poucas vezes, substituiu-o na organização, mesma, da entidade.

Heloísa Alberto Torres: modernidade e preservação

As práticas de preservação dos chamados patrimônios culturais tornaram-se, nas modernas sociedades, a representação simbólica da identidade e da memória de uma nação, indispensáveis à legitimação de uma nova ordem social e política (Gonçalves, 1995, p. 235). Reginaldo Gonçalves confirma a tese de que, na sociedade moderna, a discussão do patrimônio – ameaçado pela iminência da perda de bens culturais – ganha consistência. É também na modernidade, com o advento da noção de indivíduo e de cidadania, que os bens culturais ganham o estatuto de bens públicos, devendo, portanto, ser preservados pelo Poder Público.

A invenção dos patrimônios nacionais data do século XVIII e XIX e é concomitante às transformações revolucionárias burguesas que vieram a gerar uma nova forma de estruturação da vida social e política, a “nação”, a partir de valores como “igualdade”, “liberdade” e fundamentalmente a noção de “indivíduo”[...]. Até então, não fazia sentido falar-se de “patrimônios” nacionais, uma vez que os bens culturais – as coleções, por exemplo – eram propriedade de segmentos sociais específicos, sobretudo a nobreza, e conseqüentemente de acesso restrito. O acesso universal a tais bens é fruto de

uma nova ordem em que o que contava era não mais um dos diversos segmentos sociais hierarquizados, mas a condição de cidadãos (Ibid., p. 235-236).

A criação do Serviço do Patrimônio realizou-se com o estabelecimento da Inspetoria dos Monumentos Nacionais⁸, em 1932, e com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – em 1937. Teve suas origens institucionais na década de 20. No Patrimônio, inúmeros profissionais de várias áreas eram responsáveis por definir, classificar e elaborar instrumentos jurídicos, critérios e normas, para a preservação dos lugares e coisas que constituem a imagem do país.

O SPHAN, que começara a funcionar experimentalmente em 1936, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade passou, com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e da Saúde. Tinha à frente Gustavo Capanema, que aí permaneceu até 1945, com o fim do Estado Novo. A instituição reunia um grupo seletivo de homens públicos, diretores de Museus, intelectuais e artistas.

Além de Mário de Andrade, que formulara seu anteprojeto, e de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que lhe deu a forma definitiva, participaram do SPHAN, em sua *fase heróica* (1937-1969)⁹: Lúcio Costa, a

⁸ A Inspetoria era dirigida por Gustavo Barroso, também criador e diretor do Museu Histórico Nacional, em 1922. Sobre Gustavo Barroso e o patrimônio, cf. Cêça Guimaraens (1993, p. 37-40).

⁹ A *fase heróica* diz respeito não apenas aos trabalhos realizados, mas ao fato da instituição, seu diretor e colaboradores terem se tornado símbolos de um padrão ético de trabalho, dentro do serviço público brasileiro. Esse padrão assentava-se no compromisso irrestrito com a verdade do conhecimento produzido e com a defesa do interesse público acima dos interesses particulares e mesmo de um governo, na mais absoluta transparência na gestão dos recursos públicos e na devoção completa de uma equipe ao trabalho na instituição. Esse *capital ético* foi compartilhado por Heloísa Alberto Torres que, assim como Rodrigo Melo Franco, marcava suas batalhas pela diplomacia pelo trato e pela justiça. Entretanto, as mudanças no contexto político, social, cultural e econômico do país alterariam também os rumos

principal autoridade técnica, chefe da Divisão dos Estudos de Tombamentos (DET); Carlos Drummond de Andrade, organizador do Arquivo e Chefe da Seção de História; Afonso Arinos de Melo Franco e Prudente de Moraes Neto, consultores jurídicos; Manuel Bandeira, colaborador em várias publicações. Os arquitetos Paulo Tedim Barreto, José de Souza Reis, Alcides da Rocha Miranda, Edgard Jacinto, Renato Sociro e o artista plástico Luís Jardim formavam o conselho consultivo. Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Joaquim Cardoso, Artur César Ferreira Reis e Augusto Meyer eram colaboradores (Fonseca, 1997, p. 105-6).

A este grupo acrescentou-se a presença feminina de Heloísa Alberto Torres, membro nato do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio, cargo vitalício cujo ocupante era indicado pelo Presidente da República. Não remunerados – excetuando o gasto com despesas específicas de deslocamento e estada, no caso de viagens –, os conselheiros tinham a consciência do valor da causa abraçada: o patrimônio e a nação.

As discussões sobre as atribuições do SPHAN, muitas vezes querem fazer crer que uma celeuma separou os diretores dos Museus da vanguarda modernista. No primeiro grupo, estariam situados, sobretudo, Gustavo Barroso, do Museu Histórico e Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, José Mariano Filho, crítico de arte e promotor do estilo neo-colonial, e Archimedes Memória, diretor da Escola de Arquitetura. No segundo grupo, na vanguarda modernista, encontravam-se, entre outros, Mário de Andrade e Lúcio Costa. A dicotomia moderno x tradicional, na realidade, é falsa, visto que os diretores de Museu não formavam um coro coeso, podendo aliar-se às propostas dos modernistas. Exemplifica-o o fato de não saírem de cena, mesmo após a renovação trazida ao patrimônio cultural brasileiro pelo grupo modernista.

da política do patrimônio, em que a sólida formação intelectual de seus dirigentes e funcionários não mais bastariam para se enfrentar os desafios a partir da década de 70. Cf. Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 141-2).

De fato, anteriormente à criação do SPHAN, o Museu Nacional e o Museu Histórico já colaboravam na definição de normas de proteção aos bens arqueológicos e etnográficos nacionais e continuaram a colaborar paralelamente à criação do SPHAN. É um equívoco, portanto, pensar o SPHAN como uma criação autoritária do Estado Novo, como se o conjunto das práticas políticas de um governo correspondesse exatamente a um único tipo. Mais correto é notar que as políticas acerca do patrimônio, em particular, encontraram no estatismo da era Vargas, elementos de racionalidade e legalidade que possibilitaram sua sistematização na forma de um programa nacional, mediante sua institucionalização. Segundo aqueles que viveram seus tempos pioneiros, no SPHAN, aglutinaram-se projetos e ações que já vinham, desde a década de 20, sendo desenvolvidos localmente, em diferentes regiões do país.

O desempenho de Heloísa como membro do Conselho do Serviço evidenciava mais uma vez sua importância no processo da burocratização – modernização – do mundo da cultura. Entre outros aspectos, no conselho do SPHAN, Heloísa defendia o desempenho de atividades por técnicos ou funcionários com competências específicas, lutando para a criação de novos cargos e carreiras que permitissem a condução da política do patrimônio, pelo Estado.

Ressalto, aqui, dois exemplos que ilustram a posição que Heloísa assumia em torno dos ideais de modernização do Brasil, compatíveis com seu cargo de diretora do Museu Nacional e defensora de seus interesses. De um lado, o confronto com Mário de Andrade; de outro lado, seu desempenho na Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM), órgão da UNESCO.¹⁰

¹⁰ Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, o problema cultural e educativo no mundo ganhava fóruns de discussão inéditos. Com a Organização das Nações Unidas (ONU), também foi criada a UNESCO, voltada para o setor cultural. Desta ocasião, data a criação do International Council of Museums (ICOM), cuja sede era na própria UNESCO. A ONICOM possuía organizações nacionais em diversos

No início do processo de criação do SPHAN, Heloísa ficou conhecida pela sua divergência com Mário de Andrade. A polêmica entre ela e Mário, então já desligado da Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo, dizia respeito a uma proposta dele, que consistia na retirada, do Museu Nacional, da seção de Arqueologia e Etnografia, separando-a das seções de Ciências Naturais, além da retirada das ricas coleções arqueológicas e etnográficas, do Museu Nacional, a fim de transferi-las para uma das seções do SPHAN.

As concepções avançadas de Mário sobre cultura e arte supunham que estas tinham uma função social, explicitada em sua produção e exposição. Deveriam ser expostas em lugar acessível a todos. Parecia-lhe, neste aspecto, que o Museu Nacional afastava a cultura e a arte de seu maior interessado – o povo –, ao *sacralizá-la* e distanciá-la da vida real. Mário, portanto, projetara o Instituto de Antropologia e Etnologia, a fim de abrigar a *etnografia popular*.

As objeções de Heloísa Alberto Torres ao anteprojeto de Mário de Andrade inviabilizaram-no junto a setores importantes do meio intelectual. A proposta não encontrou respaldo junto aos pesquisadores do Museu Nacional, que consideravam imprescindível a vinculação da Antropologia e da Etnografia às Ciências Naturais.

Em carta de 09 de junho de 1936, enviada a Rodrigo Melo Franco, Heloísa argumentava ser inviável “na situação atual dos estudos etnográficos entre nós – situação que provavelmente se prolongará por muitos anos ainda – o afastamento dos laboratórios de etnografia dos de qualquer ramo de estudo da história natural”. Além disso, observava que o Museu Nacional possuía recursos materiais e humanos, que garantiam o tratamento e a preservação das respectivas coleções. Retirá-las do Museu Nacional era ameaçar sua conservação e impedir o avanço da ciência

países, inclusive no Brasil. A literatura ao se referir à Organização Nacional do Conselho Internacional dos Museus, utiliza a sigla ONICOM.

arqueológica e antropológica, que exigia o treinamento rigoroso dos cientistas, no exame acurado das peças, na aplicação de métodos de pesquisas laboratoriais e na experimentação científica. Heloísa enfatizava que era impossível separar o homem de seu meio ambiente e, portanto, sua arte de sua vida natural, principalmente naquele momento inicial da ciência antropológica, com ênfase na cultura material. Observava que o fracionamento das coleções do Museu Nacional prejudicaria os estudos das várias culturas.¹¹

A discórdia traduzia, na realidade, as disputas que ocorriam em torno da autoridade, na gerência dos bens patrimoniais da cultura. As inovações propostas por Mário de Andrade destoavam dos interesses dos museus nacionais. Mário previa a integração de todos os museus sob a chefia do SPHAN, transformados em subseções de departamentos, consequentemente, com suas coleções submetidas à nova administração. Dificilmente, os diretores de Museu acatariam o projeto que, sob este ponto de vista, parecia subestimar a organização e a direção de bens da cultura, consolidadas em décadas.

Segundo os pioneiros do Patrimônio, o projeto institucional do SPHAN foi muito mais fruto de um compêndio de estudos e experiências, formulados por vários intelectuais do que de um plano autoral de Mário de Andrade.

Rodrigo Melo Franco de Andrade sabia que haveria muita resistência, caso insistisse o projeto de Mário de Andrade, em sua inteireza. A intervenção de Heloísa Alberto Torres, em defesa da ciência, cujo desenvolvimento estava relacionado à formação e ao enriquecimento das coleções etnográficas e à profunda relação entre História Natural e

¹¹ Os originais das cartas da disputa entre Mário de Andrade e Heloísa Alberto Torres, não puderam ser por mim localizadas. Lygia Martins Costa, em entrevista a mim concedida em 9 de março de 1998, e em visitas de retorno à sua casa, ajudou-me a compor o delicado mosaico cujas informações havia coletado em Andrade, Mário de, *Cartas de Trabalho*, 1981; Andrade, Rodrigo M. Franco de., *Rodrigo e o SPHAN*, 1987. Importa conferir, também, Costa, Lygia Martins, 1987.

Antropologia, levou Dr. Rodrigo a confessar ter sido *seduzido com facilidade* pelos argumentos da diretora do Museu Nacional.¹²

Embora consciente da derrota, Mário de Andrade respondeu a Rodrigo Mello Franco que sustentaria sua tese em qualquer tempo. Sabia que sua proposta abalava o sistema de poder e a posição das pessoas que o mantinham. Popularizar a arte contrastava, a seu ver, com as gestões tradicionais dos Museus. O que chama atenção, porém, não é apenas a vitória de um ou outro lado, menos ainda a quem caberia a razão sobre o destino das coleções etnográficas, nos anos 30. Interessa-nos perceber que um grupo vencia o outro, na disputa pela hegemonia, no campo do patrimônio. O caráter inusitado da polêmica está no fato de que *o arauto*, do grupo carioca e dos interesses dos antigos Museus, era uma mulher, Heloísa Alberto Torres.

Com argumentos relativos à operacionalização da pesquisa e à formação de quadros profissionalizados, Heloísa Alberto Torres impediu efetivamente que as coleções do Museu deixassem de ser *peças da ciência*, e se transformassem em *objetos de arte*, fato inevitável, a seu ver, caso as coleções etnográficas passassem a fazer parte do acervo das seções do departamento de arte do SPHAN. Heloísa reafirmava, assim, sua posição, enfatizando a autoridade do Museu Nacional e do desenvolvimento da Antropologia. Neste ponto, constitui seu mérito o esforço para entrada da Antropologia no corpo das Ciências Sociais.¹³

Em 1955, Heloísa deixava a direção do Museu Nacional. Em 1956, assumia, no SPHAN, a organização do I Congresso de Ouro Preto, em Minas Gerais. O congresso promoveu-se pela Organização Nacional de Museus, membro do Conselho Internacional dos Museus (ONICOM), órgão de que Heloísa tornara-se a vice-presidente. O evento reunia os

¹² Cf. Lygia Martins Costa, 1991, p. 117.

¹³ É curioso buscar entender, como fez Luiz Rodolfo Vilhena (1997), que os estudos folcloristas nunca tenham atingido este *patamar*, de modo a não ingressar no corpo das disciplinas das ciências sociais, ao contrário da Antropologia.

grandes e os pequenos museus, de todo o Brasil. Foi o primeiro encontro brasileiro a congregar centenas de museólogos, de todo o território nacional.

Em 1959, passou de vice-presidente a presidente da ONICOM, substituindo o Dr. Rodrigo uma vez mais. Neste mesmo ano, abriu o Congresso Internacional dos Museus, no Museu de Arte Moderna (MAM), com o tema *O Papel educativo dos museus*. Falando em francês, para uma platéia com representantes de diversos países, leu a página de introdução de *Rondônia*, da autoria de Roquette Pinto. Sua atitude pode ser interpretada como uma das facetas da mulher *à frente de seu tempo* que, nem por isso, deixava de prestar homenagens aos homens que lhe transmitiram os *poderes de mando*, que passava a exercer.

Sergio Miceli aponta em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil – 1920 / 1945* (1979), que os primeiros representantes da intelectualidade brasileira eram filhos de famílias abastadas, algumas delas em decadência material. Mas, pelos seus conhecimentos e relações pessoais, passaram a ocupar cargos no Estado brasileiro em expansão. Foram responsáveis pelas políticas de inovação, proteção e conservação da educação e da cultura. Em sentido sociológico, ser um *nome importante* supunha representar os valores de uma elite intelectual e política que, naquelas décadas, procurava *construir* o Brasil. Ingressar neste mundo implicava, ainda segundo Miceli, em *Poder, sexo e letras na República Velha* (1977), a capacidade de utilizar o capital das relações sociais e da honorabilidade – educação dos filhos; escolha dos cursos superiores; casamento; nomeação para cargos públicos –, para ocupar posições de prestígio, em expansão naquele dado cenário.

Pensar a mulher intelectual bem sucedida, na primeira metade do século XX, no Brasil, implica reconhecer nela atos de heroísmo – carisma – e, também, laços de fidelidade aos grupos já consolidados, grupos estes, sabidamente, *masculinos*. A mulher, a um só tempo carismática e leal à tradição, também, era aquela que, entre as décadas de 30 e 60, lutava pela modernização da cultura. Os homens (e as poucas mulheres) do serviço

público, em sua *fase heróica* (Fonseca, 1997), eram filhos das mais tradicionais famílias. Todos estes filhos protagonizaram o processo de modernização brasileira. Entre tais homens, destacava-se a mulher, Heloísa Alberto Torres.

Receptora de uma tradição, Heloísa tornou-se *figura-chave* na manutenção e na transmissão de um legado. Responsável pelo treinamento de novos profissionais, pela provisão de um ambiente adequado ao aprendizado, pela incorporação de novos atores e pela sustentação de padrões de desempenho, através da alocação de meios e recompensas para o exercício intelectual, criou uma rotina garantidora da convivência intelectual.

Em carta de 6 de dezembro de 1968, ao Diretor do Museu Histórico Nacional, Léo Fonseca e Silva, que lhe enviara um anteprojeto de regulamentação da profissão de museólogo. Heloísa afirmava poder bem avaliar o esforço para a elaboração do projeto, uma vez que ela mesma havia trabalhado na consecução daquele objetivo. Mencionou a criação do Ministério da Cultura e a importância da seleção dos futuros técnicos de museus, fazendo a afirmação seguinte, em que fica claro seu empenho na modernização da esfera cultural, no âmbito do Estado:

penso que nos cabe cerrar as malhas do crivo da seleção desses técnicos, em vez de facilitar a outros servidores públicos, por mais dignos e esforçados que hajam sido no desempenho de encargos estranhos ao seu labor específico e a que foram compelidos por exigência dos serviços sem pessoal devidamente habilitado.¹⁴

Em 1936, na qualidade de vice-diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres envolvia-se diretamente nos debates acerca da criação do Serviço do Patrimônio. Em 1968, ainda estava ao lado da luta pela

¹⁴ AP OF 05. Arquivo Museu do Índio.

regulamentação da profissão do museólogo. Podemos dizer que, durante mais de 30 (trinta) anos, Heloísa teve seu nome associado ao processo de formulação e implementação de uma concepção de patrimônio histórico e artístico. Por meio deste processo, a moderna identidade nacional do Brasil veio a ser representada, ao longo das últimas décadas. Com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1967, tem fim o chamado *período heróico* da instituição, marcado, também, pelo afastamento de Heloísa Alberto Torres do SPHAN.

Considerações Finais

Giovanni Levi (1996, p. 167) diz que houve épocas em que era possível ao historiador relatar um fato histórico, abstraindo-se de qualquer destino individual. Miceli (1999, p. 127), por sua vez, observa que, também, já foi comum o sociólogo tomar para a análise conceitos tais como economia, política, sociedade e cultura, como instâncias canônicas, dotadas de princípios quase imutáveis de estrutura e funcionamento. Tais excessos tiveram como contrapartida um movimento crescente de busca das abordagens que, ao invés de privilegiar as estruturas, passavam a optar pela ênfase nos indivíduos e em suas atividades humanas. É verdade que a teoria social hoje comporta um debate vasto que encontra, de um lado, firmes adeptos da validade desta fermentação intelectual e, de outro, os mais céticos, que consideram enfadonho, o dilema eterno entre o caráter particularista e universalista, da explicação sociológica (Giddens; Turner, 1999).

Curioso, porém, é constatar que nossos clássicos debatiam-se há muito neste impasse, de modo que não se deve tratá-lo como uma especial novidade. Respostas distintas e mesmo antagônicas foram dadas por Marx e pelos marxistas, por Durkheim e pelos funcionalistas, por estruturalistas e estrutural-funcionalistas, por Weber e os estudiosos da hermenêutica e da fenomenologia. Nos anos 70, o revisionismo parsoniano bem como a

contestação das microteorizações, revelaram esforços de uma nova síntese ação/estrutura, a exemplo, das análises de Habermas, Giddens e Jeffrey Alexander.

Não por acaso, chamo atenção para a solução simmeliana, retomada com fôlego nas últimas décadas e, a meu ver, especialmente convidativa.¹⁵ Apresentando o conceito de sociogênese, Simmel detém-se no esquadramento dos nexos que (con)formam e (entre)laçam a vida dos indivíduos em sociedade. Observa as relações que se repetem e se modificam na dinâmica social. Ocupa-se das formas sociais (de sociação), sem ser um formalista. Atenta para os microfenômenos sociais, recusando, porém, a distinção rígida entre dimensões sociais micro e macro ou entre indivíduo e sociedade.

Buscando observar simultaneamente o indivíduo na sociedade e a sociedade no indivíduo, Simmel escapa de armadilhas. Não enfrenta o dilema de alguns biógrafos e estudiosos da vida social que, em algum momento, tendem a recair na ilusão biográfica, termo cunhado por Bourdieu para designar o ato em que acontecimentos biográficos deixam de ser reconhecidos como “colocações e deslocamentos no espaço social, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (1986, p. 69-72). Para Bourdieu, uma trajetória de vida torna-se inverossímil, ou simplesmente irrelevante, quando se despreza o conjunto de relações objetivas, que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados no mesmo espaço de possibilidades.

¹⁵ Vários estudiosos em diversos países e, também, no Brasil privilegiam o resgate de Simmel, em suas várias vertentes, nos debates das ciências sociais contemporâneas. Cf. Freund, 1980; Guy Oakes, 1984; Villeilard-Baron, 1989; Françoise Collin, 1991; Rammstedt & Oelze, 1998; Evaristo de Moraes Filho, 1983; Gabriel Cohn, 1998; Jessé Souza & Berthold Oelze, 1998; Leopoldo Waizbort, 1999, 2000; Miglievich Ribeiro; 1998, 2000, 2001.

Através das redes tecidas por Heloísa Alberto Torres, foi possível traçar – para além de sua biografia – uma constelação de pessoas presentes no projeto institucional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 30 a 70. Num contexto cultural e político em que a elaboração do projeto de nação simbolizava a modernização do país, iniciava-se a formação do Patrimônio, onde os círculos intelectuais ligados à prática dos Museus tinham relevante papel.

Heloísa assumiu o projeto de uma elite intelectual, política, autoritária e conservadora. Sua força, convicção e devoção, quase piedosa, à causa da preservação da cultura brasileira, vinha da certeza depositada num projeto de construção do Brasil. Projeto do qual ouvira falar em sua própria casa, através da figura do pai. É preciso, pois, relacionar a trajetória de Heloísa a de homens, como Roquette Pinto e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Importa-nos, porém, notar que Heloísa teve, em sua carreira, uma projeção raríssima, para as mulheres de seu tempo e, mesmo assim, pouquíssimo se escreveu ou se ouviu falar delas.

Quanto custou, à Heloísa, sua dedicação, por toda a vida, às causas que abraçara? Não se sabe ao certo. Mariza Corrêa (1997, p. 43) já observara que Heloísa lamentava o fato de seus erros serem apreciados pelos homens como falhas e defeitos do trabalho feminino, mas a própria Heloísa não os considerava maiores do que os erros dos homens. Reconhecia, contudo, que a vigilância sobre seus equívocos era mais rígida do que aquela exercida pelos homens entre si. É possível ver, em seus depoimentos esparsos, o sentimento da luta da mulher, para o reconhecimento de seu valor, no comando de projetos institucionais. Embora nunca tivesse se proclamado uma feminista.

Em entrevista concedida a cinco de dezembro de 1957, Dona Heloísa trabalha 48 horas por dia,¹⁶ aos 62 anos de idade, Heloísa justificava suas atividades pela lealdade a dois homens: Cândido Rondon e Rodrigo Melo

¹⁶ Cf. *Jornal do Brasil* – Terceiro Caderno. Pasta “Homenagens”. Arquivo CCHAT (Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres – Itaboraí/RJ).

Franco. Aquela, que assumira, ao longo da vida, o compromisso com a modernização e a regulamentação da esfera cultural e de sua relação com o Estado – que implica a seleção de funcionários e técnicos, para o exercício de organização e de preservação da cultura brasileira, com base em critérios objetivos, prescritos por estatutos e leis – fala da não remuneração pecuniária de seu próprio trabalho e revela sua motivação pautada nos sentimentos pessoais, de fidelidade àqueles que a antecederam, tanto na criação do SPHAN, como constituição do CNPI (Conselho Nacional de Proteção ao Índio).

Nesse sentido, pensar a modernização das instituições brasileiras requer o reconhecimento de práticas, aparentemente contraditórias, mas, concomitantes: àquelas ligadas aos modelos tradicionais de gestão e àquelas afinadas com as novas exigências da burocratização da ciência e da pesquisa. Heloísa vivia o conflito das duas tendências e, em certos momentos, sofria as tensões destas relações. Sobre isso declara:

Infelizmente, não tiro maior satisfação do exercício de qualquer dessas funções de que não fruo vantagens financeiras – tais as dificuldades que se defrontam para conseguir qualquer realização. Ali permaneço no cumprimento de deveres de lealdade para com dois homens públicos que substituo, o Marechal Rondon e o Doutor Rodrigo de Mello Franco de Andrade, respectivamente. Minha tendência, confesso com certo vexame, é para a fuga. Fugir desses encargos e completar trabalhos pessoais começados há tanto tempo e que se encontram abandonados: minha arqueologia indígena brasileira; o estudo sobre a indumentária da crioula de saias, baiana, como nós a chamamos; o relatório sobre a administração no Museu Nacional, como sua diretora que fui. Entregar-me completamente às atividades da pesquisa ecológica do Arraial do Cabo.¹⁷

¹⁷ Depoimento de Heloísa Alberto Torres. *Ibid.*

Ao final de sua vida, Heloísa, com mais de 70 anos, afastou-se do último de seus cargos públicos, vinculado à causa indígena. Partia com a irmã, Marieta, para Itaboraí, município fluminense. No terreno comprado, construiu uma casa e, nesta, ambas as irmãs solteiras organizaram sua memória, de sua família e de seus círculos, deixando-a à posteridade, mediante a doação do imóvel e de seus pertences ao IPHAN.¹⁸ Com o mesmo espírito público que a guiara, em todos os cargos ocupados, Heloísa assumiu sua condição de *cidadã itaboraiense* e engajou-se em novas causas. O que faz a sociedade existir são as relações que se estabelecem entre os indivíduos. Não é diferente, quando se tenta explicar a consolidação do campo das Ciências Sociais. Alianças e confrontos fazem parte do *jogo*, que torna a sociedade possível. O mais extraordinário é pensar no *pulsar eterno* das interações sociais, onde antagonistas e aliados trocam incessantemente de lugar. Esta é a condição mesma do dinamismo social. Tal é, a meu ver, a tarefa da sociologia: considerar pormenorizadamente as relações sociais aparentemente insignificantes e torná-las evidentes em suas continuidades e descontinuidades.

A construção de novos círculos implica o (re)arranjo das hierarquias que não mais reproduzem as hierarquias dos *círculos velhos*. O campo das Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, ligado fortemente às propostas de modernidade e construção da *brasilidade*, sedimentava-se, à medida que seus componentes criavam e recriavam círculos sociais, aproximando-se ou distanciando-se uns dos outros nas interações incessantes.

Resta-nos, por fim, observar que as histórias do Patrimônio e das ciências sociais no Brasil têm um débito para com a trajetória de Heloísa

¹⁸ O acervo, carente de verbas para seu efetivo tratamento e preservação, contém, também, a memória da elite fluminense, mediante a compilação de documentos que reportam a sobrenomes famosos na cena pública da antiga capital da República. O prédio que guarda o rico acervo chama-se Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, situado na praça principal da modesta cidade, no passado, marcada pelo fausto das lavouras da cana de açúcar.

Alberto Torres. A incorporação da personagem e seus feitos abre novas perspectivas sobre ambas as histórias que, na realidade, se entrecruzam e estimulam novas interpretações.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho*. Brasília: MEC-SPHAN-FNPM, 1981.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC-SPHAN-FNPM, 1987.
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. SP: Ática; Brasília: Ed.UNB, 1990.
- BARON, J-L Villeilard. "L'image de la femme dans l'oeuvre de Georg Simmel" In: SIMMEL, Georg. *La sociologie et l'expérience du monde moderne*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica" In: MORAES FERREIRA, Marieta de & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. RJ: FGV: 1996.
- COLLIN, Françoise. "Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia" In: DUBY, G. & PERROT, M.. *História das mulheres. O século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995.
- COHN, Gabriel. "As diferenças finas: de Simmel a Luhmann". *RBCS. ANPOCS*. vol. 13, n.º 38, outubro, 1998.

- CORRÊA, Mariza. "Dona Heloísa e a pesquisa de campo". *Revista de Antropologia*. Departamento de Antropologia/FFLCH/USP, v. 40, n.º 1, 1997.
- COSTA, Lygia Martins. "A defesa do patrimônio cultural móvel" in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 22, 1987.
- FONSECA, Maria Cecília L.. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal da preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ; MINC-IPHAN, 1997.
- FREUND, Julien. "A sociologia alemã à época de Max Weber" In: BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert (orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (orgs.) *Teoria social hoje*. SP: UNESP, 1999.
- GUIMARAENS, Maria da Conceição Alves de. *Dois olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro: Lina e Lygia*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1993. Dissertação de Mestrado.
- GONÇALVES, José Reginaldo S.. "Em busca da autenticidade: ideologias culturais e concepções de nação no Brasil" In: VILLAS BOAS, Gláucia & GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- LEVI, Giovanni. "Usos da biografia" In: MORAES FERREIRA, Marieta de & AMADO, Janaína (orgs.). Op. Cit..

- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria. "Georg Simmel: um convite à análise dos princípios masculino e feminino na constituição da cultura". PGPISA/IFCS/UFRJ, fevereiro, 1998, paper.
- _____, *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2000, Tese de Doutorado (no prelo).
- _____, "Georg Simmel e a questão feminina: a cultura como objeto de análise". 28º. Encontro Nacional do CERU, FFLCH/USP, 23, 24 e 25 de maio de 2001, paper.
- MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- OAKES, Guy (org.). *Georg Simmel: on women, sexuality and love*. London: Yale University Press, 1984.
- SIMMEL, Georg. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939.
- SOUZA, Jessé & OËLZE, Berthold (org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

- VILLAS BOAS, Gláucia. *A vocação das Ciências Sociais (1945-1964): um estudo da sua produção em livro*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. Tese de Doutorado.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão. O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.
- WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: _____ (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____, *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- WEBER, Max. Os tipos de dominação. *Economia e Sociedade*. vol. 01. Brasília: EDUnB, 1991.
- WEBER, Max. La dominación carismática y su transformación. In: _____. *Economía y Sociedad*. vol. 02. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

OS INTELECTUAIS, A POLÍTICA E O DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO¹

Roberto Barbato Jr.²

A conturbada relação entre os intelectuais e a política, no Brasil dos anos trinta, recebera interpretações as mais diversas, tendo se constituído de um tema amplamente versado pelo pensamento social. A maneira peculiar com a qual os homens de cultura se relacionavam com a esfera do poder é, sem dúvida, uma particularidade na história brasileira. Dotados de uma postura ambígua, esses intelectuais sempre se depararam com o célebre dilema imposto pela conjuntura de então: transigir ou recusar a participação nas esferas do poder público.³ Tal ambigüidade encerra o traço mais característico dessa geração envolvida com a questão cultural, pois a aversão aos ditames da política golpista de Vargas não se constituiu em óbice algum

¹ Este artigo resultou de pesquisa financiada pela FAPESP e foi apresentado no Seminário “A idéia de Brasil moderno”, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 04, 05 e 06 de Outubro de 2000.

² Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, membro do Centro de Estudos Brasileiros (CEB/IFCH), professor da Universidade Paulista (UNIP).

³ Em relação ao Departamento de Cultura, Carlos Sandroni observa esta ambigüidade da seguinte maneira: “O grupo que detém o poder estadual neste período é uma facção da classe dominante que vacila constantemente entre opor-se ao autoritarismo getulista e transigir com ele; que apoiou a Revolução de 30 mas alia-se a representantes da República Velha contra o Governo Provisório em 1932; que se reúne num Partido dito Constitucionalista mas apóia toda a escalada de legislação excepcional que antecedeu o Golpe de 1937”. Cf. SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade*, São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, pág. 15.

a sua participação em projetos de relevância nacional. Os estranhos pontos de vista que tinham esses intelectuais em relação às malhas da política são, de certa forma, fatores a considerar em suas trajetórias individuais. Isso porque muitos deles as recusavam como instrumento necessário a concretização de seus anseios. Embora fossem filiados a partidos, não exerciam, a rigor, a militância política e sua atuação junto a algumas agremiações não extrapolava os limites da formalidade. Este é o caso dos intelectuais dirigentes do Departamento de Cultura de São Paulo, criado em 1935. A despeito de a instituição ter sido fundada num clima fremente de inovações institucionais e turbulência político-social, os intelectuais ligados a ela reivindicavam a autonomia da cultura como instrumento de intervenção social.

Os intelectuais e a política: uma simples formalidade

Sob esta perspectiva, a trajetória de Mário de Andrade é um exemplo paradigmático. Tendo jamais afirmado, ao longo de sua carreira, compromissos com a militância partidária, o líder modernista sempre fez questão de frisar seu “horror à política”.⁴ Uma importante passagem de seu artigo intitulado “Noção de responsabilidade” dá a medida exata de seu comportamento em relação a este assunto. Embora fosse filiado ao Partido Democrático e participasse de suas reuniões, parecia desdenhar qualquer função de natureza política.

“Me lembro mesmo de uma das reuniões preliminares da formação do Partido Democrático, quando ainda o velho conselheiro Prado hesitava em comprometer-se nele. Na casa de Paulo Nogueira Filho formávamos quase exclusivamente uma repetição da Semana de Arte Moderna.

⁴ Cf. ANDRADE, Mário de. Entrevistas e depoimentos, edição organizada por Telê Porto Ancona Lopez, São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, pág. 50.

Eu seria o decano entre os presentes e por certo o único que descreia naquilo tudo. Mas ninguém falou de literatura, nem poesia, escarrou-se ódio ao regime, descreveu-se lutas políticas, sonhou-se um caminho melhor para o País, voto secreto. *Eu mudo, imensamente insulado no ambiente. Que era confortável e com ótimo uísque.* E, com efeito, a política empolgou em seguida todos aqueles intelectuais disponíveis; fizeram-se jornalistas, criaram jornais (...) E depois veio um terrível silêncio”.⁵

Num ambiente em que a agitação política constituía o mote da reunião, Mário de Andrade sentia-se “imensamente insulado” e descrente das aspirações que procuravam um novo rumo para a sociedade brasileira. Indiferente quanto às discussões calorosas, fazia de sua discreta presença uma simples formalidade. Em vista disso, parece interessante a avaliação de Sérgio Miceli ao mostrar que apesar de ter sido “líder intelectual do Partido Democrático”, Mário de Andrade não conseguira “encetar uma carreira política” – motivo pelo qual tornara-se um “intelectual total nas condições da época”.⁶ De fato, o autor não teve participação significativa nos quadros do partido. Sua atuação restringia-se à elaboração de crônicas publicadas no *Diário Nacional*.⁷ Nessa perspectiva, procurava justificar o campo de ação no qual construía sua carreira, assinalando sua recusa da política:

⁵ Cf. ANDRADE, Mário de. *O empalhador de passarinho*, 3ª edição, São Paulo: Martins, 1972, pág. 24. Grifos meus.

⁶ Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979, págs. 25 e 26. A relação de Mário de Andrade com a política é repleta de contradições e ambigüidades. Embora a desprezasse como recurso de intervenção social, não há como negar o valor político de sua obra. Consultar, a esse respeito: LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*, São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000, pág. 189; COLI, Jorge. *Música final*, Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, pág. 23 e ALVARENGA, Oneyda. “Sonora política” in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 198, 1990, pág. 43.

⁷ No estudo de Coelho Prado que versa sobre o tema, não encontramos sequer uma referência à participação do escritor modernista nas reuniões e decisões do partido.

“Minha ‘ação’ se confinou ao terreno da arte porque, conformado numa geração e num fim-de-século diletantes, sou um sujeito visceralmente apolítico, incapaz de atitudes políticas, covarde diante de qualquer ação política. Absurdamente incapaz do menor improvisado em público, mesmo depois de dez anos de cursos e de preleções”.⁸

Também em seu discurso de paraninfo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em 1935, o líder modernista colocava, de maneira clara, as inquietações dos homens de cultura que recusam a política:

“Chamado a um posto *oficial*, embora *não político* me vi de chofre desanuviado nos sonhos em que sempre me embalei. (...) *Sempre me conservei fora da política* e posso gritar a qualquer vento que fui chamado a um posto que não desejei, e que representa apenas para mim o sacrifício de toda aquela amenidade, de toda aquela prosperidade pessoal e de toda aquela feliz ilusão em que sempre vivi. *O meu trabalho não é político* *sinão naquela necessária condição dos serviços públicos, em que o que se fizer reverte em justificativa daqueles que o permitiram fazer*”.⁹

Suas palavras são suficientemente fortes para seduzir o leitor a considerar o Departamento de Cultura como uma instituição autônoma em relação à política. Aliás, esta é uma idéia presente em vários de seus depoimentos e missivas.¹⁰ A julgar por suas idéias, a instituição, criada num contexto de efervescência política, estaria isenta de qualquer compromisso

Consultar PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (O Partido Democrático em São Paulo, 1926-1934)*, São Paulo: Ática, 1986.

⁸ ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, pág. 37. Grifos meus.

⁹ ANDRADE, Mário de. *Aspectos da música brasileira*, Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991, págs. 186 e 194. Grifos meus.

¹⁰ Consultar, por exemplo, ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda*, op. cit.

nesse sentido. De certa forma, esta postura encontra ressonância na maneira pela qual o prefeito Fábio Prado encarava sua criação. Ao descrever os critérios para nomeação de seus funcionários, menciona que não houve “um só afilhado político” que tenha sido contratado e que não importava o “credo religioso ou político” – idéia parcialmente defendida por Mário de Andrade ao falar da aceitação de seu cargo. A noção de atribuições “apolíticas” é forte nos dois interlocutores desse diálogo:

“Uma entidade dessa natureza, para que não viesse mallograr ainda no início, reclamava critério rigorosíssimo na seleção dos funcionarios. O Departamento precisava de homens que não viessem a ser apenas funcionarios publicos. Precisava de homens que viessem contribuir para a formação definitiva do espirito paulista. *Por isto, o Departamento de Cultura não tem, como seu funcionario, um só afilhado politico, um só nome, desde os altos dirigentes, até os quartos-escripulturarios, a cuja escolha não tivesse precedido um exame acurado.* Inumeros desses funcionarios só vim a conhecer depois de nomeados. Indicados por gente da Universidade e por outras instituições mentais de São Paulo, *nomeei-os sem indagar do seu credo religioso ou politico, sem querer saber como e o que pensavam.* Bastava-me não ignorar o seu indice mental e a capacidade intellectual de cada um, o seu espirito e o que delles poderia esperar a obra a iniciar-se”.¹¹

Na defesa de uma aparente neutralidade talvez houvesse a intenção de negar o valor da política como instrumento necessário à intervenção social. A idéia da autonomia da cultura era, pois, advogada com vistas a prescindir da política, deslocando-a para um patamar manifestamente anódino. Com efeito, os discursos em favor dessa neutralidade se inscrevem

¹¹ PRADO, Fábio. *Administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo. Através de entrevista concedida ao O Estado de São Paulo, Coleção do Departamento Municipal de Cultura, São Paulo, 1936, pág. 53.* (Entrevista cedida em 02/03/1936).

na tentativa de transformar a questão política em uma discussão administrativa. É possível que a recusa da política fosse, mesmo inconscientemente, uma estratégia para reduzir a complexidade do circuito social no qual gravitavam os intelectuais. No cenário paulistano poderiam, segundo essa hipótese, conviver os administradores da cultura e os políticos profissionais sem que houvesse um conflito capaz de aniquilar as atividades em curso. Em realidade, esta é uma forma particular de envolver-se com a política, negando-a, repudiando suas estruturas e, conseqüentemente, dirigindo esforços para manter-se dela afastado tanto quanto seja possível. Além disso, havia uma descrença na capacidade de a política resolver os problemas nacionais. Referindo-se ao período posterior à Revolução de 1930, Rubens Borba de Moraes observa:

“Veio a Revolução de 30. Feita a Revolução de 30, dois meses depois nós éramos contra. Todo o grupo de Klaxon estava reclamando e admitindo, mesmo, que 'esta não é a revolução dos nossos sonhos'. *Resolvemos, então, nos afastar definitivamente da política, abandonar a política.* Tivemos discussões longas com Mário de Andrade, com Couto de Barros, até altas horas da noite. *Achávamos que o problema do Brasil era mais profundo. Era um problema de renovação de mentalidade.* Era também um problema econômico. *Isto a política não resolvia.* Nem os políticos brasileiros estavam preparados”.¹²

Como é possível notar, os desdobramentos da Revolução de 1930 propiciaram uma espécie de desilusão para com a política, descreditando sua importância e fazendo com que houvesse um rompimento definitivo com ela. Seu papel passava, naquele momento, a ser transferido para um outro

¹² MORAES, Rubens Borba. “Não eram só literatos os jovens de 22”, entrevista cedida a José Augusto Guerra in *Cultura*, Brasília, n.º 05, Ano 02, Janeiro/Março de 1972, pág. 19. Grifos meus.

campo de ação. Tomando de empréstimo novamente a avaliação de Rubens Borba de Moraes:

“Mas, pouco depois, nosso grupo de jovens idealistas que não enxergava os problemas brasileiros somente sob o ponto de vista político, começou a ficar decepcionado. Tínhamos fundado um movimento para renovar o Brasil, para fazer uma reforma profunda e válida. Entretanto o que aí estava não passava de um simples partido oposicionista. Tínhamos sido engolidos pelos políticos. O que podíamos fazer? Afastamo-nos do partido e procuramos *outros meios mais radicais* para a realização de nossas idéias”.¹³

Aqui o autor apresenta as impossibilidades de a política partidária cumprir as funções ansiadas por seu grupo. Não é à toa que mostra a procura por “meios mais radicais” para a concretização da “renovação de mentalidade”, vislumbrada desde a década de vinte. Nas entrelinhas de seu depoimento, podemos ver a instituição paulistana como um meio radical alheio à política. Notemos, portanto, a transferência da política, como um meio de ação, para o campo da cultura. É precisamente pautada nesta transferência que a postura assumida pelos dirigentes do Departamento de Cultura permitiu que levassem a termo suas realizações. Assim, suas ligações com a política eram muito sutis, situadas no limite entre a formalidade e as concessões necessárias. Suas participações no corpo do Estado se dariam sempre de modo ambíguo: ao mesmo tempo em que recusavam a política, estavam a ela atrelados, ainda que de forma tênue. Essa parece ser a vereda mais interessante a ser explorada na relação entre os intelectuais e a instituição paulistana.

¹³ MORAES, Rubens Borba. “Sérgio e sua geração” in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, n.º 31, Julho/Setembro, 1972, pág. 60. Grifos meus.

Paulo Duarte: a mediação entre política e cultura

Tendo sido um dos fundadores do Partido Democrático, em 1926, Paulo Duarte participou ativamente da Revolução de 1930 e, insatisfeito com os rumos tomados pelo governo federal, aderiu à insurreição armada de 1932, quando foi preso e exilado. Em seu regresso ao Brasil, filiou-se ao recém fundado Partido Constitucionalista, por meio do qual elegera-se Deputado Estadual. A partir de então, se posicionou como incansável combatente da política varguista, até a instauração do Estado Novo que lhe custaria outro exílio.

Sua trajetória é recheada de paradoxos no que concerne à sua visão da política. Em certos momentos, parece defender uma posição aristocrata em relação ao exercício da política partidária, como ocorrera por ocasião do crescimento do Partido Democrático. Quando a ampliação dos quadros partidários se impôs na luta pelo poder federal, implicando a aceitação de militantes de todas as camadas sociais, Paulo Duarte se manifestou dizendo que “a favela está começando a pôr as manguinhas de fora”.¹⁴ A possível concessão feita às classes menos abastadas no interior do Estado de São Paulo denotava uma contrapartida aos interesses embrionários do Partido Democrático: a não identificação com os propósitos da militância de esquerda no País.¹⁵ À época, era visceralmente contrário aos princípios socialistas, chegando a dizer que “srs. João Alberto, Siqueira Campos, Miguel Costa, Luís Carlos Prestes e outros estavam de pleno acordo na implantação do bolchevismo no Brasil”.¹⁶ Seria possível dizer, a grosso modo, que suas concepções ideológicas circunscreviam-se à idéia mestra do

¹⁴ DUARTE, Paulo. Apud PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada*, op. cit., pág. 55.

¹⁵ O estudo de Coelho Prado dá conta dessas questões ao trabalhar de forma pormenorizada a formação social e cultural dos membros do Partido Democrático. Idem, *Ibidem*.

¹⁶ Cf. DUARTE, Paulo. *Que é que há? Pequena história de uma grande pirataria*, 2ª edição, s/ editora, s/ data.

partido: republicanizar a República.¹⁷ Em um trecho de alto poder sintético, Rubens Borba de Moraes bem expressou os desígnios das propostas elaboradas pelo Partido Democrático no que tange à essa idéia:

“Embrenhamo-nos pela ação política com a intenção de derrubar a oligarquia P.R.P., instituir o voto secreto, a verdadeira e legítima expressão da vontade popular. Queríamos modernizar a política brasileira. Assim como tínhamos 'descoelhonetizado' a língua brasileira, passamos a 'desperrepizar' o Brasil”.¹⁸

Compromissado com o anseio de “modernizar a política e instituir o voto secreto”, Paulo Duarte manifestou-se contrário à existência da Frente Única como instrumento capaz de recuperar a primazia de São Paulo nas conduções dos assuntos nacionais, mas mesmo assim não hesitou em aderir à batalha em prol das bandeiras outrora adversárias quando da criação do Partido Constitucionalista.

Ao que tudo indica, na década de trinta, sua postura política sofrera alteração, chegando a se definir, por inúmeras vezes, como socialista. Contudo, jamais chegara a se filiar a um partido de esquerda e tampouco militara em qualquer agremiação de talhe socialista. Durante o tempo e que estivera exilado em Paris, tomara contato com o marxismo, fazendo leituras de autores russos e, principalmente, *O Capital*, de Marx. Quando de seu retorno ao Brasil, tivera intenção de filiar-se ao Partido Comunista, mas não o fizera.¹⁹ Tinha também grande simpatia pela Aliança Nacional Libertadora e nutria expectativas de que ela viesse a se transformar em partido “fiel a um socialismo democrático” que seria “o verdadeiro partido de oposição

¹⁷ Cf. PRADO, Maria Lúcia Coelho. *A democracia ilustrada*, op. cit., pág. 23.

¹⁸ MORAES, Rubens Borba de. “Recordações de um sobrevivente da Semana de Arte Moderna” in AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na semana de 22*, 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1972, pág. 303.

¹⁹ Cf. DUARTE, Paulo. *Memórias. Selva oscura*, vol. III, São Paulo, Hucitec, 1976, págs. 59 e 60.

que teríamos”.²⁰ Com efeito, seu apreço por tais agremiações não passara de flerte, sem maiores conseqüências. Suas inclinações socialistas não encontravam eco algum no círculo político do qual participava. Considerava que Armando de Salles Oliveira havia “inaugurado um estilo novo de administração e de política”, e chegara a exclamar: “Ah! se o Armando conseguisse voltar-se um pouquinho para a esquerda, estaria já no caminho da perfeição”.²¹ Embora tais inclinações fossem repudiadas pelo prefeito Fábio Prado e pelo próprio Armando de Salles Oliveira, não abandonaria o Partido Constitucionalista e reivindicaria para si o horizonte esquerdista a fim de justificar suas ações na área da política e da cultura. Ao abordar o aspecto renovador do Departamento de Cultura, diz o autor: “Em parcelas homeopáticas eu havia de instilar um pouco de socialismo no Brasil”.²² Assim, o distanciamento em relação às camadas populares, manifesto na década de vinte, parece não ultrapassar o limite da política partidária, pois suas posições, enquanto mentor da instituição paulistana, parecem estar situadas em outro patamar de compreensão da ação política, e mesmo da realidade social.

No momento em que a interventoria do Estado de São Paulo contava com a presença de Armando de Salles Oliveira, Paulo Duarte pensava em como dar vazão aos sonhos de cultura de seus amigos intelectuais:

“Depois deixamos de falar em coisas imorais e passamos à coisas sérias. As possibilidades culturais que o governo do Armando pode agasalhar. Mas o Armando durará? perguntei. Sérgio e eu temos dúvidas, mas Mário acha que Armando se consolidará e estabilizará. Se isso acontecer, lembrei então os nossos delírios no apartamento da Avenida S. João entre 1929 e 1930. Felicidade demais, disse Mário. Ou desilusão demais? interrogou Sérgio. Ou primeira realidade? acrescentei tendo o cuidado de

²⁰ DUARTE, Paulo. *Memórias. Os mortos de Seabrook*, vol. IV, São Paulo, Hucitec, 1976, pág. 105.

²¹ Cf. DUARTE, Paulo. *Memórias. Selva oscura*, vol. III, op. cit., pág. 182.

²² Idem, *Ibidem*, pág. 280.

interrogar também... De qualquer maneira foi voz unânime que só eu poderia levar avante a idéia, pois amigo íntimo de Armando, com bastante prestígio político adquirido na luta e no exílio, não só eu poderia ter como aliada a velha amizade senão também autoridade política. E quase estruturamos o possível futuro instituto”.²³

Este depoimento nos faz crer que a tônica da política partidária, para o autor, pouca importância tinha no momento. O que se colocava como essencial era o uso da política, ou para usarmos sua expressão, “a autoridade política” de que dispunha para fins bastante claros. A possibilidade de concretizar os sonhos de um instituto de cultura se sobrepujava a quaisquer outras preocupações. Por isso, sua posição parecia transcender o lado moral de suas antigas convicções políticas. Não obstante possa haver um perfil pragmático em sua personalidade, sua conduta estava em boa medida alicerçada em um procedimento ético, em que os meios de sua ação eram devidamente apreciados segundo as conseqüências relativas ao fim – motivo pelo qual poderíamos vê-lo como um “experto” da tradição política.

À época em que recebera convite para integrar o gabinete de Fábio Prado, Paulo Duarte hesitou, pois o cargo não lhe interessava. Contudo, fora seduzido pela idéia de que não seria apenas um chefe de gabinete, tendo, inclusive, que inventar um título que lhe possibilitasse atuar para além desse limite. O prefeito desejava que seu assessor fosse um “colaborador de bitola larga”²⁴, por isso, a solução encontrada consistiu em criar o posto de Consultor Jurídico. Junto ao Departamento de Cultura, Paulo Duarte atuou como mediador entre a instituição paulistana e a prefeitura de São Paulo. É Rubens Borba de Moraes que menciona seu papel:

“Não. O Paulo Duarte não pertencia ao Departamento. O Paulo Duarte era assessor do Prefeito. E era isso que nos

²³ Idem, *Ibidem*, pág. 09.

²⁴ DUARTE, Paulo. *Memórias. Selva oscura*, vol. III, op. cit., pág. 167.

facilitava tudo, porque ele sendo assessor do Fábio Prado, estava a metade do dia com o Fábio, qualquer coisa que a gente precisava, a gente ia ao Paulo. Ele falava com o Fábio, e o Fábio dizia faça e resolvia. O Paulo foi uma espécie de coordenador como se diz hoje em dia. De coordenador do Departamento. A decisão final tinha que sair da Prefeitura, do Prefeito. E o Paulo era o nosso elemento junto ao Prefeito, embora o Fábio fosse muito nosso amigo, e nós estivéssemos constantemente com ele”.²⁵

De acordo com sua avaliação, podemos ver claramente que Paulo Duarte não tinha envolvimento com a elaboração das atividades culturais propostas. Cabia a ele estabelecer a mediação entre o projeto cultural da instituição paulistana e as instâncias políticas necessárias à sua realização. Com efeito, é evidente que sua trajetória política se difere da de seus companheiros, muito embora Mário de Andrade e Sérgio Milliet também fossem militantes do Partido Democrático. A curiosa relação desses últimos com a política deve, segundo Zuin, “ser entendida mais como uma força imperativa do que uma formação ideológica estruturada e coerente”.²⁶ No entanto, está claro que Paulo Duarte, cujas atividades sempre se moveram no campo dos partidos

²⁵ Cf. MORAES, Rubens Borba. “O Departamento de Cultura: um sonho que não se realizou completamente”, op. cit., págs. 14 e 15. Além desta entrevista, há, aparentemente, indícios que comprovam o relativo afastamento de Paulo Duarte da elaboração das atividades culturais. Em sua documentação pessoal, encontramos dois ofícios redigidos por Mário de Andrade em 30/03/1936 e 23/03/1937, respectivamente, que reforçam sua atuação nas áreas política e administrativa. Consultar Pasta 06 do Conjunto Mário de Andrade, à disposição no Fundo Paulo Duarte, Centro de Documentação Alexandre Eulálio/ UNICAMP.

²⁶ Cf. ZUIN, João Carlos Soares, “Sérgio Milliet e o ensaísmo nos anos trinta”, in *Cadernos de Sociologia*, Campinas, n.º 02, Jul/Dez, 1996, pág. 51. De certo modo, esta observação pode ser estendida para o caso de Rubens Borba de Moraes e os intelectuais envolvidos com a cultura no Brasil deste período, pois o “envolvimento com a política sempre foi caracterizado, mesmo nos raros momentos em que foram ativos, por um amálgama de repulsa e obrigações de ordem moral”. Idem, *Ibidem*, pág. 48.

políticos, não pode ser enquadrado nesta perspectiva. De resto, cabe buscar entender o que significava a política para Mário de Andrade e Sérgio Milliet e como os dois articulavam sua visão sobre a questão cultural e as causas colocadas em xeque pelo jogo político de então.

Autonomia cultural versus cooptação política

Em texto que versa sobre a relação entre política e cultura, Norberto Bobbio tece algumas considerações sobre dois tipos de intelectuais: o ideólogo e o experto.²⁷ Fortemente inspirado em proposições weberianas, atribui aos “ideólogos” a ética da convicção e aos “expertos”, a da responsabilidade. Ao abordar o tema da responsabilidade dos intelectuais, coloca uma questão cabal: “o intelectual age com base na ética da pura intenção ou com base na ética da responsabilidade?”²⁸ Transferindo a indagação ao tema de que nos ocupamos: a que tipo de ética corresponde o procedimento de Mário de Andrade, de Sérgio Milliet e de Paulo Duarte diante da política? Se no caso dos dois primeiros a relação com a política se expressa por uma “força imperativa”, tal como formulara Zuin, somos tentados a considerá-los “ideólogos”, visto que estão em conformidade com a ética da convicção. Lembremos, a propósito, que o dever dos ideólogos “é o de serem fiéis a certos princípios, custe o que custar”.²⁹ Tomando como ponto de partida que o dever dos expertos “é o de propor meios adequados ao fim e, portanto, de levar em conta as conseqüências que podem derivar dos meios propostos”³⁰, poderíamos ponderar sobre o princípio da responsabilidade desses intelectuais. Neste caso, não caberia a Paulo Duarte outra classificação senão a de experto, conforme nossas observações anteriores.

²⁷ Cf. BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, págs. 73 e 74.

²⁸ Idem, *Ibidem*, pág. 97.

²⁹ Idem, *Ibidem*, pág. 97.

³⁰ Idem, *Ibidem*, pág. 97.

Mas seriam essas referências suficientes para entender o relacionamento dos autores com a política? A possível tibiez de nossas formulações sobre o problema poderia nos conduzir a tratar do assunto por um outro prisma. Já observamos que um ponto interessante a ser explorado, com respeito a esta questão, reside na possibilidade de encarar a experiência do Departamento de Cultura como dotada de certa autonomia em relação à política. Como seria possível esta reflexão? Recorramos novamente às considerações de Bobbio:

“Falando em autonomia relativa da cultura, pretendo dizer que a cultura (no sentido mais amplo, isto é, no sentido das esferas em que se formam as ideologias e se produzem os conhecimentos) não pode nem deve ser reduzida integralmente à esfera do político”.³¹

Como se vê a formulação de Bobbio não desconsidera os laços estabelecidos entre a cultura e a atividade política. Um caminho curioso para empreender essa tarefa consiste em associar à cultura uma atividade diversa daquela praticada pelos políticos profissionais³². Assim, teríamos de um lado, os intelectuais responsáveis por tarefas condizentes ao campo de produção de idéias, e de outro, políticos empenhados em suas ações e decisões. Para ambos, coloca-se a questão do engajamento e tanto maior se torna o problema quanto mais se faz necessário a autonomia da cultura para empreendimentos em que a política se torna desacreditada. A defesa da autonomia da cultura nada mais é do que um recurso utilizado, com muita propriedade, por alguns intelectuais que desejam estabelecer um *modus faciendi* respaldado na isenção de um compromisso político. De certo

³¹ Idem, *Ibidem*, pág. 80.

³² Nesse sentido, Bobbio esclarece: “a cultura não deve ser apolítica, mas a sua política não é a política *tout court*, aquela que nós chamamos habitualmente de política ordinária, mas é uma política própria da cultura, que não coincide, não *deve* coincidir, com a política dos políticos”. Idem, *Ibidem*, pág. 103.

modo, é esta a maneira pela qual Fábio Prado procurava justificar o uso da cultura em sua gestão na prefeitura de São Paulo. A julgar por suas palavras, era ela que liderava toda sua conduta pública. Vejamos:

“Atravessamos um instante de transição social. Momento terrível, cujos prenúncios certos não nos é possível ainda delinear. Mas que se clareará com a colaboração daqueles cujos espíritos se vão iluminando dessa razão que só a cultura é capaz de acender. É dentro das universidades e das bibliotecas que se tempera, neste instante, a mentalidade que ha de iluminar o Brasil. Em casas como esta é que se enfeixarão os recursos e as medicinas capazes de vencer os choques e curar os traumatismos com que as crises sociais atormentam os povos velhos e as terras moças. Quando as ambições se entrecocam nas convulsões graves em que os homens principiam a não compreender uns aos outros e os espíritos começam a aparecer obscurecidos pela confusão, nestes momentos tenebrosos para os homens e para as nacionalidades, *só a cultura é capaz de fazer calar o ruído sem harmonia e iluminar outra vez as consciências. Por isso mesmo, que dela eu fiz o meu programa administrativo. Programa estreito impossibilitado de ir além das fronteiras próximas de um município, mas que me esforço por ver crescer em altura aquilo que não pode alastrar-se em superfície. Já que não me era possível construir a grandeza de uma Faculdade de Direito de S. Paulo, um dia, Deus me favoreceu levantar as paredes de um Departamento de Cultura que é, pelo menos, digno desta Academia e da vossa Universidade*”.³³

É neste sentido que podemos identificar a cultura como um instrumento de intervenção social. No aspecto instrumental, sugerido por Fábio Prado, encontra-se uma outra dimensão da cultura: a capacidade de minar os conflitos resultantes de períodos instáveis. Não é à toa que a ela tenha atribuído o papel de “iluminar as consciências”. O discurso acima

³³ PRADO, Fábio. “Centro Academico 'XI De Agosto” in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 41, Novembro de 1937, pág. 255. Grifos meus.

data do mês de novembro de 1937. Trata-se, portanto, de um momento de extrema turbulência social e política, qualificado pelo prefeito paulistano como um “instante de transição social”.³⁴

É evidente, portanto, que os dirigentes do Departamento de Cultura reivindicavam a isenção da política para geri-lo. Com isso, talvez quisessem criar um campo de ação imune às oscilações políticas, cuja meta principal visava à concretização dos projetos de política cultural por eles traçados. Mas, faria sentido falar em autonomia relativa diante do cerceamento da direção de Mário de Andrade à frente da instituição paulistana? A resposta a esta indagação nos remete a um tema central da relação entre os intelectuais e a política. Saber em que sentido poderiam estar a serviço da ideologia pugnada pelo aparelho estatal em suas atividades administrativas é o que se impõe para desvendar parte da questão sobre a autonomia cultural. A forma de aliciamento de escritores e intelectuais com vistas à participação na defesa dos interesses políticos assume diversas facetas no contexto em pauta.

As possibilidades de realização de projetos pensados pela intelectualidade eram exíguas fora do circuito público, que era o espaço *par excellence* da efetivação dos intentos culturais. A partir disso, é preciso explorar, tanto quanto possível, o nexó estabelecido entre os intelectuais e a organização da cultura. Conforme as observações de Carlos Nelson Coutinho, o modo de desenvolvimento prussiano seguido pelo capitalismo brasileiro teve repercussões na esfera da cultura.³⁵ Dentro desse quadro, a

³⁴ É curiosa a semelhança entre o discurso de Fábio Prado e a formulação que Bobbio faz a respeito da autonomia cultural. De acordo com ele: “Falar de autonomia relativa não quer dizer de modo algum que cultura e política não se encontrem; quer dizer que se encontram e quase se identificam em alguns momentos particularmente dramáticos da história, como são os períodos revolucionários, mas seguem cada um a sua própria estrada – e é bom que assim seja – em momentos de lenta, longa e incerta transição”. Cf. BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*, op. cit., págs. 105 e 106.

³⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

cooptação de intelectuais se situa como prática de aliciamento da ideologia dominante. Muitas vezes sem opção de escolha, alguns escritores e burocratas acabaram servindo de suporte para a nova ordem que se instaurava através de um processo antidemocrático. O imperativo de construir a nação e a problemática de um Estado centralizado e forte acarretaram a necessidade de um aparato ideológico capaz de integrar as características díspares da nacionalidade. O ponto de importância nesse processo situava-se frente a possibilidade de cooptação de indivíduos interessados em contribuir, de alguma maneira, para o objetivo de construção nacional, tão em voga neste período. Isso exigia um instrumento eficaz no que diz respeito à integração de intelectuais no plano do Estado. É a partir daí que se pode entender o impacto da sedução por cargos públicos e a conseqüente aceitação do Estado Novo. Lahuerta elucida esta problemática ao colocar que, para alguns intelectuais, havia a

“invocação implícita de um Estado centralizador que realize o interesse coletivo. Não é de se estranhar, portanto, que o Estado Novo, para além de seu caráter coercitivo e seu projeto de incorporação da intelectualidade tenha tido tanta aceitação. É que como coroamento do caminho da 'revolução-passiva', correspondia a uma demanda de Estado expressa também como demanda de unificação cultural, que se traduzia num projeto *sui generis*: a um só tempo modernizador e restaurador dos pilares da nacionalidade. E tudo em nome do bem comum e da construção da nação. De tal forma que um governo forte era tacitamente esperado e, quando concretizado, foi bem aceito por amplos setores da intelectualidade”.³⁶

³⁶ LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização” in DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, São Paulo: Editora da UNESP, 1997, págs. 99 e 100.

A interessante aparência de que estariam todos reunindo esforços para viabilizar um país em que a nação pudesse ser identificada com a alma do progresso, faria com que muitos homens de cultura se integrassem ao projeto de unificação política, proposto pelo Estado Novo. Entretanto, houve exemplos de participações que não devem ser enquadradas nessa perspectiva. Trata-se de um “incômodo” por parte dos intelectuais que se viam na circunstância de um “intimismo à sombra do poder”. Recorrendo novamente às palavras de Coutinho:

“O processo de cooptação não obriga necessariamente o intelectual cooptado a se colocar diretamente a serviço das classes dominantes enquanto ideólogo: ou seja, não o obriga a criar ou a defender apologias diretas do existente. O que a cooptação faz é induzi-lo – através de várias formas de pressão, experimentadas consciente ou inconscientemente – a optar por formulações culturais anódinas, neutras, socialmente assépticas. O 'intimismo à sombra do poder' lhe deixa um campo de manobra ou de escolha aparentemente amplo, mas cujos limites são determinados precisamente pelo compromisso tácito de não pôr em discussão os fundamentos daquele poder a cuja sombra ele é livre para cultivar a própria 'intimidade'”.³⁷

Assim, os homens de cultura supostamente cooptados pelo aparelho do Estado, em meados dos anos trinta, não tiveram necessariamente que reproduzir ou mesmo apoiar as diretrizes autoritárias que então se colocavam no momento. Carlos Drummond de Andrade talvez seja um claro exemplo a esse respeito. Durante o tempo em que permanecera como chefe de gabinete de Gustavo Capanema, o poeta se vira diante de situações as mais ambíguas, intentando sempre manter-se afastado das questões políticas. Tal foi o que aconteceu quando recusou-se a assistir à palestra de

³⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*, op. cit., pág. 46.

Alceu Amoroso Lima, no Ministério da Educação e Saúde, que tinha por assunto o “anticomunismo”. Hesitante no que se refere à definição de sua postura política, preferiu não participar do evento, a fim de não ser identificado como defensor da campanha anticomunista desencadeada pelo amigo.³⁸ Este fato, em si, denota o grande incômodo no qual se via Drummond diante de sua estada no poder. Não é por acaso que teria, ao longo dos anos, preocupações quanto a eventuais associações entre sua figura pública e o governo de Vargas.³⁹ Quando dá seu parecer sobre a trajetória de Drummond, Antonio Candido pondera que este não “alienou” sua “dignidade ou autonomia mental”.⁴⁰ Além disso, quando aborda o papel desempenhado pelos jovens do Partido Democrático nessa conjuntura, observa que acabaram por criticar os “fundamentos” do poder então em vigor.⁴¹ Não se tratava, pois, de optar por formulações “socialmente assépticas”, conforme notara Coutinho. Embora diante de um grande mal-estar, muitos homens de cultura acabaram participando de quadros institucionais nos horizontes de um contexto político marcado pelo alto nível de castração da liberdade política. Nessa perspectiva, talvez não tivessem um dilema moral por servir a um estatuto cujo perfil

³⁸ Cf. BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Tempo Brasileiro, 1994, pág. 123. Consultar também SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro, *Tempos de Capanema*, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, págs. 101 e 102. Há uma pequena dissonância, entre as duas obras citadas, quanto ao tema da palestra de Alceu Amoroso Lima. Na primeira, consta que o tema seria o “anticomunismo” (pág. 122), enquanto na segunda, “A educação e o comunismo” (pág. 101).

³⁹ Cf. BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*, op. cit., pág. 123

⁴⁰ Cf. CANDIDO, Antonio. “Prefácio” in MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, op. cit., pág. xii.

⁴¹ Cf. CANDIDO, Antonio. “Prefácio” in DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*, 2ª edição, São Paulo: Hucitec, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1985, pág. xvi.

fundamentava-se no autoritarismo. Contudo, parece haver polêmica em relação a este ponto. Ao discutir a adesão de intelectuais ao projeto cultural do Estado Novo, Milton Lahuerta desconsidera o uso da categoria cooptação. Segundo suas palavras:

“Para realizar essa 'missão' o 'Estado Novo' chama os intelectuais para participarem da obra de construção da Nação, procurando incorporá-los oferecendo-lhes uma alternativa à sua crise de identidade. É por isso que não cabe tentar explicar o fenômeno recorrendo à categoria de cooptação; em realidade trata-se da constituição de um novo bloco de poder que busca consenso entre os intelectuais, chamando-os para participar do processo, realizando a fusão de modernidade e projeto nacional”.⁴²

Ao que tudo indica, a experiência do Departamento de Cultura pode ser vista dentro desses pressupostos, tendo o mesmo diagnóstico quanto à relação entre seus intelectuais dirigentes e suas participações na esfera pública. Especificamente no que concerne a Mário de Andrade, Werneck de Castro recusa incisivamente a idéia de cooptação. De acordo com suas observações:

“No que toca Mário de Andrade, em particular, nada mais inadequado e injusto que a pecha de 'cooptação' pela máquina estatal, geralmente fruto de um esquema teórico simplificador, preestabelecido, ao qual se pretende submeter os fatos à força, quando não resultado de simples ignorância. No Departamento de Cultura de São Paulo, Mário trabalhou com um espírito criador situado nos antípodas do marasmo burocrático. No Rio, como professor da universidade do Distrito Federal, pôs a serviço

⁴² LAHUERTA, Milton. *Elitismo, Autonomia, Populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1992, pág. 06.

dos alunos o melhor de sua inteligência e cultura, revelando uma dedicação exemplar, totalmente incompatível com a acomodação empregatícia. Quanto ao SPHAN – cujo anteprojeto redigiu e no qual trabalhou como funcionário –, era instituição eminentemente técnica, estivesse ou não subordinada ao ministro Capanema e ao presidente-ditador Getúlio Vargas; representava o único e indispensável instrumento de salvação do que hoje se chama memória nacional. Cooperar nesse serviço, somente realizável sob a égide do poder público, *era tarefa de honra*, que o intelectual paulista – 'escritor público', no dizer de Rodrigo Melo Franco de Andrade – cumpriu com dignidade e competência”.⁴³

Como é possível ver em sua avaliação, a participação de Mário de Andrade na instituição paulistana jamais poderia ser explicada segundo um processo de cooptação política. Entretanto, dizer que tivesse “um espírito criador situado nos antípodas do marasmo burocrático”, não implica a recusa de sua dependência aos ditames da política federal. Em outros termos, a luta do escritor paulista para banir o “marasmo burocrático” e a “acomodação empregatícia” não tem relação direta com sua posição diante dos cargos que ocupou. Dizer, portanto, que se trata de uma “questão de honra” parece resultar em avaliação desmedida e imprecisa. Diferente, no entanto, é seu depoimento sobre Gustavo Capanema. Dele podemos reter a ambigüidade da situação em que se vêem flagrados os intelectuais deste período. Vejamos:

“Nessa condição, tem uma atitude dúplice. Embora preso a um compromisso político-ideológico com o governo autoritário, prestigiou intelectuais e artistas de vanguarda – de esquerda ou simplesmente 'avançados' – sob a mira do integralismo e do clericalismo radical. Fazia malabarismos para conciliar aquele seu compromisso, aliás assumido de

⁴³ CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade: exílio no Rio*, Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pág. 45. Grifos meus.

bom grado, com a colaboração de intelectuais tidos como 'simpatizantes do credo vermelho', modernistas mal-vistos pela reação, mas nos quais reconhecia um valor verdadeiro a ser aproveitado".⁴⁴

Em realidade, uma das faces da "atitude dúplice" de Capanema calcava-se numa espécie de salvo-conduto para os intelectuais que careciam de um instrumento necessário para a consecução de seus projetos, dando-lhes a possibilidade de desfrutar das malhas institucionais para tanto. Desta forma, procurava lhes assegurar "imunidade" num contexto em que a própria idéia de isenção era questionada incisivamente. Mas, se por um lado, a referida imunidade era preservada, por outro, havia que ceder aos desígnios impostos por sua condição pública. Dentro dessa perspectiva, tornava-se extremamente delicada a "colaboração sem submissão"⁴⁵ dos homens de cultura envolvidos com esta problemática.

A postura dos intelectuais dirigentes do Departamento de Cultura com a esfera da política também poderia ser explicada a partir da grande celeuma provocada pela publicação de *Le trahison des clercs*, de Julien Benda, em 1927. A obra é, até hoje, considerada referência fundamental sobre o tema dos intelectuais, tendo se constituído também em um marco do pensamento político. De certo modo, a colocação do célebre dilema "trair ou desertar" foi determinante na conduta dos intelectuais diante da política.⁴⁶

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pág. 38.

⁴⁵ Cf. CANDIDO, Antonio. "A Revolução de 1930 e a cultura" in *A educação pela noite e outros ensaios*, 2ª edição, São Paulo: Ática, 1989, pág. 195.

⁴⁶ Lahuerta explica esta influência ao dizer que "O livro de Julien Benda *La trahison des clercs*, publicado pela primeira vez em 1927, teve grande impacto entre os intelectuais de todo o mundo. Sua tese básica é a de que os intelectuais deveriam ser clérigos modernos, defensores de valores universais, jamais se envolvendo com a polarização político-ideológica, nem muito menos com a mercantilização de suas atividades. Nesse sentido, trair significaria compromisso com a política e/ou com o mercado, com o conseqüente abandono dos valores universais". Cf. LAHUERTA,

Sempre atento ao debate travado no plano mundial, Mário de Andrade firmara um compromisso em responder ao dilema. Entretanto, ao longo do tempo, sua posição assume contornos variados. Em 1932, em artigo publicado no *Diário Nacional*, refere-se ao tema proposto por Benda da seguinte maneira:

“O famoso *Trabison des clercs* também fez alguma comoção nos meios intelectuais 'modernos' do Brasil: mas se no mundo ele teve como esplêndido, inesperado e humano ofício tornar os traidores mais conscientes e decididos da sua traição, parece que entre nós serviu só pra que cada qual aceitasse a tese falada de Benda, e ficasse inda mais gratuito, mais trovador da 'arte pela arte', ou do pensamento pelo pensamento”.⁴⁷

Em sua avaliação, a recepção da obra no Brasil, viria apenas reforçar a “pasmosa inércia humana”⁴⁸ que caracterizava os intelectuais. Daí a idéia de que a proposição de Benda, se não era fecunda, ao menos ensejava uma reflexão para os homens de cultura. Esse ponto de vista seria, contudo, totalmente reformulado em razão das experiências que tivera nas décadas de trinta e quarenta. Na famosa palestra proferida em 1942, intitulada “O Movimento Modernista”, o autor parece, enfim, ter encontrado a resposta para o dilema bendaniano. Como justificasse suas opções de homem público, acabou por apontar a opção da traição. O tom que emprega é,

Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”, op. cit., pág. 95. Também Carlos Guilherme Mota refere-se à influência de Benda sobre os intelectuais brasileiros: “Que os livros de Julien Benda e Archibald Mac Leisch, sobre a traição ou a (ir)responsabilidade dos intelectuais, andavam agonizando nossa intelligentsia, não parece haver dúvida”. Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, 4ª edição, São Paulo: Ática, 1978, pág. 96.

⁴⁷ ANDRADE, Mário de. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez, São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, pág. 516.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, pág. 515.

como se sabe, um tanto melancólico, visto que procurava reavaliar a experiência modernista:

“Sei que é impossível ao homem, nem êle deve abandonar os valores eternos, amor, amizade, Deus, a natureza. Quero exatamente dizer que numa idade humana como a que vivemos, cuidar desses valores apenas e se refugiar neles em livros de ficção e mesmo de técnica, é um abstencionismo desonesto e desonroso como qualquer outro. Uma covardia como qualquer outra. *De resto, a forma política da sociedade é um valor eterno também*”.⁴⁹

Ao dizer que “a forma política da sociedade é um valor eterno também”, Mário de Andrade não deixa dúvidas de sua hesitação para com a colocação do problema, tal como entendido por Benda. Talvez quisesse, com isso, inverter o discurso segundo o qual a política se coloca como fator da traição. Sua intenção é clara: em meio a um clima de intensas ambigüidades, buscava justificar a opção que fizera em sua trajetória intelectual. Não é de se estranhar que seu discurso passa a reiterar, com demasiada freqüência, o fato de viver “uma idade política do homem” em que “tinha de servir”.⁵⁰ É, portanto, com um tom repleto de ressentimentos que o líder modernista assinala a sua participação num momento de turbulência e indefinição como imperativo dos homens de cultura. De resto, como explicar tanta preocupação em reavaliar os desdobramentos do Modernismo?

⁴⁹ ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*, 5ª edição, São Paulo: Martins, 1974, pág. 255. Grifos meus.

⁵⁰ As palavras de Mário de Andrade são claras quanto à ambigüidade da situação: “Não me imagino político de ação. Mas nós estamos vivendo uma idade política do homem e a isso eu tinha que servir. (...) Também não me desejaria escrevendo páginas explosivas, brigando a pau por ideologias e ganhando os louros fáceis de um xilindró. Tudo isso não sou eu nem é pra mim”. Idem, *Ibidem*, pág. 253.

De maneira muito semelhante, Sérgio Milliet se vê envolvido com este dilema. Ao responder ao inquérito formulado por Edgard Cavalheiro, no início dos anos quarenta, diz: “Vamos ver se traímos ou não...”.⁵¹ Sentindo-se, de certa forma, cobrado por sua postura no passado, passa então a “prestar contas” sobre a “vida espiritual” de sua geração. Dialogando de maneira explícita sobre o dilema dos intelectuais diante da política, não deixa de mencionar um certo incômodo para com a problemática posta em jogo, insinuando tratar-se de um *slogan*, de uma fórmula a ser seguida:

“Mac Leisch exige que o escritor tome partido, sob pena de ser incriminado de traição. Mais uma frase, meu caro Edgard, mais um slogan. Tomar partido a favor do que? Há certamente homens que merecem nosso apôio, mas haverá no momento ideais que o justifiquem. E, no fundo, tomar partido é que é trair: trair a si próprio, trocando a intranquilidade e a posição incômoda do homem só pelo apoio cego e estúpido de um grupo. Isto pode parecer-lhe ceticismo de mau gosto. Não é. É quase desespero. Amargura profunda. E no fundo esperança de um desmentido dos fatos”.⁵²

Mesmo tentando desqualificar a necessidade de se posicionar, Milliet parece querer justificar sua postura. A exemplo de Mário de Andrade, sente-se tacitamente forçado a se situar no debate. Em vista disso, é muito provável que o livro de Benda tenha se constituído em referência obrigatória para os intelectuais do período. Mais que isso, talvez tenha enformado a posição desses intelectuais, a ponto de preferirem se abster da

⁵¹ MILLIET, Sérgio. “Meu depoimento” in CAVALHEIRO, Edgard. *Testamento de uma geração*, Porto Alegre: Globo, 1944, pág. 239.

⁵² Idem, *Ibidem*, pág. 243. A respeito da postura de Milliet diante da política, consultar a avaliação de Carlos Guilherme Mota in *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, op. cit., pág. 96 e segts.

vida política. A intenção de não trair acabou se revelando uma impossibilidade diante das circunstâncias históricas a que estavam submetidos. Assim, a autonomia da cultura que tanto reivindicavam ao negar a esfera da política, acabou se mostrando uma ilusão. Carlos Moraes de Andrade notou com profunda agudeza este problema em relação à trajetória de seu irmão, Mário de Andrade:

“A grande lição (...) Mário recebeu em 1937, com o golpe de 10 de novembro. Foi quando êle compreendeu que o intelectual não podia, nem pode, manter-se afastado da política. É que êle dirigia então o Departamento Municipal de Cultura, criado no govêrno de Armando de Sales Oliveira, com Fábio Prado na Prefeitura. O Departamento fôra idéia sua. A essa obra, que ainda hoje perdura, em seus reflexos, dera o melhor de si mesmo. Sem mais aquela, da noite para o dia, ou melhor do dia da democracia para a noite da ditadura, veria esboroar-se todo o seu trabalho, construído sabe Deus como, com que sacrifícios”.⁵³

Não seria exagero considerar que sua postura acabou por lhe custar o empreendimento ao qual mais se dedicara e que, ao final das contas, julgava o mais importante de sua trajetória pessoal. A idéia deste depoimento é interessante porque mostra o alto preço pago por Mário de Andrade em suas reiteradas tentativas de manter-se afastado da política. A tão propalada fórmula do intelectual “Au dessus de la mêlée”, decretada por Romain Rolland, se restringira a uma voga em cujo bojo não havia condições concretas de adesão para os intelectuais envolvidos com o Departamento de Cultura. Antes, o que havia era uma ambigüidade de suas posições. Ambigüidade que expressa o impasse da adesão ao poder político e afere à experiência da instituição paulistana o lastro fundamental de suas

⁵³ Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *Retratos de família*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, pág. 159.

empreitadas: a missão dos intelectuais em “construir a nação” por intermédio da cultura e sem a “mediação de uma perspectiva realmente política”.⁵⁴ Por esses motivos, a problemática da cooptação era posta e repostada para intelectuais que assumiam compromisso com esfera pública.⁵⁵

Mesmo que a autonomia cultural tão almejada tenha se mostrado uma ilusão, foi precisamente por meio dela que esses intelectuais acreditaram poder dar vazão aos projetos que lhes eram tão importantes. A recusa da política se convertia em um recurso apropriado para que pudessem interagir com a realidade do momento, assumindo seus compromissos de forma tácita. Por isso, subjacente às atividades que empreendiam havia, dialeticamente, a contestação da conjuntura política de então. Acreditamos que a formulação de Antonio Candido sobre esta problemática seja válida para o caso dos intelectuais paulistanos. Vejamos:

“o artista e o escritor aparentemente cooptados são capazes, pela própria natureza da sua atividade, de desenvolver antagonismos objetivos, não meramente subjetivos, com relação à ordem estabelecida. A sua margem de oposição vem da elasticidade maior ou menor do sistema dominante, que os pode tolerar sem que eles deixem com isso de exercer a sua função corrosiva”.⁵⁶

⁵⁴ LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”, op. cit., pág. 100.

⁵⁵ Ainda insistindo no tema da cooptação, seria interessante assinalar as observações de Sandroni para o dilema: “A ‘cultura’ ocupava um lugar importante na estratégia política dos liberais paulistas entre 1935 e 1937; assim, se compreende que fizesse parte dessa estratégia a incorporação de intelectuais como MA e seus amigos. Não propomos, entretanto, entender tal incorporação como mera utilização, maquiavélica e unilateral; ela deve ser pensada, em vez disso, como relação problemática e cheia de ambigüidades, na qual ambas as partes auferem certas vantagens e fazem certas concessões”. Cf. SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*, op. cit., pág. 77.

⁵⁶ CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura” op. cit., pág. 195.

Na “margem de oposição” a que estavam sujeitos os intelectuais do Departamento de Cultura repousava o espaço encontrado para cumprir uma “função corrosiva”. Isto porque suas posturas em face da política asseguravam a tolerância do “sistema dominante”, fazendo-os parecer neutros diante das conturbadas vacilações do momento nacional. Dito em outros termos, a inexistência de relações estreitas com a política possibilitou uma “elasticidade” propícia às suas atuações no cenário paulistano. Além disso, os “antagonismos objetivos” podem ser facilmente verificados no conteúdo programático de suas atividades. Embora possa haver, para os dirigentes da instituição paulistana, certa cisão entre cultura e política, não seria conveniente descartar todo o empreendimento subjacente ao projeto no qual se envolveram como vetor de contestação do clima político existente. A um só tempo o Departamento de Cultura mantinha vínculos com a política golpista e autoritária do Governo Vargas e representava uma reação a ela. Do contrário, como entender as propostas de democratização ao acesso da cultura na Paulicéia Desvairada? Neste sentido, seria possível a avaliação do grupo de Mário de Andrade como “uma vanguarda político-cultural à sombra de uma situação oligárquica”.⁵⁷ Ao que tudo indica, é esta a circunstância que explica de que modo esses intelectuais enfrentaram os dilemas colocados pela história, subvertendo as determinações a que estavam sujeitos.

⁵⁷ Cf. CANDIDO, Antonio. “Prefácio” in DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*, op. cit., pág. xvi. Para Antonio Candido, não há dúvidas de que ao Departamento de Cultura fora colocado um imperativo político, conforme atestam suas palavras: “A conjugação intelectual de homens como Mário de Andrade e Paulo Duarte foi propiciada por circunstâncias em parte de natureza política. Seria longo analisar o processo, mas podemos ao menos referir que o Partido Democrático criou algumas condições favoráveis para tal encontro e suas conseqüências, – através de órgãos como o Diário Nacional e uma certa camaradagem oposicionista entre tantos moços”. Idem, *Ibidem*, pág. xv. Grifos meus.

Trapézio

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO
CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS IFCH /
UNICAMP

Pedidos: *Trapézio*

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Setor de Publicações
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
CEP: 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
Fone: (019) 3788.1604 / 3788.1603
Fax: (019) 3788.1589

pub_ifch@obelix.unicamp.br

Tiragem: 300 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA
Exchange Desired

Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

